DIFUSÃO DA ARQUITETURA
MODERNA NA CIDADE DE
JOÃO PESSOA (1956 - 1974)

São Carlos, 2008

FÚLVIO TEIXEIRA DE BARROS PEREIRA

FÚLVIO TEIXEIRA DE BARROS PEREIRA

DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (1956 - 1974)

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Assoc. Renato Luiz Sobral Anelli

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

P436d Pereira, Fúlvio Teixeira de Barros
Difusão da arquitetura moderna na cidade de João
Pessoa (1956-1974) / Fúlvio Teixeira de Barros Pereira ;
orientador Renato Luiz Sobral Anelli. -- São Carlos,
2008.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo,
2008.

1. Arquitetura moderna (Brasil). 2. João Pessoa.
3. Difusão (Arquitetura). 4. História urbana. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Arquiteto e Urbanista **FÚLVIO TEIXEIRA DE BARROS PEREIRA**

Dissertação defendida e julgada em 08/04/2008 perante a Comissão Julgadora:

Prof. Associado **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) Aprovado

Prof. Dr. **CARLOS ROBERTO MONTEIRO DE ANDRADE**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) Aprovado

Prof. Dr. **JOSÉ TAVARES CORREIA DE LIRA**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP) Aprovado

Prof. Associado **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

AGRADECIMENTOS

Ao longo de exatos três anos de mestrado, a ajuda de uma série de pessoas foi fundamental, às quais devo sincera gratidão. A Renato Anelli, pelo período de orientação e pela confiança em mim devotada, afora a disposição em responsabilizar-se por um trabalho já em andamento. A Márcio Minto, pela inicial orientação, quando esta pesquisa pertencia à área de Tecnologia. A Carlos Andrade (“Mancha”) e José Lira, pela atenção voltada ao trabalho e pelas críticas na qualificação, que muito acrescentaram ao amadurecimento do tema. A Paulo Fujioka, além de Carlos Andrade, pelo aprendizado durante o estágio no Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE).

À minha família, que, mesmo à distância, não poupou esforços para me ajudar. A Nelci Tinem, pelos constantes e variados auxílios, desde o período de seleção. A Marcus Vinícius, Sales Trajano e George Dantas, que, para além da amizade, direta e indiretamente muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, afora as dicas de Fernando Atique, quando do primeiro ano de mestrado. A Ingrid Wanderley, Thaís Cruz, Juliano Cecílio, Maria Cecília, Wanessa Soares, Débora Foresti, Paula Francisca, Anne, Luciana Mascaro, Marcos dos Santos, Olívia, Albenise, Rodrigo Firmino, Mychele, Carolina Margarido, Rafael e Ana Cristina, pelo prazer do convívio em São Carlos.

A Andrey Alysson, Ernani Henrique, Rossana Honorato, Walter Grilo, Juliano Carvalho, Gilberto Guedes, Clóvis (Engenharia/UFPB), Cojesu, Mariana Bonates, Carolina Chaves, Kaline Abrantes, Wynna Vidal, Denise Dieb, Edgar (SEDURB) e Oliveira Júnior, pelas diferentes ajudas ou informações fornecidas, durante minhas estadas em João Pessoa. Aos funcionários dos arquivos, principalmente Seu Pedro, Aurora, Assis, Ana e aqueles da SUPLAN, por facilitarem o acesso às informações.

A Acácio Gil Borsoi, Carlos Carneiro da Cunha, Roberval Guimarães e Romildo Marques de Almeida, pelas entrevistas concedidas e pela disponibilidade em lembrar de tempos longínquos. E, em especial, a Mário Di Lascio, pelas inúmeras vezes que se dispôs a esse encargo.

A Anja Pratschke, Márcio Minto, Joubert Lancha, Miguel Buzzar, Manoel Alves, Marcelo Tramontano e Ângela Bortulucci, pelo aprendizado em suas disciplinas. A Marcelo Celestini, Geraldo, Fátima e Oswaldo, pelo empenho nas atividades realizadas e pela corriqueira solicitude no atendimento.

E ao CNPq, pela concessão de bolsa de mestrado, desde março de 2007, para a realização desta pesquisa.

RESUMO

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Aborda a difusão da arquitetura moderna no Brasil, ao tratar desse processo na cidade de João Pessoa entre 1956 e 1974, por se revelar aí um período de intensa produção moderna apesar de seu limitado quadro de arquitetos. Objetiva explicar, a partir do vínculo entre arquitetura e cidade, quais foram os agentes promotores dessa arquitetura, como ela se manifestou no espaço urbano e como era então representada. Para isso se baseia em entrevistas com os arquitetos então atuantes e análises de projetos, obras construídas, artigos e publicidades de periódicos da época, ao enfocar edifícios públicos e privados e intervenções urbanísticas. Constata a diversidade de linguagens manifestadas, apesar da constante atenção à simplicidade e à economia construtiva, e a centralização em valores não-locais, como também foi representada pela imprensa.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna (Brasil). João Pessoa. Difusão (Arquitetura). História urbana.

ABSTRACT

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Diffusion of modern architecture in João Pessoa city (1956-1974)**. 2008. Dissertation (Master's Architecture and Urbanism) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

Diffusion of modern architecture in Brazil is accosted while this process is dealing with João Pessoa city between 1956 and 1974, because a period of intense modern production was revealed there in spite of its limited local architect's group. To explain, based on relation between architecture and city, what were the agents which promoted this architecture, how it was demonstrated itself in the urban space and how it was represented then are intended. The study is based in interviews with architects who were in activity at that moment and analyses of projects, constructions, articles and publicities of magazines and newspapers from that time while public and private buildings and urbanistic interventions are approaching. The diversity of languages manifested in spite of constant attention to simplicity and economy of construction and the focus on no-locals values, like it was also represented by press, are perceived.

Keywords: Modern Architecture (Brazil). João Pessoa. Diffusion (Architecture). Urban history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1	
OS ELEMENTOS DO CONTEXTO	25
As primeiras experiências modernas	25
A renovação do quadro de arquitetos	36
O aprendizado de arquitetura em Recife	45
Em torno da Escola de Engenharia	52
O moderno na imprensa local	57
Capítulo 2	
A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO	69
A expansão urbana de João Pessoa	69
A renovação das construções residenciais	82
Os incentivos à verticalização	96
A modernização dos clubes sociais	110
O planejamento do campus universitário	120
Capítulo 3	
AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	139
A propagação das residências modernas	139
Um hotel condigno para a cidade	160
A ação dos incorporadores imobiliários	173
Soluções para a cidade que crescia	199
Arquitetura para a burocracia oficial	212
Capítulo 4	
NOVAS PERSPECTIVAS LOCAIS	229
Permanências e transformações na cidade	229
A criação do curso de Arquitetura e Urbanismo	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	253
ARQUIVOS E FONTES PESQUISADOS	267
Instituições	267
Entrevistas	267
Revistas	267
Jornais	268
APÊNDICE	269
Lista de arquitetos atuantes em João Pessoa entre 1956 e 1974, por ordem alfabética, e seus respectivos projetos	269

INTRODUÇÃO

O termo difusão, datado de meados de 1813 e proveniente do latim *diffussione*, remete ao “ato de espalhar, de extravasação; expansão” (MACHADO, 1990, p. 338) e, no campo da antropologia, ao “processo pelo qual elementos ou características culturais são transmitidos a outras sociedades ou a outras regiões por meio de contato ou de migrações, produzindo semelhanças que não decorrem de invenção independente” (HOLANDA, 1999). Engloba, por conseguinte, tanto a expansão no campo físico, ao atingir outros territórios, quanto no social, ao ampliar e diversificar seu público.

Em sua ação estão envolvidos os agentes receptores, os promotores ou fontes e o conteúdo a ser transmitido. Assim se aproxima da comunicação, como exposto por Rogers (1962, p. 13, tradução nossa), segundo o qual “a essência do processo de difusão é a interação humana na qual uma pessoa comunica uma nova idéia a uma outra”.¹ E essa propagação de conhecimentos extrapola a ação restrita a indivíduos isolados, já que em geral envolve grupos ou sistema social, isto é, coletividades. Amplidão de alcance que é potencializada pelos sistemas de comunicações, como a imprensa, que acentua a reprodução da mesma série de símbolos, e, mais tardiamente, aqueles dirigidos às massas, como o rádio e a televisão, embora não venham minimizar a relevância dos contatos interpessoais.

¹ “The essence of the diffusion process is the human interaction in which one person communicates a new idea to another person” (ROGERS, 1962, p. 13).

E, se é comum a esse processo atingir grandes públicos, não lhe é a existência de interação ou de troca. Pois está associado a um fluxo único de informações, isto é, está ligado a uma fonte central ou, como defende Lepetit (2001, p. 38), à suposição de diferenças de potencial. Interpretação também compartilhada por Cazeneuve (1978, p. 11, tradução nossa), que considera:

[...] a difusão, caracterizada por um sistema de difusão centrífuga, é uma propagação em princípio unilateral e, de forma semelhante ao que acontece no caso da luz que, derramada por um foco, pode eventualmente ser refletida por um espelho, apenas secundária e acessoriamente (segundo o que os cibernéticos chamam *feed-back*) permite um retorno ao centro emissor.²

De toda forma, isso não significa um processo com a possibilidade de participação apenas passiva do receptor, porque o próprio fluxo de informações é, segundo Rogers (1962, p. 2), determinado pelas normas do sistema social e pelo status individual dos agentes dentro da estrutura social, a exemplo das normas tradicionais que podem desencorajar a adoção de novas idéias, contrariamente aos preceitos modernos, para os quais as mudanças e a assimilação de inovações são anseios constantes. Afora determinar a maior ou menor aceitação de inovações ou de influências externas, o próprio receptor age sobre o conteúdo assimilado, pois “toda transferência de conceitos, problemas ou métodos é acompanhada da transformação destes” (LEPETIT, 2001, p. 36). Por conseguinte a apropriação pode levar a distintos resultados e não apenas à mera reprodução dos conhecimentos propagados. Com efeito, para Smith ([1933?], p. 10, tradução nossa), “das idéias e informações submetidas a um indivíduo apenas partes são adotadas: a escolha é determinada pelos sentimentos pessoais e circunstâncias do receptor”.³ Pensamento sublinhado pelo mesmo autor (SMITH, [1933?], p. 10, tradução nossa), ao reconhecer que “semelhante seleção e transformação ocorre em toda difusão de cultura, não apenas de um indivíduo para outro, mas muito mais profundamente na passagem de uma comunidade para outra”.⁴

Logo, a difusão se aproxima do conceito de circulação dos modelos culturais exposto por Chartier (1990, p. 223): “[...] uma tensão sempre a ser reproduzida entre, por um lado, a constituição de uma distinção pela diferença e, por outro lado, a sua apropriação pela imitação social ou pela imposição aculturante”. E é justamente essa possibilidade de posturas e resultados distintos frente a uma fonte comum de influências que, segundo Hall, incita os estudos sobre o tema:

² “[...] la difusión, caracterizada por un sistema de difusión centrífuga, es una propagación en principio unilateral y, al igual que sucede en el caso de la luz que, esparcida por un foco, puede eventualmente ser reflejada por un espejo, sólo secundaria y accesoriamente (según lo que los cibernéticos llaman *feed-back*) permite un retorno hacia el centro emisor” (CAZENEUVE, 1978, p. 11).

³ “Of the ideas and information submitted to any individual only parts are adopted: the choice is determined by the personal feelings and circumstances of the receiver” (SMITH, [1933?], p. 10).

⁴ “Such selection and transformation occur in all diffusion of culture not only from one individual to another, but even more profoundly in the passage from one community to another” (SMITH, [1933?], p. 10).

[...] os seres humanos são também – especialmente os mais inteligentes e originais – quase infinitamente ardilosos, criativos e surpreendentes; portanto, o real interesse da história, além daquele que se autopatenteia de forma flagrante, está na complexidade e variabilidade da reação do ser humano. [...] o que faz a história digna de ser escrita e digna de parte dela ser lida é a compreensão de todos os multifários modos pelos quais o estímulo geral se relaciona com a resposta particular (HALL, 1995, p.6).

É, portanto, o conjunto de tais questões imbricadas entre si e trazidas ao campo da arquitetura que delineia a discussão desta pesquisa. Mais particularmente nos centramos na difusão da arquitetura moderna no Brasil, que em 1956 teve seu desenvolvimento acusado de irracional por Giedion (2000, p. 17), diante da agilidade de expansão e do grau de popularização atingidos e, segundo Lara (2001, p. 2), nem sempre revelados em outros países, apesar da presença de grandes precursores (Richardson, Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright) em localidades como os Estados Unidos. Tema que, apesar de sua relevância, “[...] não se tem oferecido a ele resposta satisfatória” (MARTINS, 1999, p. 20, tradução nossa).

A origem da difusão da arquitetura moderna no Brasil se confunde com sua própria afirmação e legitimação no cenário nacional, que, por sua vez, é reportada pela historiografia a sua repercussão internacional em meados dos anos 1940. Reconhecimento estrangeiro que se deu através da exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York (1943) e da publicação de *Brazil Builds*, no mesmo ano, além das posteriores referências em diversos periódicos internacionais (*L'architecture d'aujourd'hui*, *Architectural Fórum*, *Progressive Architecture*, entre outros) e trabalhos monográficos dedicados a temas brasileiros.⁵

Não podemos descartar, contudo, a importância de outros fatores igualmente relevantes. Tinem (2006, p. 16) acrescenta ao aval internacional “os interesses específicos do Estado na assunção desse desejo de modernidade” como forma de consolidar a aceitação dessa arquitetura e gerar “um volume de experimentos capaz de permitir um salto, não só quantitativo, mas também de qualidade, que garante a afirmação do movimento brasileiro”.

Como fruto dessa consolidação os arquitetos conquistaram, segundo Segawa (2002, p. 129), o “reconhecimento social”, de modo que os elementos formais dessa arquitetura foram repetidos como modismo, por “construtores populares” e engenheiros em cidades de todo o Brasil. Pilotis em “V”, rampas curvas na entrada das residências, brise-soleil, telhados invertidos, esbeltas colunas metálicas se multiplicavam pelo país (LARA, 2001; MARTINS, 1999, p. 20).

A difusão mantém, pois, um elo com a afirmação dessa arquitetura e, apesar da historiografia não distinguir o momento exato de seu desencadeamento, certamente ele precede a construção de Brasília. Idéia já defendida por Martins (1999, p. 20, tradução nossa): “não tem sido o intenso efeito-demonstração da exposição dos meios de comunicação da aventura de Brasília o detonador dessa adesão”.⁶

⁵ Sobre as publicações internacionais voltadas à arquitetura moderna brasileira, consultar: SEGAWA, 2002, p. 107-112; TINEM, 2006; CAPELLO, 2005.

⁶ “No há sido el intenso efecto-demostración de la exposición el los médios de comunicación de la aventura de Brasília el detonador de esa adhesión” (MARTINS, 1999, p. 20).

Por outro lado, mesmo que ela não marque o princípio desse processo, a construção de Brasília foi simultânea “ao relativo otimismo, relativa estabilidade política e econômica e principalmente à aceleração do modelo de desenvolvimento nacional, a partir da segunda metade dos anos 50” (LARA, 2005) e conquistou inegável repercussão nacional e internacional. Por isso guarda um interesse especial para esta pesquisa, não por suas qualidades intrínsecas ou por sê-la, eventualmente, acusada como a gênese do processo em questão, mas por demarcar um momento de novo impulso à propagação dos valores modernos dentro do país.

Brasília é reconhecida pela historiografia como um marco da arquitetura brasileira, por ser uma das maiores realizações no país a unir a um só tempo a arquitetura e o urbanismo modernos e por retratar o prestígio então atribuído à arquitetura nacional. Para Ficher; Acayaba (1982, p. 36), é emblemático da confiança então devotada aos arquitetos que no concurso para escolha do Plano Piloto foram priorizados soluções originais e critérios formais, em detrimento de estudos econômicos, geográficos ou sociológicos. Inclusive sua concretização, a cargo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, já não reclamava mais o amparo de arquitetos estrangeiros, distintamente da sede do Ministério da Educação e Saúde (1937-1945), que foi assessorada pelo franco-suíço Le Corbusier. Enfim, sua concretização revelava a efetiva consolidação dos valores modernos no âmbito da arquitetura.

Figura 1. Quadro histórico das revistas brasileiras de arquitetura. Dados: REVISTAS..., 1963, p. 201-3; SEGAWA, 1982, p. 42, 47; SEGAWA, 2002, p. 130, 191.

Figura 2. Publicidade da Revista Arquitetura. Fonte: ARQUITETURA agora..., 1968, p. 1.

Estimulada pela repercussão no exterior, por volta dos anos 1950, havia no país uma privilegiada divulgação da produção arquitetônica nacional [Figura 1]. Nas palavras de Segawa (1982, p. 46): "Nunca o arquiteto brasileiro teve tantas publicações nacionais à disposição como na década dos anos 50 e início dos 60". Revistas como *Habitat* (1950-1965), *Brasil Arquitetura Contemporânea* (1953-1958), *Arquitetura e Decoração* (1953-1958), *Forma* (1954-1955), *Módulo* (1955-1965), *Brasília* (1957-1962), *Bem Estar* (1958-1960), *IAB* (1958-1959), *Espaço* (1959-?), *Arquitetura*⁷ (1961-1968) surgiram nesse momento e se uniram às publicações anteriores – como *Acrópole* (1938-1971) e *Arquitetura e Engenharia* (1946-1965).

⁷ A revista *Arquitetura* foi fundada, em maio de 1961, com o nome *Guanabara* e, em dezembro de 1962, recebeu seu nome definitivo.

ARQUITETURA (*) é a melhor revista
brasileira de seu gênero...

João Pessoa, 11 de maio de 1966

Prezados Senhores,

Sou estudante do 4º ano de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba. Durante em nossa aula de Arquitetura o nosso professor, o arquiteto Sen- nardo Stuehet Filho, nos apresentou a revista Arquitetura como sendo a melhor no gênero em todo país. Logo após a aula tive a oportunidade de folheá-la melhor e fiquei admirado com a alta qualidade desta revista.

Gostaria imensamente de ficar recebendo esta revista, pois, ela não só me atualizarei com o que existe de mais moderno no gênero como também terei a possibilidade de ver projetos de arquitetos famosos.

Sem outro assunto a agradecer antecipadamente

Ant. Aug. Torres Camello.

Endereço:
Antonio Augusto Torres Camello.
Av. Camilo de Holanda 446
João Pessoa - Paraíba
Brasil.

...na opinião dos especialistas — arquitetos e construtores.

SE O SEU PROBLEMA É COMUNICAÇÃO COM ARQUITETOS
E CONSTRUTORES, **ARQUITETURA** É O SEU VEÍCULO.

(*) FILIADA AO

Figura 3. Publicidade da Revista Arquitetura. Fonte: ARQUITETURA é a..., 1966, p. IX.

Soma-se a isso que tais divulgações não eram desprovidas do desejo de persuadir ou convencer seus leitores, fosse ao estabelecer modelos ou ao valorizar determinadas correntes em detrimento de outras. A revista Acrópole, editada em São Paulo, é apontada por Segawa (2002, p. 152), como um importante instrumento para divulgar nacionalmente o que lá se realizava. E, conforme Serran (1988), “a revista Arquitetura (1961-68), editada no Rio de Janeiro, era o principal veículo que homogeneizava o pensamento da categoria”.

As revistas também contribuíram para “a construção de uma discussão sobre a arquitetura que não se limitava aos arquitetos, interessando a toda a sociedade” (ANELLI, 2000, p. 2). O alcance atingido por essas publicações, a julgar pela distribuição gratuita da revista Arquitetura, editada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a diversas prefeituras do país, era amplo. Conforme publicidade veiculada nesse mesmo título (ARQUITETURA agora...,

1968, p. 1), eram cerca de duas mil as cidades que recebiam seus exemplares e “acompanhavam o que se faz hoje [1968] no Brasil em matéria de arquitetura e planejamento”. Ilustravam essa afirmação desde cidade de porte médio ou situada na região mais desenvolvida, como Juiz de Fora/MG⁸ e Parati/RJ, até pequenas cidades do interior do Nordeste, como Itapagé/CE e Pilar/PB [Figura 2]. Por sua vez, outra publicidade veiculava uma carta de estudante de João Pessoa, Antônio Augusto Torres Camello, que acusava o recebimento dessa mesma revista pela Escola de Engenharia da Paraíba [Figura 3].

Nas páginas desses periódicos especializados eram publicados desde projetos e obras construídas, que serviam de modelos, até debates teóricos e discussões técnicas. Ou seja, eram transmitidos os valores plásticos, as qualidades funcionais e construtivas dessa arquitetura. Debate que, por vezes, surgia no “sentido de esclarecer” soluções apropriadas esteticamente “em diversos prédios construídos nos últimos anos”, como a discussão voltada à correta utilização “sob o ponto de vista estático” dos pilares em “V” (SILVA JÚNIOR, 1959, p. 41) [Figura 4]. Solução amplamente reutilizada em diversas situações e desenvolvida por Niemeyer, em 1951, no Palácio da Agricultura do Parque do Ibirapuera (em São Paulo), após esboçar, no ano anterior, solução semelhante no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (BRUAND, 2003, p. 152).

Mesmo a publicidade de materiais de construção, cujo alcance é mais difícil de ser captado, também fomentava o imaginário da arquitetura moderna. A propaganda das Telhas Eternit (COBERTURAS..., 1965, p. V) associava o caráter moderno de seu produto às qualidades econômicas e à possibilidade de “combinar com as portas de correr, com os janelões abrindo para o jardim” e identificava “um V de cabeça para baixo” como o “célebre formato dos telhados antigos” [Figura 5]. Tais formulações, provavelmente divulgadas em outros meios, não tocavam apenas profissionais dedicados à construção, mas inevitavelmente comerciantes e consumidores desses produtos.

Porém esse não foi o único meio de difusão. Como assinala Segawa (1988, p. 9), “[...] a presença de arquitetos conscientes de seu papel na prática direta no meio em que atuam pode também contribuir por transformações”. Dessa forma, o deslocamento de arquitetos por diferentes regiões foi fundamental para propagação da arquitetura moderna. Como até 1960 eram apenas sete os cursos de arquitetura existentes no Brasil, concentrados em grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre), os profissionais daí egressos, irradiados por distintas regiões, ampliaram o alcance geográfico dessa arquitetura. E o trabalho dos arquitetos, não raro, se estendeu por cidades próximas de onde se instalaram, de modo a propagar ainda mais seus valores.

⁸ Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002d), no ano de 1968, a cidade de Juiz de Fora/MG tinha 194.135 habitantes, Parati/RJ, 16.085, Itapagé/CE, 31.601 e Pilar/PB, 15.056, enquanto João Pessoa, na mesma época, possuía 189.096 habitantes.

SÔBRE OS PILARES EM V

JAYME F. DA SILVA JÚNIOR
Professor Catedrático das Escolas de Arquitetura e Engenharia da U.M.G.

1. *Introdução* — Em lugar dos clássicos pilares de eixo retilíneo vertical, têm sido adotados, em diversos prédios construídos nestes últimos anos, os chamados pilares em V. Muito se tem discutido quanto às vantagens e desvantagens desse tipo de estrutura, quer sob o ponto de vista estético quer estático. Quase nada, porém, é de nosso conhecimento haja sido publicado sobre o assunto, no sentido de esclarecer a questão.

Com a finalidade de contribuir para o estudo do comportamento estático dessas estruturas é que se apresentam, a seguir, algumas considerações. Elas poderão, em diversos casos, fornecer indicações relativas às vantagens ou desvantagens que acarretariam o emprego dessas estruturas.

FIG. 1

2. *Hipóteses adotadas* — Considera-se, neste trabalho, pilar em V, ou simplesmente pilar, uma viga em balanço de dois ramos prismáticos iguais, igualmente inclinados em relação à vertical e armada com um tirante (ou escora, se submetido à compressão) retilíneo horizontal, como se indica esquematicamente na figura 1. Supõe-se que as cargas externas sejam verticais e aplicadas somente nas extremidades da viga; para maior simplicidade admite-se, sempre, pilares simétricos e iguais.

Nessas condições consideram-se, também, estruturas de pilares associados, formados de n pilares iguais unidos entre si por tirantes (ou escoras) rígidos tal como se indica na figura 2 (aí se representa o caso particular de n = 3).

Observe-se que na associação de pilares é inteiramente arbitrária a fixação das distâncias (tais como a e b na fig. 2) entre pilares vizinhos não se exigindo, portanto, simetria para a estrutura resultante.

No caso geral obtém-se um sistema de grau de hiperestaticidade $g = 2n - 1$ que pode ser resolvido pelo método clássico de resolução de estruturas hiperestáticas. De acordo com as hipóteses admitidas, todavia, o problema se resolve com grande facilidade como a seguir se expõe.

3. *Esforços solicitantes* — Fácil é mostrar que numa associação de n pilares iguais os momentos nas fundações são, para todos os pilares (convenção Grinter):

$$M_B = -\frac{l}{n} (P - I) \quad 3.1$$

onde:

$$P = P_2 + P_1 + P_2 + \dots \quad 3.2$$

$$I = P_1 + P_2 + P_2 + \dots \quad 3.3$$

desde que se numerem as cargas aplicadas em ordem crescente, a partir da esquerda, para a direita, tal como indicado na figura (e admitido que se carreguem todas as extremidades das vigas).

Além disso, para todos os pilares e de acordo com a mesma convenção de momentos aplicados:

$$M_{BA} = M_{BC} = 0,5 M_B = (P - I) l / 2 n \quad 3.4$$

Determinados esses momentos as equações da estática fornecem imediatamente as forças X, que atuam nos diversos tirantes e escoras e que, na prática, são as cargas que vão atuar na laje porventura construída ao ni-

FIG. 2

ARQUITETURA
E ENGENHARIA

41

Figura 4. Artigo da Revista Arquitetura e Engenharia. Fonte: SILVA JÚNIOR, 1959, p. 41.

Processo que se dava de forma mais simplificada com o retorno dos egressos desses cursos a suas terras natais, de forma a transmitirem esse conhecimento a um meio por eles já conhecido. Com efeito, esses centros de ensino polarizaram em distintas escalas a formação dos novos profissionais. O curso do Rio de Janeiro, considerado por Segawa (2002, p. 130), “a principal escola de formação de arquitetos do Brasil até 1945”, congregou estudantes de várias localidades do país, ao passo que o de Recife foi responsável, especialmente após sua renovação iniciada em final dos anos 1940, pela formação de vários profissionais da região Nordeste, em especial dos estados mais próximos.

Os deslocamentos não foram, entretanto, induzidos apenas por laços naturais. Acácio Gil Borsoi, formado e nascido no Rio de Janeiro, instalou-se em 1951 na cidade de Recife para lecionar na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Dedicção ao ensino que proporcionava

“responda depressa: por que esta casa é tão obviamente moderna?”

Porque o telhado não é “quadrado”. É feito com meios-tubos Eternit. Definitivamente moderno. Não tem aquele célebre formato dos telhados antigos, um V de cabeça para baixo.

Eternit combina com as portas de correr, com os janelões abrindo para o jardim. Combina com tudo o que é moderno. Mas ao pensar em Eternit não considere apenas suas vantagens decorativas.

Pois Eternit é econômico, além de tudo. Economiza no madeiramento, na colocação, no transporte. Eternit é bonito e bom. Especialmente se sua casa for de bom gosto.

coberturas horizontais
Eternit
— mais de 60 anos de experiência na fabricação de produtos de cimento-amianto.

meios-tubos

canaletes

Figura 5. Publicidade das Coberturas Horizontais Eternit.
Fonte: COBERTURAS..., 1965, p. V.

uma influência direta, através da transmissão de conhecimentos por meio acadêmico e da formação de futuras gerações. Se a ida desse arquiteto à capital pernambucana fizera dele “um dos portadores da mensagem moderna ao Nordeste”, a presença de paulistas no curso de arquitetura de Fortaleza certamente não fora isenta das referências anteriormente por eles assimiladas (SEGAWA, 2002, p. 131-133). Já outros profissionais tiveram no Estado a indução para o deslocamento. Do Rio de Janeiro “[...] o carioca Marcello Vivacqua (formado em 1951), os mineiros João Timotheo da Costa (formado em 1952) e Severiano Mário Porto (formado em 1954) seguiram para o Espírito Santo, Mato Grosso e para o Amazonas, respectivamente, para cuidarem de obras públicas” (SEGAWA, 1988, p. 9). Formado em São Paulo (1963), o arquiteto paulistano Oscar Arine se instalou em 1966 no Mato Grosso, sob o convite do então

governador Pedro Pedrossian, e aí “foi responsável pela introdução [...] da linguagem da arquitetura paulista dos anos 60” (SEGAWA, 1988, p. 10).

Para além disso, quando atuavam em meios distintos dos quais provinham, propiciavam também a “interação entre valores locais e não-locais”. Fato que se tornava evidente na instalação de arquitetos estrangeiros, a exemplo do português Delfim Amorim e do italiano Mario Russo em Recife, e que, embora em menor grau, também se revelou nos deslocamentos dos arquitetos brasileiros dentro do país. “O carioca Hélio Duarte (formado no Rio de Janeiro em 1930) levou uma informação moderna para a Bahia entre 1938-44 e trouxe para São Paulo o conhecimento acerca das ‘escolas-parques’ formuladas pelo baiano Anísio Teixeira” (SEGAWA, 1988, p. 9).

Por sua vez, essas relações nem sempre se constituíram como intercâmbios, a exemplo de projetos pontuais realizados por arquitetos consagrados, Oscar Niemeyer, Vital Brazil, Sérgio Bernardes, em dispersas localidades do país. De toda forma, as obras construídas constituem uma efetiva forma de propagação da arquitetura moderna. Como lembra Lara (2005), “o fato de que todo mundo pode ver essas fachadas que são tão públicas quanto qualquer outro objeto urbano multiplica a audiência ainda mais, atingindo populações inteiras que passam diariamente por essas casas”. Por conseguinte, “[...] foram e são os arquitetos ‘em trânsito’ que simbolizam essa troca e enriquecimento de valores que, como sementes ao vento, vão desenvolver outras paisagens em novas paragens” (SEGAWA, 1988, p. 13).

Também devemos reconhecer o Estado como um importante agente propagador da arquitetura moderna, cuja ação não se restringiu, conforme Trajano Filho (2003, p. 8), “[...] à realização de obras excepcionais, coisa ‘pra inglês ver’, como o Ministério da Educação e o Pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York (1939)”, dada a variedade de programas sob essa mesma orientação por ele realizadas: escolas, hospitais, aeroportos, habitações. Por isso mais do que um cliente o Estado foi produtor dessa arquitetura (TRAJANO FILHO, 2003, p. 8). Relação que apesar das mudanças políticas, econômicas e culturais seria mantida dentro de uma “genérica, porém constante, perspectiva nacionalista” (MARTINS, 1987, p. 89).

Por outro lado, o período “após Brasília” foi marcado também por mudanças tanto no campo arquitetônico quanto no político e econômico. Niemeyer em 1958 reavaliava sua obra, em resposta à “banalização” das soluções arquitetônicas modernas (SEGAWA, 2002, P. 143), e os arquitetos paulistas, a exemplo de Vilanova Artigas (1915-1985), ampliavam sua participação no debate, que se deslocava para a questão tecnológica. Em 1964, se deu a tomada de poder pelos militares. E, após os primeiros anos de dificuldades econômicas, o autoritarismo então vigente e a perda da liberdade política se mesclaram ao otimismo do “milagre brasileiro”,⁹ vivenciado pela economia nacional, entre 1969 e 1973, quando houvera um intenso desenvolvimento do país.

⁹ Durante o período de “milagre econômico” (1969-1973), o Brasil combinava taxas altas de crescimento econômico e inflação baixa, teve suas exportações diversificadas e ampliou a indústria automobilística e a arrecadação de tributos (FAUSTO, 2001, p. 485-8).

A tomada de poder pelos militares também mudou o panorama que se esboçava nos anos imediatamente posteriores a Brasília, pois houve nesse período uma redução da discussão arquitetônica, fruto do desaparecimento de algumas revistas especializadas (Arquitetura e Engenharia, Habitat, Módulo), por efeito do regime militar. E mesmo aquelas que foram mantidas, Arquitetura, até 1968, e Acrópole, até 1971, tiveram curta duração [Figura 1]. Apenas em 1973 foi lançada a revista CJ Arquitetura e em 1975 a revista Módulo voltou a ser editada (SEGAWA, 2002, p. 191). Também ocorreu nessa época, o desaparecimento de expoentes da arquitetura brasileira: Marcelo Roberto faleceu em 1964; Affonso Eduardo Reidy, no mesmo ano; Rino Levi, em 1965.

Em contrapartida, era intensa a produção de construção civil. “É provável que [durante o regime militar] nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto, também” (SEGAWA, 2002, p. 191). Segundo Daher (1982, p. 93), dava-se preferência aos grandes escritórios e empresas de construção e planejamento, de forma a tolher a participação de arquitetos autônomos, e priorizava-se a ocupação intensiva de mão-de-obra, a refrear as pesquisas dirigidas à pré-fabricação ou à industrialização das construções.

Esse conjunto de fatores torna compreensível que Benévolo (1989, p. 720) reconheça o regime militar como marco de uma crise, ao afirmar que “o ciclo da arquitetura brasileira [...] hoje [1976] pode ser deixado de lado como um capítulo encerrado, resultado interrompido por uma situação política e social superada em todo o continente”. Crise reconhecida também por outros autores, como Bastos (2004), Lemos (1983), Segawa (2002), a divergirem apenas quanto à época e à causa desse declínio. Não raro, Brasília será tida também como marco dessa inflexão, quer dizer, como encerramento do “excepcional ciclo *entente* arquitetura/Estado na construção do Brasil moderno” (GORELIK, 2005, p. 153-154, grifo do autor). E, por isso, ela deva ser entendida, conforme Gorelik (2005, p. 153), “como uma encruzilhada particularíssima, como ponto de chegada – em alguns casos de consumação, em outros de quebra – de uma multidão de histórias diferentes”.

Dentro desse contexto entremeado por mudanças de rumo e pela emergência de novos valores, a arquitetura moderna continuava a se expandir pelo país. Se o número de publicações especializadas diminuía, o deslocamento de profissionais continuava a se efetuar, sobretudo graças aos novos cursos criados. E o amplo conjunto moderno já edificado nas cidades brasileiras incitava realizações a sua semelhança. De fato, a repetição exaustiva de soluções similares em meados dos anos 1970, não obstante o programa ou a escala do projeto (SEGAWA, 2002, p. 157), já apontava por si mesma a contínua propagação desses modelos.

Portanto, o estudo da difusão da arquitetura moderna no período após Brasília, longe de focar quando se dera a deflagração desse processo, nos permite analisar seu vigor e continuidade, visto que esse período compreende situações extremas: desde a forte repercussão nacional e internacional conquistada por essa arquitetura durante um contexto político-econômico favorável até a posterior experiência controvertida durante o regime militar.

No entanto, como afirma Veyne (1998, p. 41), “é preciso haver uma escolha em história, para evitar dispersão de singularidades e uma indiferença em que tudo tenha o mesmo valor”. Diante disso, nossa pesquisa se detém não na escala nacional, cuja complexidade e amplidão de agentes envolvidos resultariam em inerentes simplificações, mas numa escala mais reduzida, a dimensão urbana, que nos conduz a uma visão mais próxima desse processo e de seus resultados. Como foco, elegemos a cidade de João Pessoa, por sê-la, nessa época, palco de intensa disseminação da arquitetura moderna em seu espaço urbano, mesmo sem ter um ambiente de debate arquitetônico formalmente constituído. Seu curso de arquitetura só foi fundado em 1974 e entrou em funcionamento no ano seguinte. Seu quadro de profissionais se renovava, embora fosse reduzido, de forma que era freqüente a atuação de não-arquitetos ou de profissionais de fora. Aspectos igualmente representativos de tantas outras cidades brasileiras e que, por isso, não a transformam num caso excêntrico.

Objetivamos, com isso, analisar a difusão da arquitetura moderna através do vínculo entre a produção arquitetônica e o espaço urbano, ao tratar desse processo na cidade de João Pessoa entre 1956 e 1974. Período que compreende, no plano local, ao intervalo entre a renovação do quadro de profissionais, em meados de 1956, e a criação do curso de arquitetura, em 1974. Estudo que subdividimos em três eixos de investigação: identificar os agentes promotores dessa arquitetura; reconhecer suas formas de manifestação no espaço urbano através de sua dispersão pela cidade e por diversos programas; evidenciar como era então representada ou recepcionada essa arquitetura no meio local.

Delimitamos a produção arquitetônica por nós analisada com base em pesquisa ao Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que diante de suas limitações, dado que alguns documentos foram perdidos ou não se encontram mais arquivados, acrescentamos obras identificadas pela imprensa da época, por estudos acadêmicos ou pelos próprios profissionais então atuantes, quando obras de suas autorias. E como pretendíamos caracterizar a produção do período como um todo, abrangemos obras públicas e privadas, além de intervenções urbanísticas, embora tenhamos desconsiderado de nosso universo os conjuntos habitacionais, por requererem consulta a arquivos específicos (tarefa que excederia o tempo disponível para esta pesquisa). Sempre que possível, devido às freqüentes modificações aos imóveis, recorreremos aos projetos originais ou, quando de suas inexistências e da importância da obra para nosso estudo, tentamos recompô-los com base em levantamentos confrontados com fotografias antigas e depoimentos de seus autores ou dos proprietários iniciais.

Por sua vez, como foram recorrentes os projetos parcialmente construídos ou simplesmente não construídos, estendemos nossas análises tanto às obras edificadas quanto aos projetos, com o fim de captar a integridade do pensamento do arquiteto, sem com isso nos abstermos das dificuldades por eles enfrentadas para a concretização, que também nos indicam possíveis limitações locais, dos pontos de vista técnico, construtivo, financeiro ou mesmo cultural.

Quanto à identificação das datas dessas produções, optamos por nos remeter a sua aprovação na prefeitura, procedimento também adotado por M. Silva (1991, p. 39) em sua pesquisa sobre a arquitetura de Alagoas, “Arquitetura Moderna: a atitude alagoana” (1991). Escolha que nos parece mais acertada por marcar uma provável transição entre o final da etapa de projeto e o início da construção, além de oferecer um critério único que nos permite enquadrar os projetos de quaisquer autores e com isso facilitar nossa sistematização. Porém, pelo fato de alguns projetos não estarem mais arquivados e, por isso, utilizarmos outras fontes de documentação, procuramos nesses casos nos referir a data final dos projetos e/ou início da construção. E, quando percebemos um intervalo significativo entre ambos os momentos, evidenciamos a distinção entre eles.

Como foram praticamente inexistentes depoimentos, entrevistas, memoriais descritivos ou publicações sobre essas obras ou seus agentes em revistas especializadas, recorremos a jornais e revistas locais em circulação naquela época que, embora não nos ofereçam uma leitura erudita, captavam constantemente essas realizações. Esses documentos sinalizaram as obras, suas representações e agentes envolvidos, além das próprias transformações que se processaram no espaço urbano. Leitura favorecida essencialmente pelos jornais, que oferecem uma apreensão diária da cidade, e que nos permitem, por sua vez, captar a hipótese da história cultural urbana assinalada por Gorelik (2005, p. 154), “de que a cidade e suas representações se produzem mutuamente”.

Esses documentos foram ainda acrescidos das entrevistas por nós realizadas com os principais promotores dessa arquitetura, a fim de caracterizar suas produções e seus perfis profissionais. Processo, no entanto, sujeito a memória ou visão atual do entrevistado e, por isso, confrontado com as demais fontes de informações.

Tal encadeamento e sistematização de dados resultaram nos quatro capítulos desta dissertação, estruturados conforme uma ordem cronológica, mas sem o rigor da subdivisão em fases estanques e definidas por datas precisas. No Capítulo 1, tratamos da caracterização do contexto, em relação às experiências modernas já existentes na cidade, a conformação de um novo quadro de profissionais e a identificação de possíveis meios de debate local. No Capítulo 2, identificamos os agentes envolvidos na consolidação da arquitetura moderna, com base nas principais transformações da paisagem urbana então captadas pela imprensa. No Capítulo 3, abordamos a propagação e manifestação dessa arquitetura no espaço urbano, ao analisarmos as ações dos principais agentes identificados. No Capítulo 4, tratamos dos ecos dessas realizações sobre a paisagem de João Pessoa e sobre as discussões arquitetônicas e urbanísticas locais.

OS ELEMENTOS DO CONTEXTO

As primeiras experiências modernas

Segundo Trigueiro (1989, p. 134), a construção do serviço de abastecimento de água, inaugurado em 1912, a instalação de luz elétrica e a substituição de bondes puxados por burros por modelos elétricos, inaugurado em 1914, marcaram o início do processo de modernização da capital paraibana, ainda no governo estadual de João Machado (1908-1912). Nessa época também foi aberta a avenida com o nome desse governador, que substituiu “as vielas e matas de nenhum asseio” por um traçado regular. Representativo do início desse processo no campo urbanístico foi o plano de saneamento de João Pessoa elaborado em 1913 pelo engenheiro Saturnino de Brito, que abrangeu os serviços de esgotamento sanitário, alargamento e abertura de ruas para construção de galerias de esgotos e o saneamento da lagoa dos Ilerês (atual Parque Solon de Lucena), mas cuja construção só se deu na década seguinte.

Essa modernização era estimulada pelo prestígio político conquistado por personalidades locais e pelo desenvolvimento econômico da Paraíba, cuja prosperidade iniciada entre 1910 e 1924 teve como fatores determinantes a elevação do preço do algodão, base de sua economia, a renovação de seu quadro político e a indicação do paraibano Eptácio Pessoa à Presidência da República (1919-1922), que conduziu consideráveis recursos financeiros ao estado (TRIGUEIRO, 1989, p. 135).

Nesse tempo vários arquitetos se instalaram em João Pessoa. Os italianos Pascoal Fiorilo, formado na Itália, e Hermenegildo Di Lascio (1884-1957), formado na Argentina (onde era então radicado), chegaram em 1916, ambos contratados para atuar nas reformas urbanísticas empreendidas pelo governador Camilo de Holanda (1916-1920) na capital paraibana.¹⁰ Hermenegildo, que se tornou um dos arquitetos com produção mais extensa na cidade, atuou tanto na iniciativa pública quanto privada e se dedicou ainda à construção, através da firma Cunha & Di Lascio, em sociedade com o paraibano Avelino Cunha.¹¹ Nesse mesmo governo, se instalou mais um italiano: G. Gioia¹² (m. [198-]), formado em seu país de origem, que permaneceu em João Pessoa provavelmente até meados dos anos 1940, quando, segundo José Mello (2006, p. 120-122), se radicou em Campina Grande, onde permaneceu até seu falecimento. Em meados de 1922, chegou o capixaba Clodoaldo Augusto de Souza Gouvêa (1887-1948),^{13*} formado no Rio de Janeiro (em meados dos anos 1910) (TRAJANO FILHO, 1999, p. 54). Inicialmente esse arquiteto realizou projetos particulares em paralelo ao trabalho na seção de projetos da prefeitura municipal e, nos anos 1930, passou a atuar, por indicação de Ítalo Joffily, na Seção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), vinculada ao governo estadual, na qual permaneceu até o fim de sua carreira. Também nos anos 1920, se instalou o paraibano Otávio Freire, formado em Paris, sobre o qual, no entanto, temos poucas informações. É importante apontarmos que esses dois últimos arquitetos tinham relações diretas com a Paraíba: Otávio Freire aí nascera e, por sua vez, Clodoaldo Gouvêa, conforme Trajano Filho (1999, p. 53), pertencia à tradicional família paraibana, que ocupava “cargos importantes na administração pública de vários estados do Nordeste, especialmente Paraíba, Pernambuco e Alagoas”. Dessa forma, não se tratava, em seus casos, de uma vinda ocasional, embora certamente estimulada pela situação econômica e pelas obras então realizadas na cidade.

Foi esse conjunto de arquitetos que, direta ou indiretamente, impulsionou o processo de modernização arquitetônica de João Pessoa. Conforme Celso Mariz (1978, p. 91), em vez do casario “ainda de [...] estilo antigo” dos anos anteriores, no qual estavam presentes “o corredor sem fim e o quarto escuro”, eles “construíram casas alegres, arejaram, fizeram os primeiros bangalôs, movimentaram os tetos”, embora, segundo o mesmo autor, “não [...] criassem uma era de arte e beleza”. Traziam, pois, uma reconhecida contribuição às condições higiênicas das edificações, sem adentrarmos, por enquanto, em seus aspectos plásticos e técnicos. Revisão que também contou com o envolvimento dos construtores Mariano Falcão e José Coelho, também chegados à cidade nesse período.

¹⁰ Conforme José Mello (2006, p.107), a intermediação para a vinda de Hermenegildo se deu através de um parente distante: Pascoal Florentino, radicado em Recife.

¹¹ Hermenegildo, quando de sua estada em Buenos Aires, foi sócio da construtora Di Lascio & Fava.

¹² Como há divergências quanto ao nome desse arquiteto, Trajano Filho (1999) o denomina Giovanni Gioia e José Mello (2006), Giuseppe Gioia, optamos pelo uso da abreviação G. Gioia.

¹³ Extraímos essa grafia do nome de Clodoaldo Gouvêa de documento encontrado no Arquivo Público Municipal de Campina Grande: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Solicitação de licença para o exercício da profissão de engenheiro-arquiteto na cidade. Campina Grande, 01 jan. 1945.

Figura 6. Publicidade do “arquiteto-construtor” Alcides Cordeiro de Lima, em 1935. Fonte: ALCIDES..., 1935 (arquivo pessoal de Marcus Vinícius).

Segundo Mariz (1978, p. 92), foram “inúmeras as casas particulares de plantas e construções desses arquitetos, aos quais se juntam os esforços de bons mestres de obra que depois se tornaram construtores de certa reputação, como Gama, Carmelo Rufo e alguns mais”. Produção privada que também contou com a participação de outros profissionais, além desses por nós já identificados, como foi o caso do arquiteto-construtor Alcides Cordeiro de Lima e cuja produção igualmente sinalizava a modernização das residências locais. Podemos supor isso através de sua publicidade veiculada em 1935, que expunha um bangalô¹⁴ e uma residência de formas abstratas e ausente de adornos, a revelar, apesar da diversidade de linguagem, uma maior atenção à funcionalidade, em especial ao conforto climático, além do distanciamento a uma composição historicista [Figura 6].

Certamente essas residências não estavam desvinculadas da modernização empreendida às obras oficiais. Como defende L. Cavalcanti (2000, p. 12), “a conquista de um mercado estatal era absolutamente fundamental em um país no qual as elites privadas apenas adotam um estilo depois que tivesse sido experimentado e aprovado em obras públicas”. A influência

¹⁴ Com base no significado de bangalô exposto por Corona e Lemos (1972, p. 69): “[...] pequena residência provida de varanda, pretensamente alpendrada, pretensamente pitoresca e geralmente levantada nos bairros das cidades”.

estabelecida pelas obras oficiais, de forma a disseminar suas soluções, já fora inclusive apontada pelo paraibano Celso Mariz (1978, p. 87), em seus escritos sobre a Paraíba:

Os governos, quando contam com recursos maiores, dão feição mais rica e melhor a suas construções. Dessa forma, influem no gosto e expressão das edificações particulares. Um prédio novo, com disposições, fachada, pavimentação, material diferente, é um estímulo, uma lição viva numa cidade. Quando é um sinal de progresso econômico, segue-se-lhe a imitação dos que estão ao nível desse progresso.

Com efeito, as obras oficiais tiveram em João Pessoa papel fundamental para impulsionar a modernização arquitetônica, fosse ao promover a chegada de novos profissionais, fosse ao efetuar obras construídas, que transformavam o espaço urbano, através do saneamento e do traçado de vias e especialmente por meio da própria arquitetura. Novos bairros foram realizados; a lagoa situada em região central da cidade, após ser saneada e urbanizada, foi transformada em parque (1924); novos edifícios públicos foram construídos, Escola Normal (Otávio Freire – 1926), Imprensa Oficial, agência dos Correios e Telégrafos (Hermenegildo Di Lascio – 1926), Parahyba Palace Hotel; novas praças foram realizadas ou reformadas, como Venâncio Neiva¹⁵ (Pascoal Fiorilo – 1917), da Independência (1922), Vidal de Negreiros (1924); foi aberta uma via de ligação entre o centro e a praia (1918), cujo traçado deu origem à Avenida Epitácio Pessoa (1933); o serviço de saneamento da capital foi iniciado (1922), apesar de só ter sido inaugurado em 1928; o Parque Arruda Câmara foi criado.

E foi durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945) que os investimentos para a modernização da cidade ganharam um novo impulso. Vivia-se no Brasil um desejo, não restrito à política, de transformar o país, a fim de estabelecer bases para seu crescimento e “permitir-lhe desempenhar importante papel no futuro” (BRUAND, 2003, p. 72). A Paraíba assumiu uma posição privilegiada nesse ambiente, em virtude da adesão do político paraibano João Pessoa à vice-presidência na candidatura de Vargas e dos acontecimentos decorrentes de seu assassinato. Diante disso, a nomeação do paraibano José Américo de Almeida para o Ministério de Viação e Obras Públicas veio selar esse apoio e favorecer, por sua vez, a condução de novos investimentos federais para o estado. Foi fruto desse momento o Plano de Remodelação e Extensão da cidade (1933) [Figura 90], de autoria do urbanista Nestor de Figueiredo, que propunha “a ampliação das comunicações entre a Cidade Alta e o Varadouro [Cidade Baixa] e a criação de um bairro comercial separado em comércio grossista e varejista e de um setor para equipamentos industriais, todos nas proximidades do ancoradouro do Varadouro”, além de delimitar o Parque Solon de Lucena como “centro de irradiação” da “cidade futura” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 76-78). Também se deu nesse período a construção do Palácio da Secretaria da Fazenda (1933), projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, que veio a ser um dos primeiros edifícios de arquitetura moderna da capital paraibana.

¹⁵ A autoria do Pavilhão do Chá, presente nessa mesma praça, é de G. Gioia.

Figura 7. Sede dos Correios e Telégrafos (1926), Hermenegildo Di Lascio. Fonte: BORGES, 1960, p. 283.

Portanto, o Estado, como defende Trajano Filho (2003, p. 8-9), teve papel ativo na “constituição de uma cultura arquitetônica moderna”. Postura que se tornava nítida, dentre outros fatores, pelos investimentos concentrados nessas obras, “que permite lançar mão de materiais e técnicas construtivas que de resto têm uso apenas esporádico e excepcional nesse momento”, e pelas publicidades a elas dirigidas (TRAJANO FILHO, 2003, p. 9). As novas edificações construídas pelo Estado buscavam expressar uma “imagem moderna de administração”, espelhar “os ideais de progresso e modernidade desejados pelos governantes” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 35). E não raro estavam unidas a intervenções no espaço urbano. O Edifício Central do Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa – 1936), por exemplo, deu-se em paralelo à construção da moderna avenida arborizada com cinquenta metros de largura a sua frente, Avenida Getúlio Vargas, procedente da *parkway* da Lagoa sugerida no plano de Nestor de Figueiredo, que se constituía, segundo Trajano Filho (2003, p. 5), “como um eixo do desenvolvimento futuro da capital”.

Se, como já afirmamos, as novas construções denotavam inicialmente uma maior atenção funcional, ao ampliar os cuidados com ventilação e iluminação, elas também ecoavam, embora nem sempre no mesmo ritmo, as transformações técnicas e plásticas pelas quais passava a arquitetura brasileira.

A “reutilização mais ou menos livre do vocabulário formal de estilos passados” (SILVA, G., 1987, p. 180) marcou num primeiro momento, nas décadas de 1910 e 1920, os edifícios então construídos em João Pessoa, como ilustravam o Grupo Escolar Thomas Mindello (Pascoal Fiorilo – 1916), a Escola Normal (Otávio Freire – 1926) e a Sede dos Correios e Telégrafos (Hermenegildo Di Lascio – 1926) [Figura 7]. Nessa mesma época semelhantes realizações também se revelavam em Recife, onde eram identificadas como símbolos de modernidade,

por se diferenciarem dos antigos sobrados, e não eram ainda, conforme G. SILVA (1987, p. 190), reconhecidas nos jornais e na literatura pelo termo “Eclético”, como vieram a ser posteriormente denominadas.

Orientação que, a partir da década de 1930, foi em João Pessoa gradualmente direcionada a uma arquitetura mais racional, particularizada “pela limpeza formal na composição e pelo uso de uma discreta ornamentação com motivos geométricos e estilizados” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 37). Isto é, uma produção que passava a seguir os padrões de simplificação, geometrização e racionalização das composições formais conforme exposto na *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, realizada em 1925 em Paris, e que foram reconhecidos como o estilo *Art Déco*, disseminado, segundo Segawa (2002, p. 72), “entre os profissionais de várias regiões do Brasil”, na segunda metade dos anos de 1930, o que foi favorecido pelas revistas especializadas, como “Arquitetura e Urbanismo” e Acrópole, que publicavam, ao lado de soluções tradicionalistas e neocoloniais, obras modernizantes.

Essas adesões ao *Art Déco* se mesclaram em João Pessoa ao aparecimento das primeiras obras alinhadas à arquitetura moderna das vanguardas européias, a exemplo, como já

Figura 8. Palácio da Secretaria da Fazenda (1933), DVOP/Clodoaldo Gouvêa. Fonte: TRAJANO FILHO, 2002, p. 94.

expusemos, do Palácio da Secretaria da Fazenda (1933) [Figura 8], projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, que foi uma das primeiras manifestações locais. Seu projeto era condicionado pela flexibilidade do espaço interno, a fim de se adequar à diversidade de usos e à possibilidade de futuras modificações, que, por sua vez, determinava o espaço externo. Dessa forma, as circulações verticais e equipamentos de apoio situavam-se na parte posterior do edifício. E as amplas aberturas horizontais favoreciam a funcionalidade, fosse ao assegurar a iluminação e a ventilação naturais, fosse ao ampliar as possibilidades de aproveitamento do interior. Sem desprezar os aspectos funcionais, o apelo técnico e plástico era ostentado pelas aberturas angulares e pela volumetria movimentada e escalonada. Elementos verticais e horizontais se uniam e ressaltavam “de imediato a elegância de implantação urbana, numa tematização da velocidade e do movimento que é pouco freqüente na arquitetura brasileira”, como observado por Martins (1988, p. 88). A racionalidade e a estética moderna se contrapunham, no entanto, às limitações técnicas locais, de forma que a avançada técnica do concreto armado, que possibilitou os dois únicos pilares internos, e a estrutura metálica da cobertura se associavam ao uso da tradicional alvenaria estrutural na periferia do edifício. Solução que não deixava de sinalizar também o domínio de diferentes técnicas construtivas e a assimilação de tecnologias mais recentes, mesmo que sujeitas às possibilidades locais.

Figura 9. Perspectiva do Instituto de Educação (1936), DVOP/Clodoaldo Gouvêa: Edifício Central (à direita), Escola de Aplicação (à esquerda) e Jardim de Infância (ao fundo). Fonte: TRAJANO FILHO, 2002, p. 71.

Outra obra igualmente representativa desse período foi o Edifício Central do Instituto de Educação (1936) [Figura 9], também projetado por Clodoaldo Gouvêa através da DVOP, o qual constituiu uma “pedra angular da ampla modernização do sistema educacional da Paraíba” e suscitou ampla publicidade, desde o anúncio de sua construção (TRAJANO FILHO, 2003, p. 5-6). Nele foram concretizadas as pesquisas técnicas empreendidas por esse órgão em colaboração com a Diretoria de Ensino de São Paulo voltadas à construção de novos

edifícios escolares. Estudos que almejavam a eficiência e a economia de recursos e eram realizados por equipes multidisciplinares formadas por engenheiros, arquitetos, pedagogos, médicos, entre outros (TRAJANO FILHO, 2003, p. 120). Dessa forma, abordava aspectos funcionais, construtivos e programáticos, que iam “desde a melhor solução da implantação até a altura dos peitoris de cada janela, justificando cada decisão com argumentos puramente técnicos” (TRAJANO FILHO, 1999, p. 106). Como resultado, o Edifício Central do Instituto de Educação tinha a disposição das salas de aula, concentradas num único lado, conforme preceitos de conforto climático, para viabilizar a ventilação cruzada nesses ambientes. Janelas angulares e a construção de um teto-jardim em sua cobertura revelavam seu alinhamento às soluções formais das vanguardas européias, além de sinalizar avanços técnicos. E novamente voltava a conciliar estrutura de concreto armado, como utilizada nas circulações em balanço, e alvenaria estrutural, de forma que, assim como no projeto anterior, ainda conservava resquícios da solidez plástica comum às construções tradicionais.

Mais tardiamente, na década de 1940, as edificações realizadas por esse órgão confirmavam não apenas a assimilação da arquitetura moderna, mas também o aperfeiçoamento técnico. Obras que passavam a ser marcadas pela leveza plástica. Projetado pelo engenheiro-arquiteto João Correia Lima (1908-[19--?]), ex-integrante da equipe de Luís Nunes em Recife e então responsável pela seção de arquitetura da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco, o Cassino de Verão (1939), no Parque Solon de Lucena, era composto por uma laje plana de concreto armado suportada por conjunto de pilares regularmente dispostos do mesmo material. Solução em que plástica e técnica eram conciliadas dentro dos preceitos modernos [Figura 10]. Essa obra marcava ainda uma maior flexibilidade na realização dos serviços pela DVOP, quando da saída em 1939 de Ítalo Joffily de sua direção, momento em

Figura 10. Cassino de Verão (1939), DVOP/João Correia Lima. Fonte: IHGP.

Figuras 11, 12. Mercado Público Municipal (1943-1948), Antônio Bezerra Baltar. Fonte: IHGP; ROCHA, 1987, p. 46.

que a elaboração dos projetos não estava mais restrita ao corpo técnico desse órgão (TRAJANO FILHO, 2003, p. 48).

Nessa mesma década e também nas proximidades do Parque Solon de Lucena, então área de expansão urbana e próxima a núcleos residenciais, foi construído o Mercado Público Municipal, inaugurado em 1948 e empreendido pelo prefeito Francisco Cícero de Melo Filho (1940-1945) (COUTINHO, Marco Antônio; VIDAL, 2007) [Figuras 11, 12]. Obra que, além do desenvolvimento técnico, como demonstrava as grandes aberturas zenitais (sheds) e o uso de estrutura independente de concreto armado, sinalizava mais uma vez a ação de um profissional da capital vizinha: o engenheiro e urbanista pernambucano Antônio Bezerra Baltar (1915-2003), que, assim como João Correia Lima, atuou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU, liderado por Luís Nunes.

No entanto, o direto envolvimento de Clodoaldo Gouvêa com a DVOP torna muitas vezes difusa a distinção entre a contribuição individual desse arquiteto e a contribuição institucional desse órgão, dirigido, entre 1932 e 1939, pelo engenheiro pernambucano Ítalo Joffily Pereira da Costa (1904-1987), formado no Rio de Janeiro (em meados de 1928). Somam-se a isso, como reconhecido por Trajano Filho (2003, p. 44-45), “os escassos registros acerca da autoria das obras” e o “intento de Joffily em conferir uma dimensão coletiva às realizações da diretoria”. Por conseguinte, obras realizadas pela DVOP são, por vezes, atribuídas a Clodoaldo Gouvêa, como o Cassino de Verão (1939) e o Mercado Público Municipal (1943-1948), embora não tenham sido por ele concebidas. Com efeito, conceitos próprios ao racionalismo, como economia, funcionalidade e eficiência estavam presentes nas realizações da DVOP, firmemente aplicados às obras públicas da década de 1930, e não apenas às obras daquele arquiteto. Esses princípios se faziam notar principalmente no discurso fundamentado em critérios funcionalistas do diretor desse órgão, o engenheiro Ítalo Joffily, que promoveu a introdução de “referenciais modernos na rotina de projeto das Obras Públicas” (TRAJANO

FILHO, 2003, p. 46). Inclusive, tão logo lançada na Itália a obra *Gli Elementi dell'Architettura Funzionale* (1932), de Alberto Sartoris, que objetivamente fixava a imagem da “nova arquitetura” e seus princípios gerais, ela estava disponível na DVOP (TRAJANO FILHO, 2003, p. 11). Portanto, embora não se possa (nem se deva) minimizar a importância de Clodoaldo Gouvêa, as realizações oficiais e o empenho desse órgão em promover a arquitetura moderna suplantavam a simples ação isolada de um único profissional.

Afora isso, tais transformações da arquitetura local não estavam desvinculadas da própria modernização da arquitetura brasileira e que teve em Recife uma experiência significativa através da atuação de Luís Nunes (1908-1937) na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, entre 1934 e 1937. Interação entre as instituições recifense e pessoense que, embora não tenham sido encontrados indícios, não pode ser, segundo Trajano Filho (2003, p. 47), desprezada.

Porém, a modernização da arquitetura de João Pessoa não se deu uniformemente. As obras inicialmente ecléticas de Hermenegildo Di Lascio e G. Gioia se converteram, ao longo do tempo, em *Art Déco*. Esse último profissional, segundo Trajano Filho (1999, p. 47), desenvolveu uma trajetória mais linear, por caminhar progressivamente em direção àquele estilo sem aparentes retornos ao Ecletismo praticado no início de sua carreira. São exemplos de sua fase mais madura: a reforma do Quartel de Polícia Militar (1932), o Cine-Teatro Rio-Branco (1932) e residência na Rua das Trincheiras [Figura 13]. Nesse último projeto, no qual era acentuado seu distanciamento aos estilos historicistas, ainda persistiram discretas decorações acima das aberturas e a simetria axial, que nos impedem sua caracterização como um exemplar efetivamente moderno. Hermenegildo Di Lascio também percorreu trajetória semelhante. Se por volta de 1925 projetou a Loja Maçônica Branca Dias, de notória filiação eclética, em torno de 1939 realizou a Capitania dos Portos [Figura 14], em que a limpeza formal e a metáfora náutica, influenciadas pela arquitetura moderna, se justapunham à simetria e à decoração geométrica, mais próprias ao *Art Déco*.

Dessa forma, o esforço empreendido por ambos os arquitetos com vistas à modernização da arquitetura, foram ao encontro do *Art Déco*, que incitava o abandono ou geometrização dos adornos e a limpeza formal das edificações, embora fosse, no entanto, um distanciamento tardio da composição historicista ligada ao Ecletismo, dada a então emergência da arquitetura moderna no país. Quanto a Pascoal Fiorilo e Otávio Freire, não podemos aferir com precisão o encaminhamento por eles seguido em favor de uma maior racionalidade arquitetônica, porque suas produções são ainda pouco conhecidas, em especial a desse último, de modo a inibir uma análise precisa.

Clodoaldo Gouvêa, por sua vez, se manteve inicialmente, durante os anos 1920, preso aos ensinamentos acadêmicos da Escola Nacional de Belas-Artes, ao realizar uma produção caracterizada pela simetria axial e pela decoração geométrica. Foi na década posterior que esse arquiteto começou a se aproximar dos princípios modernos, influenciado pelas vanguardas européias, quando se distinguiu pelo rigor de sua concepção técnico-construtiva, durante sua atuação na DVOP.

Figura 13. Residência na Rua das Trincheiras, G. Gioia.
Fonte: ROCHA, 1987, p. 42.

Figura 14. Capitania dos Portos da Paraíba ([1939?]),
Hermenegildo Di Lascio.
Fonte: IHGP.

Enfim, a arquitetura de João Pessoa passava por um momento de transição rumo à arquitetura moderna, o que era visível tanto no conjunto da produção pública ou privada, quanto na trajetória individual dos arquitetos. E se diferentes estilos coexistiam nesse tempo, não residia nisso uma contradição, visto que a história, como nos lembra Kauffmann (1974, p. 96-7), ocorre de forma lenta e constante, com determinadas correntes a ocorrerem em paralelo ou a se entrecruzarem, de forma que a construção de linhas fronteiriças abruptas é, pois, uma construção historiográfica.

Essa transformação também se revertia nos aspectos técnicos e construtivos desses edifícios, o que se tornava claro naqueles realizados nos anos 1940. Fenômeno que, por sua vez, tinha o impulso direto do Estado, através das construções oficiais, e era favorecido ainda pelo desenvolvimento econômico da Paraíba. Como observado, por Celso Mariz (1978, p. 87): “Nossa capital tem [em final dos anos 1930]¹⁶ acompanhado, em seu aspecto e grandeza, o desenvolvimento econômico do Estado”. E, como já assinalamos, essa transformação não ficou relegada às obras oficiais. Afinal, como acrescentava o mesmo autor: “[...] tivemos mais sobrados particulares e mais edifícios públicos de tamanho” (MARIZ, 197, p. 87).

¹⁶ Data que se refere à primeira edição de seu livro *Evolução Econômica na Paraíba: em torno de 1939*.

A renovação do quadro de arquitetos

Entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1950, o quadro de arquitetos atuantes em João Pessoa se alterava. Clodoaldo Gouvêa faleceu em 1948. G. Gioia, por volta dessa época, provavelmente se transferiu para Campina Grande/PB (MELLO, José, 2006, p. 122). Hermenegildo Di Lascio faleceu em 1957. Quanto a Pascoal Fiorilo e Otávio Freire, não encontramos registros de suas atuações nas décadas posteriores, mesmo em depoimentos dos arquitetos por nós entrevistados. É possível que dentre os arquitetos chegados nos anos 1920, como esses dois, alguns tenham permanecido pouco tempo, diante da afirmação de Celso Mariz (1978, p. 92), ao se referir, em final dos anos 1930, àquele grupo: “os que aqui ficaram, prosseguiram trabalhando, comunicando uma influência enorme na edificação dos últimos tempos”. Por sua vez, Alcides Cordeiro de Lima, cuja atuação é por nós conhecida apenas por publicidades em jornais locais, ainda estava em 1958 presente em João Pessoa, ao ter em vista sua então manifestação na imprensa (DESAPROPRIAÇÃO..., 1958, p. 3), embora não tenhamos encontrado referências a projetos por ele realizados entre 1956 e 1974.

Em contrapartida, se dava, por volta dessa mesma época, a atuação de novos profissionais em João Pessoa, os quais se instalavam na cidade ou apenas aí passavam a atuar [Figura 15].

Figura 15. Quadro histórico dos arquitetos atuantes em João Pessoa, conforme o período de atuação na cidade. Dados: BORSOI, 2007; CUNHA, 2007; DIEB, 1981, 1994; STUCKERT, 2006; GUIMARÃES, 2007b; LASCIO, 2006a; MELLO, José, 2006; NASLAVSKY, 2004; TRAJANO FILHO, 1999.

Figura 16. Roberval Guimarães (em primeiro plano), durante visita à construção do edifício de apartamentos em Botafogo (1947), irmãos Roberto. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.

Em 1950 o arquiteto paraibano Carlos Roberval da Cunha Guimarães (n. em 1925) iniciava seu exercício profissional em João Pessoa, ao voltar de seus estudos no Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1949 na Faculdade Nacional de Arquitetura, simultaneamente a Acácio Gil Borsoi (n. em 1924) e Gian Carlo Gasperini. Na então capital federal também acompanhou durante cinco anos, como fiscal de obras do IPASE, a construção do edifício de apartamentos em Botafogo (1947) [Figura 16] projetado pelos irmãos Roberto e trabalhou como desenhista desses arquitetos em modificações ao Aeroporto Santos Dumont (1937-1945) (GUIMARÃES, 2007a). Instalado em João Pessoa, inicialmente realizou projetos particulares de residências e fundou em janeiro de 1951 a empresa de construção CRC Guimarães, através da qual realizou a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa (1952). No entanto, permaneceu na cidade apenas até 1955, quando de sua instalação no Rio de Janeiro, e logo passou a ter a construção como sua principal atividade. Como se define: “eu era mais um homem de obra, um comerciante” (GUIMARÃES, 2007a). Através dessa atividade voltaria a manter contato com a capital paraibana, por meio da edificação de edifícios públicos, Reitoria da UFPB (1963-1966) e sede do DER (1961-1967), além da incorporação e construção de empreendimentos próprios: conjuntos residenciais Jardim das Acácias (1967) e Verde Mar (1967). A atuação de sua empresa também se estendeu a Brasília, São Luís, Natal, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória e cidades do interior da Paraíba: Areia e Bananeiras.

Em meados de 1954 também iniciava sua atividade na capital paraibana o arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi, logo após instalar-se em Recife (1951) para lecionar na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Formado em 1949 no Rio de Janeiro, freqüentou o escritório de Sérgio Bernardes (1919-2002) e Oscar Niemeyer (n. em 1907), estagiou com Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), foi desenhista do Conjunto Residencial do Pedregulho (1950-1952), trabalhou, quando recém-formado, no Patrimônio Histórico, no qual teve contato com Lúcio Costa (1902-1998) e Alcides da Rocha Miranda (1909-2001), além de ter trabalhado como desenhista no escritório de marcenaria de seu pai (NASLAVSKY, 2004, p. 83). Iniciou suas atividades na

Paraíba através de planejamento para as Usinas São João (em Santa Rita/PB) e Santa Helena (em Sapé/PB),¹⁷ pertencentes à família Ribeiro Coutinho, cujo contato se deu por laços de amizade do próprio Borsoi (BORSOI, 2007), afora intermediação de seu amigo de estudos no Rio de Janeiro, Roberval Guimarães (GUIMARÃES, 2007a). Com esse arquiteto projetou a Agência Central do Banco do Estado da Paraíba ([1954?]) [Figuras 17, 18, 19], que veio a ser um dos primeiros projetos de Borsoi na cidade, sem grande atraso em relação a sua primeira obra em Recife: Residência Lisanel de Melo Mota, em 1953. Assim, seu contato com João Pessoa principiou antes mesmo de estar consagrado e reconhecido como um dos grandes arquitetos da região, embora sua ascensão deu-se de forma rápida: em 1961, já realizara, afora em Recife, residências particulares em João Pessoa, Natal, Patos/PB e Fortaleza (BRITTO, 1961, p. 15). Na capital paraibana, se dedicou principalmente a edifícios privados, residências e sedes de clube sociais e desportivos, embora tenha participado em 1958 do concurso para a sede do DER (vencido por Leonardo Stuckert) e projetado a sede da Biblioteca Central da UFPB (1968), atual reitoria (localizada no campus universitário), também através de concurso. Sua participação nessa cidade foi mais intensa nos anos 1950, ao passo que na década seguinte fizera trabalhos esporádicos, o que coincidiu com a expansão de sua atividade profissional, estendida por diversos estados da região.

Figuras 17, 18, 19. Agência Central do Banco do Estado da Paraíba ([1954?]), Acácio Gil Borsoi, Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal de Ernani Henrique; 71 ANOS..., 1963, p. 27.

¹⁷ Borsoi provavelmente realizou planejamento semelhante, por volta da mesma época, no Rio Grande do Norte: Usina Ilha Bela (BRITTO, 1961, p. 15).

Posteriormente, em 1957, começou a atuar em João Pessoa o arquiteto paraibano Mário Glauco Di Lascio (n. em 1929), filho do também arquiteto Hermenegildo Di Lascio, que faleceu nesse ano. Iniciou seus estudos em 1950 no Mackenzie, que foram dois anos depois interrompidos, por problemas de saúde de seu pai, e reiniciados em Recife, onde se formou em 1957 na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. Salvo sua curta estada em São Paulo, permaneceu radicado em João Pessoa, onde, à semelhança de Hermenegildo, teve extensa e diversificada produção arquitetônica, que abrangeu obras públicas e privadas, edifícios residenciais, institucionais, recreativos, comerciais, além de projetos urbanísticos, como loteamentos, praças e reurbanizações. E, mais do que isso, fora então um dos poucos arquitetos aí efetivamente instalados. Ensinou na Escola de Engenharia, em João Pessoa, e na Escola Politécnica, em Campina Grande, onde também realizou projetos, e, mais tardiamente, no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, do qual foi, em 1974, um dos fundadores, além de ter atuado no Serviço de Engenharia da mesma universidade e de ter participado da abertura em 1973, de uma delegacia local do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Ainda quando estudante, passou a trabalhar no Departamento de Engenharia e Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa, atividade que se estendeu por sucessivos governos. Por sua vez, Mário Di Lascio, diferentemente dos outros arquitetos que lhe foram contemporâneos, não realizou período de estágio ou colaboração com profissional mais experiente. Seu aprendizado prático se deu através do contato direto com as atividades construtiva e projetiva de seu pai ou por meio do acompanhamento das obras realizadas por Borsoi em João Pessoa,¹⁸ as quais estavam em construção, quando de seu estudo em Recife. Experiências que favoreceram, em especial, o conhecimento construtivo, que assumiu um peso importante na obra de Mário Di Lascio, por sê-lo em geral responsável pelas construções das residências particulares que projetava.

Também em 1957, se instalou em João Pessoa o arquiteto baiano, embora tenha vivido essencialmente no Rio de Janeiro, Leonardo Stuckert Fialho (n. em 1931), após formar-se, no início do mesmo ano, na Faculdade Nacional de Arquitetura (STUCKERT, 2006). Em João Pessoa, participou dos concursos para a sede do DER em 1958 [Figura 20], por ele vencido, e para a Biblioteca Central da UFPB, vencido por Borsoi. Porém sua atuação nessa cidade se deu principalmente através da universidade local: participou do Serviço de Engenharia, projetou a Reitoria (1963) e os edifícios da Escola de Engenharia (1963), em cujo curso também lecionou, além de ter provavelmente elaborado o Plano Piloto do campus universitário. Apesar de sua procedência “externa” e de sua curta permanência, até 1964,¹⁹ quando voltou para o Rio de Janeiro, esse arquiteto mantinha laços familiares com a Paraíba: família Stuckert, aí instalada no início do século XX e dedicada tradicionalmente à fotografia, a exemplo de Gilberto Stuckert que, entre os anos 1940 e 1960, realizou inúmeras registros

¹⁸ Mário Di Lascio acompanhou a construção da Residência Pompeu Maroja ([1954?]), Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Esporte Clube Cabo Branco (1955), Residência Joaquim Augusto da Silva (1957) (LASCIO, 2006a).

¹⁹ Apesar de ser afirmado que Leonardo Stuckert permaneceu em João Pessoa até 1964 (STUCKERT, 2006), uma carta escrita por estudante local à revista Arquitetura [Figura 3] faz crer que esse arquiteto em maio de 1966 ainda dava aulas no curso de engenharia da Universidade Federal da Paraíba (ARQUITETURA é a..., 1966, p. IX).

Figura 20. Perspectiva da sede do DER (1958), Leonardo Stuckert.
Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Leonardo Stuckert.

fotográficos da cidade de João Pessoa. Não por acaso, em março de 1957, a imprensa local dedicou uma reportagem a estada de Leonardo Stuckert em João Pessoa para “simples contacto com a terra e seus familiares”, em cujo texto era exaltado o êxito dele, ainda quando aluno e em colaboração com José Ricardo Abreu e Carlos Pinto Valente, no concurso para a Capela de Nossa Senhora das Vitórias no Rio de Janeiro [Figura 21], pertencente ao Clube Vasco da Gama (NESTA..., 1957, p. 3).

Em 1963, iniciava sua atuação em João Pessoa o arquiteto paraibano Carlos Alberto Carneiro da Cunha (n. em 1932), que era radicado em Recife, onde se instalou para a realização de seus estudos na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, concluídos em 1958. Entre 1954 e 1961, estagiou com Heitor Maia Neto, ao qual atribui papel fundamental em sua formação: “quem me ensinou arquitetura foi ele” (CUNHA, 2007). Logo após sua formação trabalhou, durante um ano, no Patrimônio Histórico, sob o convite de Ayrton da Costa Carvalho, que também o indicou em 1960 para lecionar a disciplina Sombra, Perspectiva-Estereotomia na

Figura 21. Capela de Nossa Senhora das Vitórias (anos 1950), no Rio de Janeiro, Leonardo Stuckert, José Ricardo, Carlos Valente. Fonte: NESTA..., 1957, p. 3.

Faculdade de Arquitetura do Recife, além de ter sido sócio dos arquitetos Wandenkolk Tinoco e Armindo Leal. Suas primeiras obras na capital paraibana estavam relacionadas tanto com laços familiares, o Conjunto “13 de Maio” (1963) era incorporado por seu irmão, Fernando Carneiro da Cunha, quanto com laços de amizade, a Residência Adrião Pires ([1963?]) se deu em parceria com Mário Di Lascio, com quem estudou no curso de arquitetura. Trabalho em conjunto que se estendeu, no mesmo ano, à reforma do Clube Astréa, da qual também participou Wandenkolk Tinoco. Porém nos trabalhos seguintes passou a atuar individualmente, quando tivera extensa e contínua produção na cidade, em especial de residências particulares.

Nos anos 1960, embora sejam escassas e imprecisas as informações sobre ele, também se dava o início da atividade do arquiteto paraibano Tertuliano Dionísio da Silva, formado em 1962 na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife. Se ele teve, como aponta Freire (2007, p. 61), significativa produção de residências particulares em Campina Grande, cidade onde nasceu e era radicado, em João Pessoa não conseguimos captar semelhante atividade sua, que aí se concentrou principalmente na realização de obras públicas para o governo estadual e essas concentradas no período de aumento de fluxo de capitais na Paraíba, em decorrência de uma maior “integração com as políticas econômicas de desenvolvimento nacional” (AMORIM, Laura, 1999b, p. 66). Mesmo assim não havia, conforme Lascio (2007), um vínculo fixo de Tertuliano Dionísio com a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), responsável pela execução e a fiscalização de todas as obras do estado. Tratavam-se, pois, de contratações isoladas, que também se estenderam a outros arquitetos, como Carlos Carneiro, Gráfica do Estado (1971), e Mário Di Lascio, Divisão de Instalações Prediais da SANECAP (1969), sede do IPEP (1973).

Em torno de 1966, outro arquiteto a se instalar em João Pessoa foi o potiguar Pedro Abrahão Dieb (1930-2007), diplomado em 1963 na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife, em cuja instituição fora estagiário, em 1960, do Centro de Estudos e Planejamento Urbano e Regional. Ainda em Pernambuco, colaborou com o arquiteto Everaldo da Rocha Gadelha, em 1963, no projeto de uma comunidade rural para 10 mil habitantes (Jiquí – Cidade Campestre), localizada em Natal, e colaborou com colegas de formatura: Mário Gouveia Borba, Maria Lúcia Barbosa, Newton Viana Lyra, César Augusto Campos da Silva (DIEB, 1981, 1994). Na Paraíba, sua atuação abrangeu tanto a capital como cidades do interior: Santa Rita, Bayeux, Cuité, Patos, Sumé, Cajazeiras, Sousa, Pombal. Próximo a 1966, passou a atuar no Serviço de Engenharia da UFPB, quando realizou projetos de edifícios para o campus. Nessa mesma instituição, lecionou na Escola de Engenharia e, posteriormente, no curso de arquitetura e urbanismo, do qual foi, em 1974, um dos fundadores. Também participou, em 1973, da criação da delegacia local do IAB. E em 1971 foi vencedor do concurso, promovido pela Capitania dos Portos da Paraíba, para o Farol do Cabo Branco [Figura 22], inaugurado no ano seguinte.²⁰

²⁰ A equipe vencedora foi formada também pelo engenheiro civil Francisco Nóbrega, além do desenhista Genival Santiago e do aluno de engenharia Walter José Ramos (PROJETO B..., 1971, p. 1).

Figura 22. Farol do Cabo Branco (1971), Pedro Dieb. Fonte: TUDO..., 1972, p. 1.

Diante da caracterização do novo grupo de arquitetos que passava a atuar, a partir dos anos 1950, em João Pessoa, se tornavam claras as distinções em relação àquele chegado em meados dos anos 1920 e que nesse momento, como afirmamos inicialmente, desaparecia.

Em primeiro lugar, o início da atuação do novo grupo não tinha relação direta com o Estado ou com obras oficiais, ao contrário de seus antecessores que foram convidados pelo próprio governo ou nele tiveram um inicial promotor da arquitetura, a exemplo das intervenções urbanísticas ou dos edifícios oficiais naquela época construídos. Fato que refletia também a crise econômica por que passava, entre as décadas de 1940 e 1960, a Paraíba, da qual trataremos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2]. Momento em que o número de grandes realizações públicas certamente se reduziu. Com efeito, a produção dos novos arquitetos foi, em geral, principiada através de projetos privados e nessa esfera se manteve a maior parte de suas produções. Mesmo Tertuliano Dionísio, que teve grande produção pública em João Pessoa, inicialmente realizou projetos privados, fosse nessa cidade, fosse em Campina Grande. Evidentemente que durante o desenvolvimento de suas carreiras foram contemplados projetos em ambas as esferas, como aconteceu, em caminho inverso, com a geração anterior.

Em segundo lugar, os novos arquitetos eram essencialmente nascidos e formados no Brasil e, em geral, possuíam vínculos familiares com a Paraíba (Leonardo Stuckert) ou eram daí procedentes (Roberval Guimarães, Mário Di Lascio, Carlos Carneiro, Tertuliano Dionísio). O único estrangeiro por nós identificado, provavelmente de origem latino-americana, foi o

arquiteto Hugo Miguel Jimenez Salinas²¹ (n. em 1935), formado em 1963 na Faculdade de Arquitetura em Recife, onde mantinha escritório próprio, apesar de em 1967 ser chefe do Serviço de Engenharia do Montepio do Estado da Paraíba²² (DEPUTADO..., 1967, p. 8). Situação distinta da geração anterior, na qual eram vários os arquitetos italianos (Pascoal Fiorilo, Hermenegildo Di Lascio, G. Gioia) e, por sua vez, era comum a formação no exterior, Itália (Pascoal Fiorilo, G. Gioia), França (Otávio Freire), Argentina (Hermenegildo Di Lascio), o que se deveu, afora a própria origem de alguns deles, ao fato de que, por volta dos anos 1920, eram poucos os cursos de arquitetura disponíveis no país. Até 1917, tinham sido fundados a Academia de Belas-Artes (em 1826), que daria origem a Escola Nacional de Belas-Artes (no Rio de Janeiro), a Escola Politécnica em São Paulo (em 1894), o Mackenzie College (em 1917), em São Paulo, e a Escola de Belas-Artes da Bahia (em 1896).

Prevaleciam agora os estudos em Recife (Mário Di Lascio, Carlos Carneiro, Tertuliano Dionísio, Pedro Dieb, Hugo Salinas) e, em menor quantidade, no Rio de Janeiro (Borsoi, Roberval Guimarães, Leonardo Stuckert), embora entre esses últimos apenas Borsoi teve uma produção mais prolongada em João Pessoa. Mesmo o acaso se encarregou de efetivar o direcionamento a ambos os centros. Os estudos de Mário Di Lascio iniciados no Mackenzie, como já expusemos, foram interrompidos e reiniciados em Recife. Conseqüentemente, esses novos profissionais tinham a possibilidade de estreitar o contato com as manifestações arquitetônicas nacionais, desde o período de formação profissional.

Em terceiro lugar, o novo grupo realizou seus estudos e o início de suas atividades profissionais, num tempo em que a arquitetura moderna estava consolidada no país, as realizações brasileiras tinham amplo reconhecimento no exterior e era significativo o número de publicações especializadas em circulação. Como supõe G. Silva (1988, p. 24), “a década de 1950 [...] foi provavelmente a mais fértil para a nascente arquitetura brasileira”. Soma-se a isso que “na década de 1940, concomitante ao crescimento do prestígio da arquitetura como atividade (devido à repercussão internacional), o ensino da arquitetura vai ganhando nitidez e autonomia das estruturas das escolas de Belas-Artes e engenharia” (SEGAWA, 2002, p. 130). No Rio de Janeiro, se deu em 1945 a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, que assinalava a independência de seu ensino. E, em Recife, embora a criação de semelhante faculdade só ocorreu em 1959, o curso passava por uma renovação iniciada com a chegada em 1949 do arquiteto italiano Mario Russo e que se estendeu à contratação de outros profissionais, como Borsoi (em 1951) e Delfim Amorim (em 1953), conforme abordaremos [na seção “O aprendizado de arquitetura em Recife”, Capítulo 1]. Dessa forma, os arquitetos formados no Rio de Janeiro ou em Recife que então atuavam em João Pessoa realizaram seus estudos após essas reformulações. Realidade distinta da vivenciada em princípios do século XX pela geração anterior, cujos estudos certamente se deram sob influências acadêmicas. Portanto, afora a origem do ensino, que não é menos importante, visto que desvela prováveis

²¹ Conforme reportagem em jornal local (DEPUTADO..., 1967, p. 8), Hugo Salinas havia se naturalizado brasileiro, embora não seja revelada sua nacionalidade.

²² Em 28 de outubro de 1970, o Montepio foi transformado em Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP).

filiações, a própria época em que se dera a formação era outro fator a diferenciar ambas as gerações.

E por último, mas sem menor grau de importância, a maioria dos novos profissionais não possuiu vínculos constantes com a cidade, isto é, não era aí radicada. Roberval Guimarães e Leonardo Stuckert, que em João Pessoa se instalaram, permaneceram pouco tempo, de forma que Mário Di Lascio e, mais tardiamente, Pedro Dieb foram os poucos que se mantiveram na cidade. Eram, pois, comuns a esse grupo os arquitetos radicados em Recife, Borsoi e Carlos Carneiro, entre os mais atuantes, afora os que tiveram participação menos sistemática: Delfim Fernandes Amorim, Heitor Maia Neto, Florismundo Lins (n. 1924), Waldecy Fernandes Pinto (n. 1931), Renato Gonçalves Torres, Antônio Pedro Pina Didier. Esses três últimos, que então compunham o Escritório Técnico de Arquitetura e Urbanismo (ETAU), concentraram suas atividades em edifícios para o campus universitário da UFPB, o que certamente aproveitava o conhecimento adquirido durante o estágio de Waldecy Pinto e Renato Torres, quando estudantes, no Escritório Técnico da Cidade Universitária de Recife então dirigido por Mario Russo. Setor ao qual Waldecy se manteve vinculado mesmo depois de sua formatura, quando pertencera ao quadro permanente de arquitetos dessa universidade.

A participação dos arquitetos da capital vizinha não era, no entanto, um fato novo, diante, por exemplo, do projeto do Cassino de Verão (1939), elaborado por João Correia Lima, ou do Mercado Público Municipal (1943-1948), projetado por Antônio Baltar. Aparentemente o que mudava em relação ao grupo anterior era a intensidade desse contato, que passava a se tornar mais freqüente, o que era um reflexo do fortalecimento da arquitetura moderna na capital pernambucana, ocorrida tanto na prática profissional quanto no ensino, do enfraquecimento do quadro de arquitetos instalados em João Pessoa e também, como já esboçamos, de vínculos pessoais ou familiares com a cidade, vista a precoce participação de alguns desses profissionais. Carlos Carneiro, com efeito, possuía laços familiares e de amizade com a Paraíba, onde nascera. E Borsoi iniciou suas atividades na Paraíba, ainda no início de sua carreira, antes de conquistar amplo reconhecimento profissional, quando, segundo G. Silva (1988, p. 34, grifo do autor), “o *toque* de Borsoi se constituía numa mais-valia que passava a contar nas oportunidades de comercialização dos imóveis” e tivera projetado na região Nordeste “as residências mais originais e requintadas quanto à plástica e a excelência dos materiais de construção utilizados”. De toda forma, essa foi uma relação que fluiu numa só direção, a tornar inoportuna caracterizá-la como intercâmbio, pois os arquitetos instalados em João Pessoa não atuaram em Pernambuco, apesar de realizarem projetos em outras cidades da Paraíba.

Em contrapartida, como os novos arquitetos não constituíram um grupo com a possibilidade de gerar um contínuo debate arquitetônico na cidade, já que em sua maioria não eram aí instalados e mantinham uma relação descontínua com o meio local, ocasionava limitações àqueles radicados em João Pessoa, já que o trabalho solitário, seja ele artístico ou intelectual,

dificulta o “desenvolvimento das idéias”, diante da ausência de interação com os pares (PEREIRA, 1997, p. 45).

Enfim, eram duas gerações claramente distintas entre si, quanto ao meio em que atuavam, à procedência individual dos arquitetos, ao aprendizado arquitetônico e à interação que mantinham com a cidade, de forma que a chegada ou atuação dos novos profissionais constituiu, de fato, um processo de mudança. E, mais do que isso, constituiu uma renovação, diante da maior aproximação deles à arquitetura moderna. Não queremos com isso afirmar que o novo grupo foi responsável pela gênese dessa arquitetura em João Pessoa, papel que coube, como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], à geração anterior, e sim que ele teve papel fundamental na consolidação e difusão dessa arquitetura na cidade.

O aprendizado de arquitetura em Recife

Foi na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (EBAP) onde se formou grande parcela dos arquitetos que passaram a atuar em meados dos anos 1950 em João Pessoa, como vimos [na seção “A renovação do quadro de arquitetos”, Capítulo 1]. Lá se graduaram: Mário Di Lascio (1957), Carlos Carneiro (1958), Hugo Salinas (1962), Tertuliano Dionísio (1962), Pedro Dieb (1963), além de outros que tiveram atuação mais pontual na cidade, como Heitor Maia Neto (1952), Waldecy Pinto (1954), Renato Torres (1954), Wandenkolk Tinoco (1958).

O corpo docente que encontraram em Recife era resultante da renovação iniciada em finais dos anos 1940, motivada pelo afastamento de professores, em especial daqueles ligados às disciplinas de Composição de Arquitetura. O engenheiro-arquiteto João Correia Lima, diplomado na Escola Nacional de Belas-Artes, ensinou até meados de 1943; Georges Munier, arquiteto diplomado pelo governo francês, permaneceu provavelmente até 1945 (NASLAVSKY, 2004, p. 67-8). Heitor Maia Filho (1901-1947), arquiteto licenciado, sem formação superior, simpatizante das idéias modernas e que foi “quase responsável, durante a década de [19]30, por todas as disciplinas de Projeto” (MARQUES, 1983, p. 186), faleceu em 1947. Mais tardiamente, em 1951, se deu também o falecimento de José Estelita de Barros e Silva (1890-1951), engenheiro civil, que nos anos 1940 ensinou Urbanismo e atuou na divulgação e discussão desse campo de conhecimento (LEME, 1999b, p. 475-6).

Mais que uma simples reposição de profissionais, foi iniciada a partir de então uma renovação do quadro de professores, focada na ampliação do número de docentes efetivamente formados em arquitetura e no reforço da orientação moderna do curso. Anteriormente, apesar da suposta abertura a essa influência, conviviam grupos de formação tradicional, composto por pintores e escultores, ao lado de “intelectuais comprometidos com idéias modernas”, como Pelópidas Silveira, Antônio Bezerra Baltar (1915-2003)²³ e Ayrton da Costa Carvalho, esses dois últimos ligados às realizações de Luís Nunes (NASLAVSKY, 2004, p. 68). E havia

²³ Antônio Bezerra Baltar (1915-2003) nasceu em Recife, formou-se na Escola de Engenharia de Pernambuco em 1938. Dedicou-se ao urbanismo. Quando estudante trabalhou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DAU, dirigido por Luís Nunes.

principalmente uma “falta crônica de professores arquitetos” sofrida desde a fundação da EBAP (MARQUES, 1983, p. 178-9). Dessa forma, seu corpo docente era composto por: engenheiros, religiosos, profissionais de direito, projetistas sem formação superior, pintores e escultores de formação tradicional e uma minoria de arquitetos.

Essa insatisfação e tentativa de reformulação foram contemporâneas, ao crescimento do prestígio profissional do arquiteto, que resultou, como afirmamos [na seção “A renovação do quadro de arquitetos”, Capítulo 1], na maior nitidez e autonomia do ensino de arquitetura. Em Recife, o reconhecimento pelo governo federal do curso de arquitetura se deu em 1945 e sua oficialização em 1949. Por sua vez, a autonomia só se efetivou em 1958, com a criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife.

Diante das dificuldades sofridas pela EBAP, era comum arquitetos locais realizarem seus estudos em centros mais distantes. Roberval Guimarães, que nos anos 1940 morava em João Pessoa, se deslocou para o Rio de Janeiro, em virtude da maior conceituação da Escola Nacional de Belas-Artes (GUIMARÃES, 2007b). Postura parecida à de Fernando de Queiroz Menezes, que, radicado em Recife, iniciou seus estudos nessa cidade e os concluiu também no Rio de Janeiro, juntamente com Borsoi e Roberval Guimarães, em 1949.

Nesse momento era também comum em Recife “obras de projetistas sem formação acadêmica ou de engenheiros-arquitetos que não [...] estavam comprometidos com a vanguarda arquitetônica”, apesar da ocorrência de pontuais iniciativas modernas (NASLAVSKY, 2004, p. 47-8). Portanto, como forma de modernizar o curso local, a busca por novos docentes privilegiou a contratação de profissionais de fora do estado, a fim de “trazer algum conhecedor de idéias mais modernas” ao contrário de reintegrar um professor afastado (MARQUES, 1983, p. 188). Decisão que foi favorecida pela interrupção do período de dificuldades financeiras e materiais dessa escola, graças à fundação da Universidade do Recife, à qual a EBAP se incorporou em 1946.

A chegada de novos professores se iniciou com a contratação, em 1949, do italiano Mario Russo, seguida, em 1951, pelo italiano Filippo Mellia²⁴ e pelo carioca Acácio Gil Borsoi. Em 1952, Heitor da Silva Maia Neto, Maurício do Passo Castro e Everaldo da Rocha Gadelha foram contratados como assistentes de ensino,²⁵ em paralelo a suas formaturas na própria EBAP. E em 1953 o português Delfim Fernandes Amorim (1917-1972), instalado desde 1951 na cidade, passou a também ensinar nessa escola. Possivelmente nessa mesma época foi ainda contratado Fernando de Queiroz Menezes, que em 1957 lecionava Sombra, Perspectiva-Estereometria. Não por acaso, todos esses docentes tinham em comum a formação em arquitetura.

²⁴ Como encontramos diferentes grafias de seu nome, optamos por esta utilizada na Revista de Escola de Belas-Artes de Pernambuco (REVISTA, 1957, p. 50). Filippo Mellia foi professor de Russo na Itália; veio ao Brasil por indicação de seu ex-aluno; participou do Escritório Técnico da Cidade Universitária e, em 1957, lecionava, na EBAP, Composição Decorativa.

²⁵ Em 1957, Heitor Maia Neto era assistente de Grandes Composições de Arquitetura; Maurício do Passo Castro, assistente de Composição Decorativa e Everaldo da Rocha Gadelha, assistente de Urbanismo-Arquitetura Paisagística.

Tais nomes se juntaram ao professores mais antigos, como Antônio Bezerra Baltar, Ayrton da Costa Carvalho, comprometidos com idéias modernas, e aos remanescentes da fundação da EBAP. Dessa forma, em 1957, entre os 31 professores, 12 assistentes de ensino e 09 instrutores em atividade, constavam nove fundadores da instituição.²⁶ Esses então se dedicavam, em sua maioria, às disciplinas de cunho artístico, como Escultura, Desenho, Pintura, Anatomia e Fisiologia Artísticas (REVISTA, 1957, p. 49-51), enquanto os novos arquitetos vindos de fora se concentraram nas disciplinas de Composição de Arquitetura.

Apesar do contato com antigos e novos docentes, os arquitetos por nós pesquisados sempre se referem em seus depoimentos a esses últimos, em especial a Borsoi e a Delfim Amorim. Fato que poderia ser justificado pela maior afinidade com as disciplinas voltadas ao projeto, para as quais, como vimos, foram dirigidos os novos nomes.

Por sua vez, esses depoimentos também nos confirmam, como destaca Naslavsky (2004, p. 134), que a influência direta de Mario Russo se concentrou nos concluintes entre 1951 e 1955 [Figura 23]. Isto é, os profissionais mais atuantes em João Pessoa, formados a partir de 1957, a exemplo de Mário Di Lascio e Carlos Carneiro, não tiveram contato direto com os ensinamentos essencialmente racionalistas de Russo, centrados, conforme Cabral (2003, p. 21-23), no “equacionamento do projeto como um problema a ser resolvido”, no qual o método de projeto se aproximava de um procedimento científico e exigia a síntese de diversos elementos: programa, condições climáticas, solução estrutural e construtiva do edifício. Esse desencontro se deveu à curta permanência de Mario Russo na cidade, entre 1949 e 1955, e a sua constante transferência entre disciplinas, de forma que algumas gerações não tiveram contato com ele, ao passo que a turma formada em 1952 fora sua aluna por quatro anos seguidos. Em sua estada em Recife, ensinou Pequenas Composições de Arquitetura I e II (1949-1950), Perspectiva, Sombras-Estereometria (1950) e Grandes Composições de Arquitetura (1951-1955) (CABRAL, 2003, p. 18). Portanto seus ensinamentos só poderiam ser repassados para as gerações formadas a partir de 1957 de forma indireta, visto que mesmo sua atuação no Escritório Técnico da Cidade Universitária não resultou em estagiários entre os arquitetos mais atuantes em João Pessoa.

Com efeito, a influência de Russo ecoou sobretudo na turma formada em 1952, composta por Heitor Maia Neto, Maurício de Castro, Everaldo Gadelha e Severino Vieira Leão, que além dos seguidos anos de estudo com esse arquiteto, foi sua estagiária no Escritório Técnico da Cidade Universitária. Maia Neto (2001 apud CABRAL, 2003, p. 21) reconhece que “eu, inclusive, quando professor [1952-1982], até a metodologia de ensinar [de Mário Russo] eu segui”.

Porém a possível transmissão dos ensinamentos de Russo por meio de Heitor Maia Neto, que lecionou entre 1952 e 1982, se sujeitaria às próprias inclinações pessoais desse arquiteto. E,

²⁶ Antão Bibiano Silva (Escultura), Baltazar José Estevão Dornelas da Câmara (Pintura de Modelo Vivo), Fédora Monteiro Fernandes (Desenho Artístico), João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (Anatomia e Fisiologia Artísticas), Joel Francisco Jayme Galvão (Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades), José Maria Carneiro de Albuquerque e Melo (História da Arte), Mário Luna de Castro Nunes (Paisagem), Vicente Murillo La Greca (Desenho de Modelo Vivo), José Jayme Oliveira da Silva (Desenho Técnico).

Figura 23. Quadro histórico estimado da atuação dos docentes de Pequenas Composições e de Grandes Composições da EBAP, conforme as turmas de concluintes por eles lecionadas. Dados: BRITO, 1961, p.15; CABRAL, 2003, p. 18, 24; GONDIM et al., 1991, p. 16; NASLAVSKY, 2004, p. 84, 113, 134; REVISTA..., 1957, p. 49-51; SILVA, G., 1994/5, p. 72-3; WOLF, 1999, p. 36.

como nos mostra sua produção inicial, caracterizada pela busca por uma linguagem contemporânea, com base na arquitetura moderna brasileira, e pela adequação climática através de soluções modernas (AMORIM, Luiz, 2002, p. 80), ele não se restringiu ao estrito racionalismo do arquiteto italiano, por vezes acusado de extemporâneo. Nesse sentido, embora Heitor Maia Neto pudesse ter utilizado os mesmos métodos do italiano, se mostrava receptivo a fontes de influências mais próprias a arquitetura moderna brasileira, como demonstra a Residência Torquato de Castro (1955) [Figura 24]. Certamente tais inclinações pessoais também se refletiram em seu ensino, a buscar uma síntese entre elas.

Por conseguinte, os arquitetos formados a partir de 1957 tiveram em Borsoi e Delfim Amorim suas principais fontes de influência no ensino, como corroborado pelos depoimentos daqueles por nós entrevistados.

Borsoi, cuja contratação foi indicada pela Faculdade Nacional de Arquitetura e apoiada por Antônio Bezerra Baltar, lecionou entre 1951 e 1974, inicialmente dedicado à disciplina Pequena Composições de Arquitetura e, em seguida, a Grandes Composições de Arquitetura.

Figura 24. Residência Torquato de Castro (1955), em Araçá (arredores de Recife), Heitor Maia Neto. Fonte: NASLAVSKY, 2004, p. 138.

Sua forma de ensino baseava-se na intervenção às “soluções apresentadas pelos alunos em seus trabalhos” (NASLAVSKY, 2004, p. 23), de modo a valorizar a liberdade criativa, sem seguir regras ou métodos precisos, de modo a aparentemente estimular um talento latente.

Suas aulas, por vezes, extrapolavam os limites do atelier, através de visitas a edifícios por ele projetados, nas quais se dava o contato com o canteiro de obras, com o conhecimento prático, com os novos materiais e técnicas construtivas. Edileusa Rocha e Neide Motta (2003 apud NASLAVSKY, 2004, p. 134), formadas em 1957, confirmam que “as visitas práticas às suas obras [de Borsoi] contribuíram para a formação dos estudantes”. Atividade igualmente lembrada por Mário Di Lascio, também formado em 1957, e Carlos Carneiro, graduado em 1958. O primeiro acompanhou a construção de obras de Borsoi em João Pessoa, ao passo que o segundo participou de uma viagem didática em que conheceu a construção da Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi - 1955), na capital paraibana (CUNHA, 2007).

Assim, o aparente privilégio aos aspectos formais dentro do atelier se uniu a transmissão de conhecimentos práticos nas visitas às obras, junção que constituiu o principal legado do ensino de Borsoi. Procedimento que lembrava o aprendizado prático que ele mesmo tivera com seu pai, Antônio Borsoi, arquiteto-desenhista e decorador formado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. E, por outro lado, ia ao encontro da ligação entre o ensino teórico, artístico e de atelier à prática da construção, defendida em 1958, no 1º. Encontro de Estudantes e Arquitetos, realizado em São Paulo, num momento em que se lutava por “uma regulamentação mais precisa de suas atribuições profissionais” (ANDRADE, C., 1986, p. 55).

Essas visitas também possibilitavam estabelecer padrões precisos a serem seguidos pelos alunos: a arquitetura moderna. E, como afirma Baltar (1957, p. 16), “um simples edifício construído segundo moldes mais racionais e adequados vale mais que centenas de livros e de monografias justificando ou expondo as razões dessa arquitetura mais racional e adequada”. Não é surpreendente, portanto, que a atuação prática de Borsoi por vezes se

confunda ou mesmo transponha sua atividade acadêmica, como percebemos em depoimentos de seus ex-alunos.

Não é, pois, surpreendente a forte influência gerada por Borsoi nos alunos formados a partir de 1954. A produção inicial de Mário Di Lascio, em especial as residências isoladas, que abordaremos [na seção “A propagação das residências modernas”, Capítulo 3], é um exemplo dessa assimilação. Conforme Naslavsky (2004, p. 134), mesmo ex-alunos de Russo, como Waldecy Pinto e Maurício Castro, evidenciam a “supremacia da obra de Borsoi frente à do italiano”.

Também se dedicou ao ensino de projeto o arquiteto português Delfim Amorim, descrito por Naslavsky (2004, p. 23), como “extremamente prescritivo e normativo” em suas atividades de docente, que se prolongaram até seu falecimento, em 1972. Ele definia “o que era certo e o que era errado, o que era bom e o que era mau”. Iniciou como assistente de Borsoi na disciplina Pequenas Composições de Arquitetura (1953-1955) e, a partir de 1956, se tornou o professor titular, enquanto o outro arquiteto dedicou-se a Grandes Composições de Arquitetura. Por ter ensinado aos segundos e terceiros anos do curso, sua influência se tornou mais presente nas turmas formadas a partir de 1956 [Figura 23].

Conforme G. Silva (1994/5, p. 74), “ensinando como se faz arquitetura e não como ele fazia arquitetura, Amorim sempre precedia o enunciado de um tema com a sua conceituação teórica”. Recorria ao passado para instrumentar melhor a percepção do “fenômeno da produção de espaços arquitetônicos” (GONDIM et al., 1991, p. 17). Mesmo assim, nos é pouco provável que suas convicções teóricas se distanciassem ou contradissem sua produção prática, a qual se mantinha no início de sua atividade docente, que, por sua vez, correspondeu à passagem na EBAP dos arquitetos por nós pesquisados, influenciada pelas realizações nacionais. Telhados em “asa de borboleta”, empenas trapezoidais, exploração plástica das estruturas aparentes em concreto armado eram elementos recorrentes nesses projetos, como na Residência Miguel Vita (1959) [Figuras 25, 26]. Numa época em que chegara a dividir escritório de arquitetura com Borsoi, do qual também era assistente na EBAP, suas aulas reforçavam a orientação já seguida pelo arquiteto carioca. Isto é, apesar dos dois arquitetos apresentarem procedimentos de ensino diferentes, Amorim se valia de seus conhecimentos cultural e teórico, revelados inclusive em artigos publicados em jornais locais, enquanto Borsoi se voltava à prática construtiva, ambos se mantinham, nos anos 1950, ligados às realizações da arquitetura moderna brasileira, o que certamente repercutia no aprendizado de seus alunos.

Com efeito, foi por volta de 1959 e 1961, que os dois arquitetos tomaram rumos distintos em suas produções: Borsoi a se guiar por referências internacionais, como obras tardias de Le Corbusier, James Stirling, Louis Kahn e Paul Rudolph (NASLAVSKY, 2004, p. 162, 193), e Amorim centrado no desenvolvimento de uma arquitetura adaptada às condições físicas e culturais locais, em que recorria à reutilização de elementos tradicionais (telha canal, paredes estruturais, telhado aparente, uso de azulejos, janelas de madeira).

Figuras 25, 26. Residência Miguel Vita (1959), em Recife, Delfim Amorim, Armindo Leal. Fonte: SILVA, G., 1995, p. 74; NASLAVSKY, 2004, p. 125.

Portanto entre os três docentes mais influentes de Composição de Arquitetura, Mario Russo, Borsoi e Delfim Amorim, apenas os dois últimos tiveram participação na formação acadêmica dos arquitetos mais atuantes em João Pessoa, formados a partir de 1957. Soma-se a isso que, nos anos 1950, esses dois professores mantinham-se focados numa mesma fonte de influência, a arquitetura moderna brasileira, postura a qual também se alinhava Heitor Maia Neto. Certamente o ensino mais polarizado entre influências locais e internacionais se deu nas turmas formadas a partir dos anos 1960, as quais vivenciaram as mudanças de rumo nas obras de Amorim e Borsoi.

Quanto ao campo urbanístico, desde meados de 1953, Antônio Bezerra Baltar lecionava Urbanismo-Arquitetura Paisagística, após se dedicar, desde 1941, a disciplinas de perspectiva, urbanismo e teoria da arquitetura (LEME, 1999b, p. 523). Profissional que tivera importante atuação urbanística em Recife, participara da equipe de Luís Nunes e se mantinha em contato direto com as discussões contemporâneas desse campo de conhecimento, a exemplo de sua ligação com a equipe do padre Lebrete, do Movimento Economia e Humanismo. Inclusive sua tese, desenvolvida em 1951, sobre o planejamento regional para Recife, na qual propunha uma estruturação por meio de cidades satélites em torno de um

núcleo central, se tornou “um referencial básico para o planejamento urbano na cidade do Recife” (LEME, 1999b, p. 522-3).

Assim, a contribuição desse, como de outros docentes, foi além do âmbito acadêmico, de forma que as duas frentes, ensino e prática profissional, caminhavam juntas e, por conseguinte, a renovação do ensino da EBAP também esteve associada à própria renovação da arquitetura local. Com efeito, Mario Russo, Borsoi e Delfim Amorim foram responsáveis pela consolidação da arquitetura moderna em Recife, após a interrupção das experiências pioneiras de Luís Nunes, realizadas entre 1934 e 1937.

Ao contrário, no Rio de Janeiro as personalidades de destaque da arquitetura moderna, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Lúcio Costa, não faziam parte do corpo docente da Faculdade Nacional de Arquitetura. Esse último lá tivera apenas uma curta passagem (pouco mais de sete meses, no ano de 1931). Ausências que seriam mantidas mesmo depois do curso em 1945 se desvincular da Escola Nacional de Belas-Artes e de implementar um novo currículo, que ampliou a carga horária das disciplinas técnicas e fortaleceu o ensino de projeto (BITTAR, 2001, p. 15). Por conseguinte, a proximidade às obras referenciais e a colaboração direta aos expoentes da arquitetura moderna foram fundamentais para consolidar a influência daqueles mestres sobre os egressos do ensino do Rio de Janeiro.

Em torno da Escola de Engenharia

Em contrapartida ao limitado quadro de arquitetos locais se dava a expansão e o fortalecimento do quadro de engenheiros. Fenômeno que direta ou indiretamente envolveu a produção e a discussão arquitetônicas.

Em 6 de maio de 1950, uma palestra sobre os problemas fundamentais da urbanização em João Pessoa foi proferida pelo engenheiro militar José de Oliveira Leite (1897-[198-?])²⁷ (LEITE, 1950a, p. 5; LEITE, 1950b, p. 5). Evento organizado pelo Rotary Clube, que em junho do mesmo ano promoveu em Recife uma palestra sobre o aspecto urbanístico da cidade universitária de Recife proferida por Mario Russo (CABRAL, 2003, p. 41). Segundo Oliveira Leite, essa era uma oportunidade de evitar o isolamento profissional, uma vez que “[...] não seria admissível no mundo atual um indivíduo ‘isolado’ na sua profissão, mas, que saiba dela se servir como arma reformadora, reunindo, saneando e educando”. Seu discurso perpassou por diversas referências do urbanismo moderno, a demonstrar sua provável familiaridade com essa temática. Fez referência direta a Robert Ezra Park (1864-1944), principal teórico da Ecologia Humana da Escola de Chicago e defensor da cidade como um produto da natureza do homem e não apenas “um mecanismo físico e uma construção artificial” (PARK, 1967, p. 29-31). Referências que também abrangeram a concepção de cidade linear, por José Leite

²⁷ José de Oliveira Leite (1897-[198-?]), nascido em Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, diplomou-se engenheiro militar na Escola Técnica do Exército no Rio de Janeiro, atual Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1936 (LEITE, 1979, p. 1-2), e atuou, nos anos 1940, no Grupo de Astronomia do Destacamento Especial do Nordeste, sediado em João Pessoa. Em 1950, ocupava a patente de Coronel, ao passo que recebeu o título de General de Brigada, quando de sua transferência para a reserva.

considerada a mais interessante para resolução do problema do tráfego de automóveis, embora admitisse ser inadequada à realidade de João Pessoa, por possuir “fisionomia topográfica tão interessante”. Cidade que, segundo ele, reclamava três principais exigências: “calçamento das ruas preferenciais de tráfego coletivo”, construção de “parques recreativos para as crianças de rua” e “nomeação de uma Comissão de Estética”, composta por engenheiros arquitetônicos e paisagistas, a fim de cooperar com o poder público para renovar a cidade.

Independentemente de suas proposições terem sido postas em prática ou terem repercutido no planejamento urbano, importa-nos ressaltar a ocorrência, mesmo que isoladamente, de discussão sobre urbanismo em João Pessoa, que era, por sua vez, realizada por engenheiro. Profissão que, todavia, não era distanciada dessa temática. Como aponta Leme (1999b, p. 443-541), a primeira geração de urbanistas brasileiros, composta por engenheiros civis e engenheiros militares, foi sucedida por uma segunda, formada por engenheiros civis e engenheiros arquitetos, a qual deu lugar à terceira geração, onde se reuniram arquitetos, engenheiros-arquitetos, engenheiros civis, sociólogos, geógrafos. Portanto, em sucessivas fases, esses profissionais sempre estiveram presentes, embora essas gerações também nos revelem a progressiva participação dos arquitetos.

É possível que o debate de João Pessoa fosse contagiado pela intensa discussão urbanística ocorrida, em torno dos anos 1940, em Recife, da qual teve participação essencial “uma vanguarda de engenheiros” sintonizados “com as propostas e formulações teóricas que estavam ocorrendo na Europa e EUA”, afora a participação decisiva do Clube de Engenharia de Pernambuco na política local (MOREIRA, F., 1999, p. 155). Nessa década e início da seguinte, o Boletim da Secretaria de Viação e Obras Públicas, aí publicado, converteu-se num dos principais meios de divulgação e discussão sobre urbanismo (LEME, 1999b, p. 476).

Contexto que parecia ressoar em João Pessoa através da fundação em 1946 do Clube de Engenharia da Paraíba, destinado à defesa dos direitos da classe e à colaboração com o poder público através de planos e sugestões (CLUBE..., 1966, p. 3), além de ter também se voltado à fundação de uma escola superior de Engenharia na Paraíba. Entidade da qual José Leite foi um dos fundadores e ainda seu presidente.

Em 1949, também o engenheiro industrial João Batista Toni²⁸ se envolveu em discussões urbanísticas, ao propor uma reforma para o Ponto de Cem Réis, onde pretendia realizar uma praça subterrânea, como veremos [na seção “Soluções para a cidade que cresce”, Capítulo 3]. Discussão que fora por ele retomada em 1969, quando estimou como deveriam ser as vias de automóveis do futuro.

E, em 21 de julho de 1961, mais uma palestra sobre urbanismo foi realizada em João Pessoa e novamente proferida por engenheiro: José Walter Baltar Vinagre (1934-2001) (PALESTRA...,

²⁸ João Batista Toni, a quem José Mello (2006, p. 124) denomina de Giovanni Baptista Toni, era natural de São Paulo, proveniente de família italiana e se formara engenheiro industrial na Universidade de Pisa (MELLO, José, 2006, p. 124). Utilizamos a grafia de seu nome em português por ser a predominante nos documentos por nós pesquisados.

1961, p. 3). Não sabemos ao certo o conteúdo por ele focado nem quem promovera esse evento, embora a imprensa destacasse a atualidade do tema, graças a recente construção de Brasília, e afirmasse ter o evento atraído um “grande número de ouvintes” (PALESTRA..., 1961, p. 3).

É certo também que a palestra apresentada por José Leite, mesmo centrada em questões urbanísticas, também servia para legitimar ou incitar a criação de um curso local de engenharia, interesse, como já expomos, almejado pelo Clube de Engenharia. Dessa forma, a Comissão de Estética, por ele proposta deveria ser composta por profissões bem definidas: engenheiros arquitetonômicos e paisagistas. E, como afirmava o palestrante, “o mundo moderno é da técnica”, assim como os problemas urbanos que afligiam as cidades, a exemplo de João Pessoa, deveriam se sujeitar ao conhecimento técnico do urbanismo.

Pensamento que ia ao encontro do crescimento quantitativo da classe média e de sua importância política que revelava uma tendência local de se investir não apenas em campos profissionais ligados às tradicionais carreiras de médico, advogado e sacerdote (MONTENEGRO, 2006, p. 43). Foi precisamente na década de 1950 que foram autorizados vários cursos de engenharia no Nordeste:²⁹ Alagoas (1955), Ceará (1955), Recife (1955),³⁰ Rio Grande do Norte (1959).

Nesse caminho, em 12 de dezembro de 1952, foi fundada a Escola de Engenharia da Paraíba, sediada em João Pessoa, embora seu funcionamento só foi autorizado pelo Governo Federal, em 23 de maio de 1956. Conforme argumentado pelo engenheiro Estevam Marinho,³¹ essa instituição vinha suprir “a deficiência de técnicos nos diversos empreendimentos do Estado” (FUNDAÇÃO..., 1968). E, mais do que isso, esse não foi um desejo exclusivo a João Pessoa, visto que em 06 de outubro de 1952, foi também fundada a Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, no interior do estado, que logo teve seu funcionamento rapidamente aprovado, em 14 de julho de 1953.

Afora a participação de José Leite também fizeram parte do quadro de docentes da Escola de Engenharia, quando de sua fundação: Armando Montenegro Abath, Kleber Cruz Marques, Serafim Rodriguez Martinez (1916-2002), José Hesketh Lavareda, Hélio Ferreira Guimarães, Vinícius Londres da Nóbrega, Gesíde Luna Freire, Oswaldo Miranda Pereira, José Rolderick da Rocha Leão (1925-2002), José Franciscano do Amaral, Estevam Marinho, Targino Pereira da Costa, Humberto Nóbrega (1912-1988), Jorge Spielberg, Abelardo de Oliveira Lobo, Manoel Martins de Athayde, Rozendo de Souza, Luiz Augusto de Almeida, Ivanildo Marinho Campos, Luciano Carneiro da Cunha Marinho, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Paulo Amaro Maia

²⁹ Já funcionavam nessa região os cursos de Engenharia Civil da Escola de Engenharia de Recife e da Escola Politécnica da Bahia, em Salvador, ambos criados em 1898.

³⁰ Esse foi o segundo curso criado nessa cidade e se vinculou à Universidade de Pernambuco (UPE), instituição estadual.

³¹ Estevam Marinho era então chefe do 2º. Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e foi indicado como o primeiro diretor da Escola de Engenharia da Paraíba, durante a cerimônia de fundação (FUNDAÇÃO..., 1968). Contudo, devido a seu falecimento poucos meses depois, José de Oliveira Leite, vice-diretor da instituição, assumiu o cargo em 1953, no qual permaneceu até 1961, quando de sua transferência para o Rio de Janeiro.

Cassundé, Carlos Roberval da Cunha Guimarães, Ítalo Joffily Pereira da Costa, Speridião Gabínio de Carvalho, Heretiano Zenaide, José Carlos Dias de Freitas, Oswaldo Nobre Fontes (n. 1910), Mário Toscano de Brito.

Como houve um intervalo entre a criação e o início das atividades do curso e são escassas as informações encontradas sobre seus primeiros anos de funcionamento, não podemos afirmar se esse corpo docente foi mantido. É certo, entretanto, que o arquiteto Roberval Guimarães, não chegou a lecionar a disciplina “Arquitetura”, para a qual foi convidado, visto ter se transferido para o Rio de Janeiro, antes mesmo do funcionamento do curso ser aprovado (GUIMARÃES, 2007b). Por sua vez, o médico paraibano Humberto Nóbrega lecionou para a primeira turma de Engenharia a disciplina “Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios” (NÓBREGA, 1979, p. 18), após ter realizado curso de Saúde Pública no Rio de Janeiro. Entre os demais nomes do quadro de docentes, se destaca a presença do engenheiro Ítalo Joffily, que como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], fora diretor da DVOP, e deveria então lecionar a disciplina “Saneamento e Traçado das Cidades”, a confirmar a afinidade dos engenheiros locais com as questões urbanísticas, embora seja imprecisa sua efetiva participação no curso. O engenheiro industrial João Batista Toni também foi professor dessa instituição (MELLO, José, 2006, p. 124), que contou ainda com a participação de arquitetos. Nos primeiros anos da Escola de Engenharia ensinaram Leonardo Stuckert Fialho e Mário Di Lascio, logo após suas formaturas. Aquele permaneceu até meados de 1964, enquanto esse só se desligou para se dedicar ao curso de Arquitetura e Urbanismo, em meados de 1975. Mais tardiamente, aí também lecionou o arquiteto Pedro Dieb. Esses profissionais se voltaram a disciplinas como Desenho Técnico e Noções de Arquitetura e estiveram envolvidos com as discussões do corpo docente, fossem as prováveis questões urbanísticas, dada a presença de José Leite, Batista Toni e, possivelmente, Ítalo Joffily, fosse o conhecimento técnico próprio à engenharia.

Certamente, a formação de um corpo docente especializado, possível de atender a disciplinas como “Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado”, lecionada pelo engenheiro Speridião Gabínio de Carvalho, repercutia na produção arquitetônica local, principalmente ao termos em vista o contato direto dos arquitetos instalados em João Pessoa com o meio acadêmico. Se, como vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1], houvera uma evolução técnica na arquitetura local, essa poderia agora se consolidar com a ampliação e fortalecimento do corpo de engenheiros ligados a Escola de Engenharia. Com efeito, nos anos posteriores, as possibilidades de contribuição entre meio acadêmico e prática profissional foram ampliadas. Em 1972, essa instituição contava com uma oficina mecânica e laboratórios dedicados a Hidráulica, Eletrotécnica, Concreto, Mecânica dos Solos e Mecânica Aplicada, entre os quais o laboratório de Concreto e o laboratório de Mecânica dos Solos prestaram serviços à comunidade por meio de convênios com órgãos públicos e empresas privadas (NÓBREGA, 1973, p. 49). Aquele primeiro atendeu a empresas e órgãos como Impala, Grupamento de Engenharia, DNER, CAGEPA. Mesmo assim, no campo da arquitetura, obras de grande porte ou que requeressem soluções técnico-

Figura 27. Residência de veraneio Renato Macário de Brito (1965), engenheiro Walter Vinagre. Fonte: Arquivo Central/PMJP.

construtivas complexas foram então incomuns na cidade, de forma que foram pouco evidentes as repercussões técnicas na arquitetura local.

Em paralelo, também se dava uma maior regulamentação e fiscalização das atividades profissionais de engenheiros, arquitetos e agrônomos. Em 29 de julho de 1961, a delegacia do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) em João Pessoa foi reestruturada, a qual ainda se mantinha vinculada ao conselho regional sediado em Recife (2ª. Região), que representava os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O delegado local era o engenheiro Walter Vinagre, então diretor do Departamento de Obras Públicas. Por sua vez, em 1967, sob influência da Lei nº 5.194 (24 de dezembro de 1966), que mais uma vez regulamentava as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, ao lado do progressivo fortalecimento e ampliação do quadro de engenheiros locais, foi discutida a instalação de um conselho regional do CREA em João Pessoa, desvinculado de Pernambuco e a representar a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Anseio efetivado, em 29 de agosto de 1968 (BRASIL, 1968), com a instalação da 16ª. Região do CREA em João Pessoa, cujo presidente foi o engenheiro civil Manoel Paiva Martins, enquanto Mário Glauco Di Lascio e Geraldo Gomes da Silva³² foram selecionados respectivamente para representantes efetivo e suplente do corpo de arquitetos.

Se isso poderia significar uma menor participação de “não-diplomados” na atividade de projeto, o diminuto quadro de arquitetos estimulava, em sentido inverso, a atuação de profissionais de outras áreas. Fato também garantido pela própria legislação. Na Lei nº 5.194 (24 de dezembro de 1966), ainda persistiu a indeterminação entre os exercícios profissionais de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos. A realização de edificações “nos seus aspectos técnicos e artísticos” era garantida a quaisquer deles. Somava-se a isso a acelerada ampliação do número de engenheiros no estado, graças aos dois cursos aí instalados. Em 1968, já eram 128 os alunos formados pela Escola de Engenharia da Paraíba, além dos 183 formados pela Escola Politécnica da Paraíba (ARAÚJO, J., 1970, p. 30, 53). Ritmo não

³² Geraldo Gomes da Silva formou-se em 1965 na Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

acompanhado pela arquitetura, cujo único curso do estado, localizado em João Pessoa, só foi criado em 1974.

Com efeito, como constatamos na pesquisa ao Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, era grande a participação de engenheiros a projetarem moradias de pequeno e médio porte. Dedicavam-se a essa atividade desde engenheiro eletricista, Raymundo Nonato de Moura, até a predominância dos civis, que tinham entre os mais atuantes José Cordeiro Fragoso, José Barbosa da Costa, Sérgio de Tarso Vieira, Severino Soares de Oliveira, Maria do Livramento Pinto Ribeiro, Zenóbio Toscano de Oliveira. Embora esse fenômeno não tenha sido por nós quantificado, a ação dos engenheiros superava a dos arquitetos tanto em número de trabalhos, quanto de profissionais. Como indício, podemos indicar que, entre 162 autores de projetos aprovados em 1974 na cidade de João Pessoa e cuja formação profissional foi por nós identificada, 135 eram engenheiros e 27, arquitetos. Suas obras, que, por vezes, assimilavam elementos formais da arquitetura moderna, como na Residência Renato Macário de Brito (Walter Vinagre – 1965) [Figura 27], também se estenderam às realizações voltadas ao mercado imobiliário, em especial edifícios de apartamentos.

Situação que nos remete à descrita por M. Silva (1991, p. 39) em Maceió, ao analisar os projetos arquivados também na prefeitura, entre 1950 e 1964: “os arquitetos nunca se incubem de mais de 12% dos projetos que foram submetidos à Prefeitura”.

Logo, se o fortalecimento e ampliação do quadro de engenheiros incitavam discussões urbanísticas e a ampliação do conhecimento técnico, por outro lado resultavam na sobreposição de funções, de modo que o projeto arquitetônico era uma atividade corriqueira também a engenheiros.

O moderno na imprensa local

Entre os periódicos de circulação nacional publicados entre 1956 e 1974 consultados nesta pesquisa (Acrópole, Arquitetura, Módulo, Arquitetura e Engenharia, Habitat, Brasil – Arquitetura Contemporânea),³³ poucas foram as referências por nós encontradas sobre a arquitetura de João Pessoa. Entre elas estava o projeto não realizado do Edifício de apartamentos Caricé, de autoria do arquiteto radicado em Recife Florismundo Lins (EDIFÍCIO de apartamentos, 1959, p. 110-111), numa matéria que não fazia qualquer registro da localização da obra ao longo do texto, mas apenas nos próprios desenhos. Na década seguinte foi publicada a residência Otacílio Campos (ARQUITETURA no Nordeste, 1967, p. 36-41), projetada por Borsoi. Em 1970, foi veiculada a agência do Banco do Nordeste (AGÊNCIA..., 1970, p. 34-35), de autoria dos arquitetos radicados em Fortaleza José Liberal de Castro e Gerhard Ernest Bormann [Figura 28].

³³ Os períodos e exemplares consultados de cada periódico estão discriminados na seção “Arquivos e fontes pesquisados”.

Como vemos, as reportagens eram esparsas e pouco representativas da produção local. Postura próxima à adotada pelos estudos panorâmicos sobre a arquitetura moderna brasileira, que igualmente pouco contemplam essa produção e se limitam a apontar obras isoladas de João Pessoa: no livro de Mindlin (2000, p. 36),³⁴ o projeto não concretizado da Praça da Independência (Burle Marx - 1952) [Figura 29]; no estudo de Lemos (1979, p. 157), o Hotel Tambaú (Sérgio Bernardes - 1968); na pesquisa de Ficher; Acayaba (1982, p. 102), novamente a agência do Banco do Nordeste (Liberal de Castro; Gerhard Bormann - 1970); na publicação de Segawa (2002, p. 132),³⁵ a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi - 1955). Enfoque que se volta a profissionais consagrados, que tinham em comum a formação na Faculdade

Figura 28. Agência do Banco do Nordeste (1970), José Liberal de Castro, Gerhard Ernest Bormann, publicada na revista Acrópole. Fonte: AGÊNCIA..., 1970, p. 34.

³⁴ A primeira edição desta obra data de 1956.

³⁵ A primeira edição desta obra data de 1998.

Figura 29. Praça da Independência (1952), Burle Marx, publicado em *Modern Architecture in Brazil*. Fonte: MINDLIN, 2000, p. 36.

Nacional de Arquitetura, ou seja, a atenção recai mais no talento individual desses arquitetos do que propriamente na produção da cidade e reforça uma leitura da difusão da arquitetura moderna irradiada a partir do Rio de Janeiro ou dos profissionais lá formados.

Em contrapartida era significativa a recepção local a essas publicações. Nos exemplares da revista *Arquitetura* por nós consultados, encontramos correspondências que manifestavam o recebimento desse título por estudantes (Antônio Augusto Torres Camello, Ivanise de Oliveira Leitão) e por profissionais (Vitoriano Gonzalez y Gonzalez, vice-diretor em exercício da Escola de Engenharia; Marcelo de F. Lopes, diretor-secretário da ENPLA – Engenharia e Planejamento; Geraldino Pereira Duda, Diretor do Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB).

Essa receptividade à arquitetura moderna, fruto da repercussão nacional e internacional das realizações brasileiras, se dava em paralelo à expansão da imprensa paraibana. Ao jornal oficial *A União*, fundado em 1893, se juntaram os jornais *O Norte*, reaberto em 1950, que tivera sido fechado em 1939, e *Correio da Paraíba*, inaugurado em 1954. Nessa mesma época, também foram criadas ou voltaram a ser editadas revistas de circulação local. Em novembro de 1957, foi lançada a revista mensal sobre cultura paraibana *Trópico*,³⁶ dedicada a letras, artes e ciências, que editada pela gráfica do estado, *A União*, pretendia realizar o levantamento e difusão do momento cultural da Paraíba (LANÇAMENTO..., 1957, p. 3). Em julho de 1959, voltou a circular a revista, fundada em 1921, *Era Nova*, com o pretense objetivo de “realçar os [...] legítimos valores” da Paraíba (ERA..., 1960, p. 8), sob a direção do jornalista e escritor Waldemar Duarte (1923-2004). Mas por causa de falta de apoio publicitário não manteve regularidade de circulação. Seu segundo exemplar, dedicado à cidade de Campina Grande, só saiu em janeiro de 1960. Em 1961 foi anunciada que voltaria a circular a revista mensal *Ilustração*, direcionada à arte e fundada, pelo jornalista José Wills Leal, por volta dos anos 1930 (*A CIDADE terá...*, 1961, p. 8). A nova fase tinha como responsável Wilson

³⁶ A revista *Trópico* era dirigida por Joaquim Ferreira Filho, Adalberto A. Barreto, Elcir Dias, Celso Otávio de Novais e Luís Gonzaga Rodrigues.

Madrugá, que fora, nos anos 1940, diretor da revista mensal Manaíra. Essa, fundada em 1939 e dedicada a “arte, cultura e divulgação”, continuava em 1965 em circulação.³⁷ E, em abril de 1966, também foi fundada a revista mensal Tambaú,³⁸ com o intuito de ser a divulgadora da “expansão econômica, social, cultural e artística” da Paraíba e de criar um intercâmbio entre esse e os demais estados nordestinos.

Apesar de essas revistas aspirarem por uma diversidade de temas, voltaram pouca atenção à arquitetura e ao urbanismo, conforme constatamos nos exemplares por nós consultados. O Palácio da Alvorada chegara inclusive a ilustrar a capa de Era Nova, em janeiro de 1961, embora tal imagem não remetesse a nenhum tema afim em suas páginas internas. Política, economia, sociedade, educação, cultura e literatura eram os assuntos predominantes. E esse último, em particular, como dava mostra o reaparecimento, em 1956, do suplemento literário Correio das Artes, editado pelo jornal A União e fundado em 1949, parecia centralizar as discussões artísticas, ao passo que a arquitetura e o urbanismo não tiveram na cidade uma publicação especializada. Logo, essas revistas não trouxeram contribuições fundamentais para o debate arquitetônico ou urbanístico na cidade.

Certamente, dentre os periódicos que então circulavam em João Pessoa, foi nos jornais em que tais discussões estiveram mais presentes. Fato que não era incomum ou localizado, pois como aponta L. Cavalcanti (2000, p. 12):

A partir da repercussão e respeito que obteve o novo estilo nas revistas especializadas estrangeiras e nacionais, o modernismo passou a ocupar o noticiário das revistas e jornais de maior circulação. O público antes desconfiado e irônico, aprende a gostar de novas formas e incorpora-las a seu repertório cotidiano.

Em Recife os jornais também se voltaram a esse tema, mas lá possuíam a participação ativa dos arquitetos. Foram veiculados pelo departamento do IAB daquela cidade, entre 1955 e 1959, dois semanários: “Arquitetura” ou “Página de Arquitetura”, na Folha da Manhã, e “Movimento Arquitetônico”, no Jornal do Comércio (NASLAVSKY, 2004, p. 127). Em suas páginas foram publicadas, além das “principais idéias e teses que circulavam no período”, obras das principais cidades nordestinas: Campina Grande/PB, João Pessoa, Petrolina/PE, Natal (NASLAVSKY, 2004, p. 132). Por sua vez, na capital paraibana as matérias dedicadas à arquitetura e ao urbanismo não possuíam espaço próprio e, por isso, eram publicadas em conjunto com os demais noticiários e informações. Da mesma forma, não mantinham uma regularidade de veiculação nem estavam sob a responsabilidade de um órgão de classe. Logo seus conteúdos eram focados ao grande público e não resultaram na formação de um corpo editorial especializado, dada a habitual reprodução de matérias vindas de fora.

Entretanto essas limitações não invalidaram seu papel de divulgar a arquitetura moderna na cidade, fossem as realizações locais, fossem as nacionais e as internacionais. Em suas páginas, como constatamos em nossa consulta a exemplares publicados entre 1956 e 1974

³⁷ Nessa fase a revista Manaíra era dirigida por Judith Marques de Almeida Lima.

³⁸ A revista Tambaú era dirigida por Agrimar Santa Cruz Montenegro.

do jornal A União, além de números avulsos dos jornais Correio da Paraíba e O Norte, estiveram presentes representações e críticas da arquitetura vigente, além do noticiário de obras isoladas. Apreensões que nos dão mostras das formas de assimilação dessas manifestações e que nos permitem aferir a contemporaneidade de tais discussões.

As matérias voltadas à arquitetura e ao urbanismo nesses periódicos acompanhavam, inicialmente, entre 1956 e 1961, o debate nacional da época, centrado na realização de Brasília, nas experiências da arquitetura carioca e no reconhecimento profissional do arquiteto. O planejamento da nova capital federal e sua construção, a exemplo da agilidade de montagem dos edifícios dos ministérios (BRUCE, 1958, p. 5), abarcavam a maior parte das atenções. Foram publicadas sobre essa realização desde noticiários até análises críticas. Após visita a Brasília, Moholy-Nagy censurou a proteção climática deficiente das edificações lá construídas, além da utilização de referências superadas de Le Corbusier, “cidade de três milhões de habitantes” (1922), para disposição das sedes dos ministérios, e questionou a comunicação existente entre os edifícios governamentais mediante praça de “tais dimensões” (CRÍTICO..., 1960, p. 5). Crítica originalmente exposta na revista *Progressive Architecture* e que foi reproduzida no jornal A União, com base em fonte do Rio de Janeiro.

Afora o interesse pela nova capital federal, esses meios também relataram a necessidade de um maior número de arquitetos no país (FALTAM..., 1958, p. 2) e a premiação internacional recebida por brasileiros na Bienal de Arquitetura de São Paulo (MINEIROS..., 1961, p. 7). Enfoques que confirmavam a afirmação da arquitetura brasileira e o reconhecimento dessa profissão, temas comuns aos anos 1950. Contemporaneidade das discussões também confirmada pelo destaque dado à arquitetura e aos arquitetos cariocas em suas páginas, a exemplo da atenção a Niemeyer ou a obras como o Pavilhão de São Cristóvão (Sérgio Bernardes - 1957) (EXPOSIÇÃO Internacional..., 1959, p. 2, 7).

Em 1956, foi transcrito no jornal A União, identificado como “recente palestra”, o texto de Niemeyer “O problema social na arquitetura”, originalmente publicado em AD – Arquitetura e Decoração (1955), no qual esse arquiteto censurava a perda de qualidade da arquitetura brasileira em decorrência da repetição inadequada de soluções modernas:

A grande maioria das nossas construções apresentam um baixo nível arquitetônico, atingindo mesmo aspectos grotescos, e até ridículos [...] Este fato, apesar de grave, é fácil de ser explicado: realmente o sucesso da arquitetura [sic] moderna no Brasil foi de tal ordem, que em pouco tempo tornou-se ela a nossa arquitetura corrente e popular. [...] É natural e compreensível que esta massa enorme de construções, estendendo-se por todo o país, não poderia manter o mesmo nível técnico, principalmente considerando-se o sucesso que as boas obras alcançavam e o seu sentido novo e criador, que todos pudessem ou não, [sic] desejavam acompanhar. (ARQUITETURA e urbanismo, 1956, p. 5)

Afirmção que, embora contemporânea à publicação de *Modern Architecture in Brazil* (Henrique Mindlin), expunha uma visão distinta do prefácio redigido por Giedion (2000, p. 17), que julgava ter se alcançado no Brasil “[...] um certo nível de realização que vem sendo mantido”. Divergência que certamente se devia ao enfoque adotado por Niemeyer, centrado

na “maioria de nossas construções”, as quais nem sempre são projetos de arquitetos, ao invés de focar o “nível médio da produção arquitetônica”, como fizera o outro autor. Com esse artifício, ele aparentemente estava a defender o campo de atuação dos arquitetos e, com isso, se voltava à afirmação dessa categoria profissional, postura igualmente revelada, nesse mesmo texto, por sua oposição à “ação do comércio imobiliário” sobre as cidades, “apelando para planos diretores responsáveis, lógicos e pertinentes” para reduzir esse problema.

As referências à arquitetura moderna não se limitaram, entretanto, a recepções à distância ou transcrições de matérias de outros centros. Em 1960, por exemplo, em artigo do próprio jornal *A União*, tratava-se da modernização da arquitetura brasileira (ARQUITETURA social, 1960, p. 3), enfocada através da funcionalidade dos edifícios (“o sentido utilitário de cada linha”) e da melhoria de conforto dos ambientes dos empregados, que passavam, conforme afirmado, a ser beneficiários dos “[...] usufrutos dos modernos conjuntos arquitetônicos”. Tais características eram creditadas pelo artigo ao “[...] estilo arquitetônico que Oscar Niemeyer inaugurou no Brasil e espalhou pelo mundo”. Afirmação que indicava a pouca familiaridade dos autores com o tema, ao ignorarem os precedentes internacionais e superestimar a contribuição individual desse arquiteto brasileiro. Representação que também se revelou em matéria dedicada a Leonardo Stuckert Fialho, o qual era assim descrito: “Da nova geração de arquitetos, iniciado nos ensinamentos de Oscar Niemayer [sic], compreende-se porque o Brasil tornou-se similar e pioneiro na arquitetura, no mundo” (ARQUITETURA e arte..., 1959, p. 3).

Nos anos posteriores, 1962 a 1974, o enfoque dos jornais locais se manteve sobre as realizações da arquitetura carioca, apesar do centro da discussão arquitetônica nacional se deslocar para São Paulo. Nessa época foram ressaltados em suas páginas: a resenha do livro escrito por Niemeyer, “Quase memórias: viagens” (GAMA E MELO, 1968, p. 4); o projeto de Lúcio Costa em 1969 para a orla de Copacabana, que compreendia o alargamento da

Figura 30. Projeto de Lúcio Costa para a orla de Copacabana, publicado em jornal local (*A União*). Fonte: [COPACABANA], 1969, p. 1.

Avenida Atlântica e a construção de passarelas, jardins, *playgrounds*, estacionamentos, relógios, parques esportivos, postos de salvamento e bares ([COPACABANA], 1969, p. 1) [Figura 30]. Por sua vez, as obras de São Paulo, como o MASP (Lina Bo Bardi – 1957-1968), e seus principais arquitetos, como Vilanova Artigas, estiveram ausentes dessas páginas.

Esse fato não impedia que a industrialização da construção, tema próprio ao pensamento desenvolvimentista da época e às formulações de arquitetos paulistas, fosse enfocada por esses jornais. Tema que era abordado através das experiências internacionais de pré-fabricação, fossem elas inglesas, como os painéis industrializados de plástico (PLÁSTICO..., 1966, p. 4), o sistema de armações leves de aço com dimensões padronizadas (SISTEMA..., 1968, p. 5), as grandes paredes pré-fabricados de concreto armado (INGLESES..., 1969, p. 2), fossem elas suecas, como os ambientes inteiramente pré-fabricados de concreto (QUARTOS..., 1961, p. 6), os blocos de cimento celular que dispensavam argamassa ou cola (CASAS..., 1961, p. 4). Em contrapartida, as discussões dos anos 1960 e 1970 da arquitetura brasileira, como o apelo à expressividade do concreto armado seguido pela “linha paulista”, estiveram, de fato, ausentes dessas publicações.

A forte presença da arquitetura internacional nas páginas dos jornais locais era um fenômeno recente, visto que nos anos anteriores, entre 1956 e 1961, recebeu pouca atenção, restrita, de uma forma geral, às publicações sobre Seagran Building (Mies van der Rohe – 1954-8),³⁹ salientado na imprensa por seu revestimento de bronze (sobreposto à estrutura de aço) [Figura 31], e à divulgação do V Congresso Internacional de Arquitetura em Moscou (CONGRESSISTAS..., 1958, p. 2). Por sua vez, entre 1962 e 1974, o número de reportagens sobre as realizações estrangeiras superava o dirigido à arquitetura nacional. Nessa segunda fase, ilustraram as páginas dos jornais edifícios europeus e norte-americanos destinados a igreja, museu, escola, universidade, laboratório e, em maior número, arranha-céus, como o Lake Tower Building ([O IMPONENTE...], 1971, p. 1), Empire State Building (Minoru Yamasaki - 1968-71) ([APÓS...], 1971, p. 8). Matérias que sempre exaltavam o caráter moderno das obras, a reforçar a difusão dessa arquitetura em distintos usos e localidades. Quando da publicação do edifício evangélico projetado por Heinz Fall, afirmou-se que “igrejas modernas representam o novo estilo arquitetônico mesmo em locais medievais de Esslingen, no sudoeste da República Federal da Alemanha” ([IGREJAS...], 1964, p. 1) [Figura 32]. Idéia semelhante a também exposta na mesma época: “escola dos Estados Unidos têm [sic] arquitetura nova” (ESCOLA..., 1965, p. 4) [Figura 33].

Era uma constante a referência aos Estados Unidos nessas matérias. Foram evidenciados pelos jornais tanto os arquitetos naturais de lá, Frank Lloyd Wright (1867-1959), Buckminster Fuller (1895-1983), Edward Durell Stone (1902-1978), Edward Larrabee Barnes (1915-2004), como os grandes mestres europeus lá instalados, Mies van der Rohe (1886-1969), Marcel Breuer (1902-1981). Isso era um reflexo da transferência das discussões arquitetônicas e

³⁹ Foram publicadas três matérias sobre o Seagran Building: Nova York (1956, p. 6); Um arranha-céu... (1956, p. 6); Arranha-céu... (1956, p. 3).

Figura 31. Seagram Building (1954-8), Mies van der Rohe, publicado em jornal local (A União). Fonte: NOVA York, 1956, p. 6.

culturais para esse país, acentuada pela emigração de artistas e intelectuais europeus, após a segunda guerra mundial. Em menor grau, a arquitetura europeia também foi contemplada, a exemplo da matéria dedicada às atividades de arquitetos atuantes na França (ATIVIDADE..., 1963, p. 6), Bernard Louis Zehruss (1911-1996) e Le Corbusier (1887-1965), ou sobre torres residenciais em Hamburgo, na Alemanha (TORRES, 1966, p. 8) [Figura 34].

Não obstante a receptividade às realizações estrangeiras, as correntes internacionais de revisão da arquitetura moderna, que ganhavam força nos anos 1960 e que buscavam se afastar de sua ortodoxia inicial, não foram captadas por essas publicações. Da mesma forma, os arquitetos das denominadas por Montaner (2001a, p. 36) "terceira" e "quarta geração",⁴⁰ que buscavam uma conciliação entre a continuidade do Movimento Moderno e o impulso por renovação, como Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Robert Venturi (n. 1925), Aldo Rossi

⁴⁰ Conforme considerado por Montaner (2001a, p. 36), a "terceira geração" era formada por arquitetos nascidos entre 1907 e 1923 e que começaram uma "atividade arquitetônica destacável" por volta de 1945-1950, enquanto a "quarta geração", nascida em seguida, começou a se destacar nos anos 1960.

Figura 32. Igreja de Cristo, em Esslingen (sudeste da Alemanha), Heinz Fall, publicada no jornal A União. Fonte: [IGREJAS...], 1964, p. 1.

Figura 33. Sherwood School, em Greeley (Colorado, EUA), publicada no jornal Correio da Paraíba. Fonte: ESCOLA..., 1965, p. 4.

Figura 34. Torres residenciais em Hamburgo (Alemanha), publicadas no jornal A União. Fonte: TORRES, 1966, p. 8.

(1931-1997), também estiveram ausentes. Apenas uma breve reprodução em 1974 das críticas do arquiteto alemão Peter Blake (1920-2006) insinuava uma reavaliação do debate internacional. Nessa matéria eram expostas as grandes “falácias do urbanismo moderno” (ARQUITETURA, 1974, p. 2): “grandes fachadas de vidro não são uma solução racional nem moderna”; “torres no meio de parques ou sobre pilotis não são uma solução respeitável”; “os problemas de construção urbana não resolvem os problemas habitacionais”; “o melhor veículo do homem são as suas pernas” e não os transportes sofisticados; “a arquitetura moderna não

melhora, em absoluto, a vida das pessoas”; “as cidades não são essenciais à civilização humana”.

Por sua vez, a relevância que então assumiram a cidade e o planejamento urbano na arquitetura nacional e internacional também repercutiu nos jornais locais. Frente à crescente urbanização do país nos anos 1960, a discussão dos arquitetos brasileiros se voltava para a industrialização da construção e para o planejamento urbano (KOURY, 2005, p. 73). Em 1961 se noticiava a expansão planejada de Estocolmo, com a construção de sua segunda cidade-satélite: Farsta, intitulada pelo próprio jornal de “paraíso dos arquitetos modernos”, na qual “as áreas residenciais, idealizadas para uma população de 35 mil pessoas, estão entremeadas com zonas verdejantes, de natureza ainda virgem, parques e campos para jogos infantis”, ao passo que os edifícios verticais se concentravam no centro (FARSTA..., 1961, p. 6). Proposta que, segundo Hall (1995, p. 364), integrou um “clássico projeto metropolitano da época: o Plano Geral de Sven Markelius [1889-1972] de 1945-1952 para Estocolmo”,⁴¹ na qual se minimizava a dependência do automóvel particular com o uso de sistema de metrô subterrâneo, uma solução nova que iria “substituir amplamente o sistema de bondes da época”. Em 1966, era noticiada a oferta de curso de Planejamento Urbano e Regional no Peru (BOLSA..., 1966, p. 8). Em 1968, eram divulgadas a criação de cursos de paisagismo na Inglaterra (CURSO..., 1968, p. 7) e a realização de Seminário sobre urbanismo em Edimburgo (URBANISTAS..., 1968, p. 2), quando se proclamava a segurança do tráfego da cidade planejada de Cumbernauld (Hugh Wilson – 1956) na Inglaterra. No ano seguinte era dedicada uma página inteira aos projetos urbanísticos para Paris, que buscavam conciliar o desenvolvimento urbano e o patrimônio histórico (FRANCESES..., 1969, p. 4). Em 1973, foram discutidos os problemas resultantes do crescimento das cidades (PROBLEMAS..., 1973, p. 2).

Essas mudanças de enfoque ao longo do tempo foram perpassadas pela corriqueira atenção à arquitetura de Recife, como a realização de curso sobre arquitetura hospitalar (PROJETO e organização..., 1956, p. 3), a fundação do Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, que tinha a finalidade da “integração da arquitetura na realidade econômica e social do país” (FUNDADO..., 1959, p. 3), a construção da cidade universitária (UNIVERSIDADE do Recife..., 1962, p. 6), a renovação do código de obras dessa cidade, do qual foram discutidas a obrigatoriedade de instalação de pára-raios em edifícios com mais de sete pavimentos (NÔVO código..., 1963, p. 2) e as condições a serem cumpridas por edifícios destinados a cinemas (CÓDIGO..., 1963, p. 4). Entretanto essas matérias não apreenderam de forma mais ampla as obras ou mesmo os debates arquitetônicos ou urbanísticos da capital pernambucana.

Enfim, eram mantidas em ambas as fases por nós identificadas a afirmação da continuidade do movimento moderno e a manutenção de sua unidade. As mudanças de rumo então ocorridas, as revisões internacionais e a emergência dos arquitetos paulistas no cenário nacional, não foram captadas pela imprensa local. Nesse sentido os arquitetos cariocas, como Niemeyer e Lúcio Costa, representavam uma espécie de síntese da produção nacional e

⁴¹ Foram construídas, de acordo com Hall (1995, p. 364), quatro cidades-satélites: Vällingby (1950-1954), Farsta (1953-1961), Skärholmen (1961-1968), Tensta-Rinkeby (1964-1970).

as atenções se convergiam para os expoentes das primeiras gerações da arquitetura moderna.

De toda forma, os jornais locais eram receptivos à arquitetura moderna e contribuíram para ampliar o alcance dessas realizações para o grande público. Temas como urbanismo e industrialização da construção, além das imagens de obras contemporâneas, insinuavam a produção da época, numa cidade que não tinha publicações especializadas nessa área. Contudo as matérias veiculadas nem sempre refletiram a qualidade da produção nacional e internacional, captadas por uma recepção à distância, na qual “o autor do texto obteve as informações reveladas através de imagens e textos que alimentam uma informação geral” (CAPELLO, 2005, p. 73).

E por sua vez, como a arquitetura de João Pessoa não era contemplada pelas revistas especializadas, as representações e as divulgações de suas obras foram estabelecidas através desses mesmos jornais, embora nesses casos se tratassem, em geral, de recepções locais, diante da inerente proximidade entre o autor do texto e o ambiente construído.

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO

A expansão urbana de João Pessoa

Em 24 de dezembro de 1952, era inaugurada a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa, eixo de ligação entre o centro e a praia. E aproximadamente a meio caminho de seus seis quilômetros foi então construído o Jardim Miramar [Figuras 35, 36], que estabeleceu um representativo encurtamento da distância entre aquelas duas regiões (TRAJANO FILHO, 2006, p. 41), através do loteamento do anterior campo de aviação da Imbiribeira. Empreendimento que tinha a participação ativa do Estado, com o objetivo de gerar renda para o programa de pavimentação realizado pelo governo estadual. Como então justificado pelo próprio governador José Américo de Almeida (1952, p. 3):

A Avenida Eptácio Pessoa estava estrangulada. O campo de aviação de Imbiribeira, já condenado por sua impropriedade técnica, interferia nesta artéria, cortando-a, meio a meio, sacrificando sua configuração. Mas a área intrusa que criava, assim, um problema poderia resolver muitos problemas. Poderia deixar de constituir um obstáculo para se converter numa fonte de onímodas soluções. Bastaria loteá-la e vendê-la – um processo tão simples, desde que o mundo é mundo, como o ovo de Colombo.

No planejamento do Jardim Miramar, realizado pelo engenheiro Lauro Pedrosa (do escritório Planos de Urbanismo Planurba) e empreendido pela Caixa Econômica Federal, já estavam previstos: praças, jardins e parques infantis, comércio próprio, mercado, cinema, casa de

Figura 35. Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950: ao centro, Jardim Miramar. Fonte: TRAJANO FILHO, 2006, p. 42 (Arquivo Humberto Nóbrega).

saúde, farmácia, postos médicos e policiais, colégios, centro de puericultura, agências postais e telegráficas, telefone, praças de automóveis, “transporte fácil e confortável” e inclusive a construção de um clube social e desportivo (JARDIM Miramar, 1950, p. 4), que veio a ser o Esporte Clube Cabo Branco (Borsoi – 1955), do qual trataremos [na seção “A modernização dos clubes sociais”, Capítulo 2]. E, apesar de seu prenome “Jardim”, não havia nesse bairro as ruas sinuosas ou a proposição de jardins de uso coletivo no interior das quadras, que o aproximassem dos loteamentos-jardins realizados, em meados de 1919, por Barry Parker (1867-1941) em São Paulo: Jardim América e City Lapa. Dessa forma, sua denominação era mais uma tentativa de estabelecer “uma entonação nobre” derivada dessas realizações, o que também ocorreu em loteamentos implantados em cidade como São Paulo e Recife.

Esse conjunto de ações teve um significado especial para João Pessoa, que em 1950, era a região urbana mais populosa do estado⁴² (89.517 habitantes) e a décima sétima do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2002a). Pois, essa cidade

⁴² Em 1950 a região urbana de Campina Grande, no interior, era menos populosa (72.464 habitantes) que a capital (89.517 habitantes), embora seu município, soma das áreas rural e urbana, fosse o mais populoso do estado (173.206 habitantes) seguido por João Pessoa (119.326 habitantes) (IBGE, 2002a).

Figuras 37, 38.
Avenida Guedes
Pereira, no final dos
anos 1950, e bonde
elétrico em circulação.
Fonte: BORGES, 1960,
p. 292, 294

se mantivera por cerca de trezentos anos presa às proximidades do Rio Sanhauá, onde foi fundada em 1585. As primeiras ocupações em direção ao litoral e ao sul só ocorreram depois de 1855 e, ainda assim, de forma dispersa, na qual casas se misturavam a extensas áreas de sítios e chácaras localizadas dentro da zona urbana (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 39). A incorporação das faixas litorâneas, Cabo Branco e Tambaú, se deu apenas na década de 1940 graças à abertura da Avenida Eptácio Pessoa (1933), embora essa região permanecesse "ainda uma verdadeira colônia de pescadores e local de veraneio, em casas, não raro construídas de palha" (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 40). Dessa forma, a pavimentação veio ampliar a acessibilidade à área que se tornava o principal lazer da população nos finais de semana, ao permitir a instalação de bondes e marinetes, substituídos, posteriormente, por ônibus e lotações (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 40). O discurso do governador José Américo de Almeida, quando das festividades de inauguração do novo pavimento, sinalizava a importância então atribuída a essa obra:

Escutastes, até ontem, as queixas dos passageiros que vinham procurar no mar o refrigério do corpo e da alma e voltavam, de mau humor, cobertos de

poeira ou salpicados de lama. Que iam, aos solavancos, no mais penoso dos percursos, maldizendo, talvez, os vossos carros que eram, enfim, os mais sacrificados (ALMEIDA, 1952, p. 2).

Seu depoimento deixava entrever também a crescente importância que assumiam os automóveis no espaço urbano: “A civilização moderna vem criando novos problemas e um dos mais instantes é o problema da distância. É abreviar os contactos. É o vôo das aeronaves e o deslizar dos pneus” (ALMEIDA, 1952, p. 2).

Figura 39. Avenida Guedes Pereira, no final dos anos 1950: contraste entre a sede do IPASE (à direita) e construções antigas. Fonte: IBGE, 1960, p. 231.

É certo, no entanto, que o número desses veículos era ainda limitado. Em 1956, totalizavam 1.643 unidades,⁴³ dos quais 905⁴⁴ se destinavam ao transporte de passageiros. Portanto, acima de firmar o uso da praia para o lazer, favorecido também pelo próprio clima, “em geral quente e seco, com variações entre 18° C e 36° C” (BORGES, 1960, p. 287), ou simplesmente ampliar a acessibilidade de veículos, essa obra passava a constituir um vetor do crescimento urbano. Processo que estava diretamente relacionado com a expansão na região central da cidade [Figuras 37, 38, 39], em direção ao Parque Solon de Lucena e ao bairro de Tambiá (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 41), do comércio de mercadorias, que constituía uma das principais atividades econômicas de João Pessoa. Esse processo promoveu o deslocamento das moradias lá localizadas para novas regiões e a valorização de áreas outrora desprezadas. A Rua Tenente Retumba, por exemplo, anteriormente considerada um “antro de prostituição”, teve sua população expulsa para ser ocupada por novas construções (NORONHA, 1957, p. 2). Substituição das edificações antigas ou precárias que passava a dar à região central uma nova fisionomia. No lugar onde a imprensa afirmava ter sido mantido até pouco tempo “um pardieiro”, era noticiada em 1957 a construção de “um suntuoso edifício de vários andares”

⁴³ É importante assinalarmos que, além dos veículos de passeio, constam nesse quantitativo: jipes, ônibus, microônibus, ambulâncias, motocicletas, caminhões, camionetes e veículos de socorro.

⁴⁴ Esse quantitativo obedecia a seguinte subdivisão: veículos de passeio (671), jipes (43), ônibus e microônibus (79), camionetes (56), ambulâncias (6), motocicletas (48), outros (2). Por sua vez, os veículos de carga (738) eram subdivididos em: caminhões (411), camionetes (248), veículos fechados (60), jipes (9), veículos de socorro (1), outros (9).

Figuras 40, 41. Acima, Avenida Getúlio Vargas e Parque Solon de Lucena, por volta de 1957, com o Instituto de Educação, à esquerda. Abaixo, Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950, com a praia de Tambaú, ao fundo. Fonte: IBGE, 1960, p. 236; Arquivo Público do Estado da Paraíba/FUNESC.

(UM NOVO..., 1957, p. 3): edifício de escritórios Nações Unidas, no Ponto de Cem Réis. E como já reconhecido nesse momento: “O comércio é quem mais está contribuindo para essa mudança de aspecto, e o faz com apurado bom gosto, como se depreende de um exame nas lojas ultimamente instaladas e nas que estão por inaugurar-se” (PROGRESSO da cidade..., 1956, p. 3). Com efeito, eram comuns aos jornais locais reportagens sobre a demolição de prédios antigos na área central em decorrência da expansão do comércio: “Os estabelecimentos comerciais invadem a Duque de Caxias” (URBANIZAÇÃO..., 1956, p. 2), “Está sendo demolido o ‘Salão Império’” (CUSTOU..., 1956, p. 2).

Diante disso, se nos anos 1940, as “mansões da época” eram, segundo Aguiar (2002, p. 270), sobrados ecléticos situados no centro da cidade, em especial na Avenida Getúlio Vargas [Figura 40], nas décadas seguintes novas áreas passavam a ser apreciadas para esse fim,

para onde se transferiram os moradores. O bairro da Torre, que já fora considerado “pouco propício à moradia”, porque estava fora do “perímetro urbano”, era descrito em 1957 pela imprensa como um dos “locais preferidos para as novas e melhores construções”, assim como também o eram Tambaú, Tambauzinho e Miramar, bairros situados nas proximidades da Avenida Eptácio Pessoa (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3) [Figura 41]. Também atestavam o movimento realizado pelas famílias mais abastadas a se afastarem da área central as residências projetadas nos anos 1950 por Borsoi: Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Joaquim Augusto da Silva (1957), Renato Ribeiro Coutinho (1958), que tiveram nessa via de ligação à praia seu local de implantação.

Contudo, a “aproximação ao mar”, segundo Trajano Filho (2006, p. 41), não foi um movimento uniforme e contínuo desde o centro até atingir a periferia. Como observado em 1960 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE (1960, p. 236): “De construção recente e contando ainda com poucas residências essa Avenida [Eptácio Pessoa] contribui bastante para o desenvolvimento da cidade em direção ao litoral”. Com efeito, ao tempo que suas margens eram ocupadas, novos loteamentos também surgiam em plena praia, sem relações de continuidade entre si. Em 1957, era construído em Tambaú o conjunto habitacional Jardim Manaíra (Borsoi – 1957) (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3), que se beneficiava das melhorias na orla marítima: a ampliação da rede de abastecimento de água, a extensão do passeio público e o prolongamento da pavimentação (EM TAMBAÚ..., 1957, p. 3). E na mesma praia estava a ser comercializado o loteamento Jardim Panamérica, que ressaltava em sua publicidade [Figura 42] os melhoramentos públicos lá realizados, água encanada, “condução à porta” e luz elétrica, além da “encantadora” paisagem de Tambaú e da presença de vizinhança (JARDIM Panamérica, 1958, p. 5), essa como forma de minimizar uma possível impressão de isolamento em relação ao resto da cidade.

Como reflexo desse movimento, a imprensa local noticiava em 1960 o aumento do número de residências permanentes na orla marítima, o que era atribuído, afora às melhorias de acessibilidade e de infra-estrutura, à oferta de financiamento através da Caixa Econômica Federal (CRESCIMENTO de Tambaú, 1960, p. 3), fator que ganhou mais força nos anos posteriores, durante a ação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Dessa forma, embora o crescimento não tivesse na Avenida Eptácio Pessoa sua única causa, a tinha como símbolo do progresso, como outrora fora igualmente representativa a Avenida Getúlio Vargas, com suas vias largas e arborizadas ladeadas pelo Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa - 1936). Representação que era, por sua vez, reiterada pelo governador José Américo de Almeida (1989, p. 165), ao afirmar que “João Pessoa tornou-se, com a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa, cidade marítima”.

Nesse tempo, também teve importância para o desenvolvimento da cidade: a criação, em 2 de dezembro de 1955, da Universidade da Paraíba (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a partir de dezembro de 1960). João Pessoa, que, durante longo tempo, teve o predomínio da função administrativa, passava então a exercer a função universitária, a qual provocou, segundo M. Andrade (1975, p. 17), “o desenvolvimento do comércio, dos serviços culturais,

No progresso da Paraíba...

uma nova Bandeira

JARDIM PANAMÉRICA

o espetacular loteamento da
COMPANHIA IMOBILIÁRIA JAGUARIBE

Na faixa balnearia

Condição a partir

Bom vizinhança

Luz elétrica

Água encanada

e valorização

na famosa e encantadora praia de **TAMBAÚ***

tem também, ainda mesmo, do JARDIM MANAIRA, da Caixa Econômica Federal, com mais de 300 residências construídas.

E QUE CONDIÇÕES
apenas 5% de entrada!
Pagamento em 100 prestações!
Sem Juros!
Lotes a partir de
Cr\$ 60.000,00

JARDIM PANAMÉRICA
é mesmo para você morar!

LOTES VENDIDOS:

ATE 28.9.58	10 lots
SEMANA DE 28.9.58 a 4.10.58	
Se. Antônio Gomes da Silva	1 lote
- Adolfo Ribeiro Wanderley	1 "
- Raimundo Guedes Barreto	1 "
- Augusto Pereira da Costa Filho	1 "
- Antonio Fernandes dos Santos	1 "
- Fausto Falcão de Souza	1 "
- Genivaldo da Faria Leite	1 "
- Sr. Alexandre Gomes Amorim	1 "
- Elza Guedes Romão	1 "
- Lúcio Cristóvão Campos Pass	1 "
TOTAL	10 lots

CLAUSULA DE GARANTIA
Em caso de morte do comprador, sua herdeira receberá o lote indenizado do preço sem qualquer despesa.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA JAGUARIBE

Informações e vendas:

Campina Grande: Edifício Assu. 1º andar, sala 109 - - Praça da Bandeira
João Pessoa: Edifício Duarte da Silveira, sala 102 - - Ponto Côm Reis
Recife: Edifício Antonio Barbosa, salas 606/615 - - Av. Dantas Barreto

Figura 42. Publicidade do Jardim Panamérica, localizado na praia de Tambaú. Fonte: JARDIM Panamérica, 1958, p. 5 (arquivo pessoal de Marcus Vinícius).

de lazer, de saúde, etc. possibilitando uma aceleração do crescimento da cidade". E, para além das contribuições culturais ou mesmo econômicas, como a qualificação de profissionais, essa instituição teve implicações diretas no espaço físico da cidade, graças à implantação de seu campus, iniciado em dezembro de 1965, que atuou como um vetor de expansão urbana.

Em contrapartida, esse crescimento se deu em meio a um período, entre os anos 1940 e 1960, de dificuldade econômica da Paraíba. O algodão, seu principal produto econômico,

perdeu gradativamente “fatia essencial do mercado interno” para São Paulo, que se tornava o maior produtor brasileiro, além de sua comercialização com a Alemanha ter sido, por causa da Segunda Guerra Mundial, encerrada (AMORIM, Laura, 1999a, p. 50). E, por sua vez, o crescimento da articulação comercial com o Sudeste, que teve seu período mais intenso nas décadas de 1940 e 1950, “acarretou uma competição desigual entre as matérias primas paraibanas [cujos preços sofriam rebaixamento] e os produtos industrializados dessa região” (AMORIM, Laura, 1999a, p. 51, 55). Em consequência, como defende Laura Amorim (1999a, p. 59), “a década de 1950 como um todo representou o momento mais agudo da crise geral – social, econômica, política – enfrentada, até então, pela Paraíba”. Acirravam-se os conflitos sociais no campo, motivados pelo “aumento das áreas de cultivo da lavoura comercial como forma compensatória dos prejuízos”, que resultaram, por sua vez, em disputas por posse de terra e em expulsões do campo (AMORIM, Laura, 1999a, p. 55). Contudo, alguns grupos não foram na mesma intensidade atingidos. O redirecionamento dos investimentos agroindustriais para a cana-de-açúcar favoreceu os usineiros, que lograram construir luxuosas residências na capital paraibana. Da mesma forma, os comerciantes, com o crescimento progressivo da população urbana, afirmavam o comércio como principal atividade econômica do município. Ascensão também conquistada, pelo menos no campo político, por agrônomos, químicos e engenheiros, cujas profissões estruturadas em leis lhes permitiram participar da composição do poder e, por conseguinte, agir, quando nomeados pelo governo federal, na mediação política ou “muitas vezes se contrapor aos chefes políticos locais, possibilitando novas composições políticas” (ARAÚJO, M., 1999, p. 102). Nesse sentido foram aparentemente os pequenos agricultores e a tradicional elite agro-exportadora os principais atingidos.

Conforme F. Moreira (1999, p. 157), as dificuldades de desenvolvimento do Nordeste nos anos 1950 “conduziram à conclusão que para solucionar os problemas urbanos era preciso reformar toda a base econômica da região, prepará-la para a industrialização, procurando reverter seus possíveis efeitos perversos e gerar o desenvolvimento harmônico”, por conseguinte as propostas abandonaram o centro como objeto de intervenção, e agiram sobre a desconcentração e expansão da cidade. Também na Paraíba, como solução para superar a crise, “os apelos da política desenvolvimentista e industrialista” foram, no início dos anos 1950, atendidos pelas “classes no poder [quando] esquecem-se das antigas querelas oligárquicas”, com o fim de concretizar a organização e consolidação dos interesses econômicos burgueses (ARAÚJO, M., 1999, p. 101). E foi justamente a partir de 1956 que houve “uma maior intervenção do governo na economia, objetivando uma ação planejada, que se concretizou com a ação da SUDENE” (ARAÚJO, M., 1999, p. 103). Com efeito, esse período até meados de 1970 se caracterizou pela transição entre uma economia essencialmente agro-exportadora em direção a uma maior participação da atividade industrial.

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, investimentos federais procuraram, em torno de 1960, reestruturar o espaço urbano de João Pessoa. Foram realizadas pelo menos três importantes intervenções. Foi instalado um anel viário, cujo planejamento já estava presente no Plano Rodoviário Nacional para 1956-1960 e sua iminente construção foi noticiada em 1958 pela imprensa local (CONSTRUÇÃO da estrada..., 1958, p. 5). Projeto que visava conformar

um sistema rodoviário que articulasse diversas localidades do país, como parte do programa de “Integração Nacional”, além de deslocar o fluxo cada vez mais intenso em direção às cidades do interior do estado e às capitais da região, de forma que ele não penetrasse na área urbana de João Pessoa, e, com isso, também constituía uma alternativa ao escoamento das mercadorias do Porto de Cabedelo (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1992, p. 10). Cabe ressaltarmos que uma estrada de contorno, com semelhante fim de desviar o tráfego de veículos da área central da cidade, já estivera presente no Plano de Remodelação e Extensão Urbana proposto em 1933 por Nestor de Figueiredo. Foi também criado, com apoio da SUDENE, o Distrito Industrial (implantado por volta de 1963), que, localizado às margens da ligação com Recife, reforçava a especialização funcional do espaço urbano e se beneficiava da ligação rodoviária com o Porto de Cabedelo, propiciada pelo anel viário. E foi implantado, com incentivos do MEC, o campus universitário da UFPB, iniciado em dezembro de 1965, mas cuja escolha da localização data de 1958, como veremos [na seção “O planejamento do campus universitário”, Capítulo 2], para onde foram gradativamente transferidas as atividades dessa instituição, ocorridas anteriormente no centro. Essas intervenções, além de promoverem a setorização funcional, estabeleceram um novo vetor de crescimento para a cidade: a porção sudeste de seu território.

É possível que o planejamento dessas ações estivesse relacionado com desdobramentos do Código Municipal de João Pessoa,⁴⁵ aprovado em 1955, que expôs em seu próprio texto, elaborado pelo técnico em administração municipal Antônio Delorenzo Neto (1956, p. 21, 265), responsável pelos códigos de Recife, Vitória, Belém/PA, Florianópolis, Curitiba e cidades do interior de São Paulo (NASLAVSKY, 2004, p. 57), a necessidade de aliar o Plano Diretor à elaboração de um Plano de Urbanismo e sugeriu inclusive a utilização dos “serviços técnicos do Centro Sociológico de ‘Economia e Humanismo’ Paris-São Paulo-Recife”. Cuidado que se tornava uma evolução, quando comparado ao documento anterior (aprovado em 21 de setembro de 1938), que não contemplava semelhante preocupação. O novo documento previu inclusive recursos e prazo (“período de cinco anos, a partir do exercício de 1955”) para a futura elaboração do Plano de Urbanismo. E, quanto à noção de *zoning* presente no documento anterior, essa não só era mantida como também desenvolvida: foi excluída a delimitação de zona central e mantidas as divisões em zonas rural, suburbana e urbana, enquanto essa última passou a ser subdividida em áreas de uso específico (comercial principal, comercial secundário, industrial, residencial principal, residencial secundário). Porém, essas eram divisões apenas sistematizadas, já que não foram localizadas no espaço urbano, tarefa postergada para o futuro Plano de Urbanismo. De toda forma, esse documento dava mostras que o zoneamento e planejamento urbanos foram questões postas em evidência imediatamente antes daquelas intervenções, embora não tenhamos constatado que essas discussões tiveram efetivamente originado planos urbanísticos.

Porém, o progresso não se processava numa unidade de ritmos. Havia deficiência de bons hotéis, cinemas, restaurantes, casas de diversões e comércios, serviços necessários ao

⁴⁵ O Código Municipal de João Pessoa deu origem a Lei Municipal nº 109, de 18 de novembro de 1955.

desenvolvimento da cidade (POBREZA..., 1960, p. 3). Reclamava-se da qualidade dos serviços oferecidos: “quantas e quantas famílias daqui não se largam, diariamente, para o Recife, viajando em confortáveis ônibus, para lá comprar o sapato, o vestido, o colar e até mesmo fazer o cabelo com os cabeleireiros de lá que são melhores do que os nossos” (JOÃO Pessoa terá..., 1960, p. 3). Situação semelhante aconteceu também com os cinemas, cujas instalações estavam ultrapassadas, por não terem acompanhado a evolução dos equipamentos cinematográficos de então: tela panorâmica, som estereofônico (PLAZA..., 1962, p. 6). “A população crescia, a cidade tomava outros ares e não tínhamos um cinema de primeira classe, capaz de nos recomendar” (O NOVO “Plaza”, 1963, p. 6). Em resposta a essa situação, o Cine-Teatro Plaza, projetado por Hermenegildo Di Lascio, foi reformado (Mário Di Lascio - 1963), quando passou a ter ar-condicionado e capacidade para 800 expectadores, e foi construído o Cine-Teatro Municipal (1964) [Figura 43], com capacidade para 1.200 expectadores e servido de ar-condicionado.

Essas deficiências se tornavam mais evidentes nos bairros recentes. Em Tambaú, por exemplo, reclamava-se, em 1960, da falta de abastecimento de água e da ausência de mercado público (TAMBAÚ sem..., 1960, p. 3). Seus moradores, representados em associação, lutavam, em 1962, por “transportes coletivos, escolas bem aparelhadas, ambulatório médico, feira, mercado, telefone, hotel, restaurantes”, sem os quais não haveria, conforme eles, progresso nessa área (DEFESA..., 1962, p. 3).

E, por sua vez, a própria expansão urbana demandava a ampliação da rede de infra-estrutura de João Pessoa. Em 1950, 80% de seus logradouros não eram pavimentados, 40% deles não tinham iluminação pública, 68% não recebiam abastecimento de água, 69% não estavam ligados à rede de esgoto sanitário (IBGE, 2002b). No ano de 1956, o abastecimento elétrico, anteriormente proveniente da Usina de Cruz do Peixe, passou a ser recebido da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF). O abastecimento de água foi ampliado, durante o governo José Américo (1950-1955), com a implantação da adutora de Marés, mesmo assim, em decorrência do acelerado crescimento urbano, a deficiência desse serviço era então uma das principais reclamações (UM PROBLEMA..., 1961, p. 4). Segundo reportagem dessa época (ÁGUA..., 1962, p. 3), João Pessoa necessitava, em 1962, de uma média diária de 30 mil metros cúbicos de água, mas a capacidade dos mananciais não superava 17 mil metros cúbicos, a resultar no racionamento de água e na redução da instalação de novos ramais e chafarizes. Em 1962, a Sociedade de Amigos de Tambaú chegou a consultar uma empresa pernambucana sobre a construção de uma rede de saneamento no local, que seria financiada com recursos dos próprios moradores (SANEAMENTO..., 1962, p. 3.), contudo a contratação não se efetivou.

Por outro lado, essas dificuldades, atribuídas pela imprensa local à expansão urbana, ajudavam a fomentar a imagem de progresso da cidade: “João Pessoa está tomando foros de cidade grande, com muita rapidez, de forma que os problemas que afligem as metrópoles começam a atormentar nosso povo” (CIDADE grande, 1966, p. 3).

**PROGRESSO PARA
SUA TERRA E LUCRO
PARA SEU CAPITAL**

O CINE-TEATRO MUNICIPAL LANÇA AS BASES DO MAIS NOTÁVEL EMPREENDIMENTO EM
TODOS O NORDESTE

Contribuindo para o progresso e desenvolvimento da Paraíba CINEMAS DO NORDESTE LTDA. lança a mais moderna e luxuosa casa de espetáculos do Nordeste, a poucos metros do "Ponto Com Rús" e dotada de todos os requisitos do bom gosto e perfeição técnica para o seu conforto e comodidade. Num ambiente incomparável, com ar condicionado, instalações amplas e 1.200 poltronas estofadas, o CINE-TEATRO MUNICIPAL-lançado em João Pessoa (e logo após em Campina Grande), representa uma excelente oportunidade para um emprego do capital, através das quotas de participação, no valor de 20 e 50 mil cruzeiros, que lhe darão também direito aos dividendos dos lucros desta empreendimento.

CINE-TEATRO MUNICIPAL
Empreendimento de Luciano Leal Wanderley e Aljo D' Ambrozio - Idealização do T. J. Orúba

**NESTA POLTRONA
NINGUÉM SENTA**

Ele está à sua espera, sócio participante do Cine-Teatro Municipal, para todos os lançamentos cinematográficos semanais do seu cinema, em sessões exclusivas para sua comodidade e conforto.

Sua carteira de sócio participante lhe dá direito a frequentar todos os cinemas da empresa

CINEMAS DO NORDESTE LTDA.
Rua Barão do Triunfo, 461 - 1º andar - Tel. 1304 - João Pessoa

Figura 43. Publicidade do Cine-Teatro Municipal .Fonte: PROGRESSO para..., 1961, p. 6.

É verdade que em início dos anos 1960 a cidade esboçava seu crescimento em direção a praia e, mais tardiamente, com o início da construção em 1965 do campus universitário, também em direção ao sudeste de seu território. Porém foi sob a ação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Banco Nacional de Habitação (BNH), que a expansão urbana ganhou um efetivo impulso, com os investimentos em habitação. "Em João Pessoa os conjuntos habitacionais passaram a se constituir num elemento chave para a reordenação de sua estrutura urbana" (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44-45). E foi nesse período também que houve uma ampliação dos serviços de infra-estrutura básica, especialmente água e

energia, influenciada em grande parte também pelo SFH, fosse diretamente através de financiamentos na área de desenvolvimento urbano, fosse indiretamente, ao estender tais serviços aos novos conjuntos habitacionais por ele financiados (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44-45).

Inicialmente a ação desse órgão se voltou ao adensamento das áreas ao longo da Avenida Epitácio Pessoa, através de conjuntos habitacionais destinados à população de renda média baixa: Jardim Treze de Maio (1968), no Bairro Treze de Maio, Conjunto Boa Vista (1968), no Bairro dos Ipês, e Conjunto Pedro Gondim (1968), no Bairro Pedro Gondim (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 43).

Logo em seguida, os incentivos se voltaram à ocupação do setor sudeste da cidade, com a construção do Conjunto Castelo Branco (1968), o maior até então construído, com 630 unidades e que, à semelhança do campus universitário, superava os limites do anel rodoviário, o que era significativo para um empreendimento resultante da política oficial de remoção de favelas, em cujo local desocupado deveria ser construída uma nova via de ligação à praia: Avenida Beira-Rio. Também foram contempladas por esse sistema financeiro as famílias de renda mais elevada, através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), principalmente na primeira metade dos anos 1970, quando decresceram os investimentos em conjuntos habitacionais⁴⁶ e foram financiadas unidades habitacionais isoladas, implantadas nas vias de ligação à praia ou na própria praia, Cabo Branco e Tambaú (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 44).

Enfim, a cidade passava a superar seus tradicionais limites físicos e a consolidar dois vetores de crescimento: a ligação à praia e a porção sudeste. Com isso estabelecia também a reestruturação de sua paisagem, através da ocupação de novas regiões e da renovação daquelas já construídas. Porém esse processo não se deu sem as contradições, deficiências e diferenças de ritmo resultantes das dificuldades econômicas pelas quais passava a Paraíba. É ilustrativo disso a retomada, em final dos anos 1950, do uso de bondes, após serem “recondicionados”, a fim de “oferecer transportes a preços acessíveis à população, principalmente aquela que habita os subúrbios mais longínquos”, embora fosse também reconhecido, nessa mesma oportunidade, que não era esse “o transporte ideal, sobretudo em virtude de sua natural lentidão” (TRANSPORTES..., 1959, p. 3).

E, para além das mudanças físicas na cidade, foi também a partir dos anos 1950 que os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos foram cada vez mais incorporados ao cotidiano dos brasileiros (MELLO, João; NOVAIS, 1998, p. 604). Eletrodomésticos mais avançados eram então disponibilizados: ferro elétrico, fogão com botijão a gás, geladeira, televisão, liquidificador, batedeira de bolo, secador de cabelos, aspirador de pó, enceradeira, ar-condicionado. Os hábitos alimentares mudavam com a popularização dos alimentos industrializados e o consumo de refrigerantes. Novas formas de comercialização surgiam: os supermercados, que aos poucos passavam a tomar o lugar das

⁴⁶ Entre 1970 e 1974 foram construídos os conjuntos: Castelo Branco II (1970), Costa e Silva (1971), Castelo Branco III (1974), João Agripino (1974) (LAVIERI, J.; LAVIERI, M., 1999, p. 46).

antigas vendas ou quitandas, e o *shopping center*. O vestuário sofria transformações: os tecidos sintéticos e as roupas feitas em massa barateavam os produtos, o uso do terno e da gravata pelos homens passava a ser mais restrito, surgia a calça jeans (MELLO, João; NOVAIS, 1998, p. 563-564).

Embora nos ressaltamos de estudos sobre tais impactos em João Pessoa, o depoimento do historiador José Mello (1989, p. 260) nos fornece alguns vestígios: a venda de roupas prontas se difundia por volta de 1953; os padrões estrangeiros eram copiados pela população, o que se verificava pelas marcas dos cigarros comercializados (*Palmall, Luck Strick, Cammel*), pela bebida (uísque), pela calça jeans, pelos eletrodomésticos (liquidificador, fogão a gás), pelas revistas em quadrinhos, pelos chicletes. Porém, sabemos de fato que em 1960 se noticiava a construção do primeiro supermercado em João Pessoa, que, como então observado, vinha “trazer ao pessoense um sistema de autosserviço [sic] muito difundido nos Estados Unidos e na Inglaterra” (JOÃO Pessoa terá..., 1960, p. 8); a televisão, embora presente, era ainda restrita a uma minoria: em 1960, apenas 0,26% dos domicílios do Nordeste tinham esse aparelho e em 1970 esse número atingiu 6,0% (ainda muito aquém da média de 22,8% do país) (HAMBURGER, 1998, p. 453). E, se até maio de 1954, quando se instalou em João Pessoa uma agência da Radional,⁴⁷ “a Paraíba, em termos de telefonia, era um ilha, isolada do resto do Brasil, e do Mundo” (TELEFONIA..., 1975, p. 31), a partir desse momento tinha uma maior possibilidade de comunicação nacional e internacional. Em final dos anos 1950, havia 1.178 aparelhos instalados na cidade pela Empresa Paraibana de Telefones (BORGES, 1960, p. 299), os quais a partir de 1956 tiveram ligação direta com Recife e não mais intermediada por Campina Grande, como outrora. Nesse mesmo ano, foram inauguradas a ligação direta através de telegrama entre João Pessoa e Rio de Janeiro, então capital federal, em lugar de ser intermediada por Recife ou Salvador (UM MODERNO..., 1956, p. 4), e também a ligação internacional, dentro do plano de expansão desse serviço no território nacional.

A renovação das construções residenciais

Em paralelo às descrições realizadas pela imprensa sobre o crescimento urbano de João Pessoa, tais documentos reconheceram também a modernidade das novas construções, em especial das residências. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE, H. Silva (1960, p. 15), numa recepção provavelmente à distância, identificou as “magníficas e modernas construções residenciais [da praia de Tambaú], as quais rivalizam com as das estações climáticas e dos centros de turismo do País”. Ainda nessa mesma publicação, o jornalista paraibano Haroldo Escorel Borges, no intuito de caracterizar a cidade em seus diferentes aspectos (históricos, climáticos, geográficos, naturais, populacionais, econômicos, urbanos), igualmente assinalou, através de uma recepção local, isto é, de sua proximidade ao contexto descrito, a modernização da arquitetura local:

⁴⁷ A Radional era uma empresa de telefonia multinacional e subsidiária da ITT. Atuou no Brasil até princípios dos anos 1970 (TELEFONIA..., 1975, p. 31).

Atualmente, João Pessoa experimenta apreciável modernização em seu aspecto arquitetônico, graças à introdução do estilo moderno funcional. Devido aos financiamentos de instituições como a Caixa Econômica, o Montepio do Estado, os Institutos de Aposentadoria, etc., vários conjuntos residenciais têm surgido, nos subúrbios da cidade, como os Jardins Miramar e Manaíra, as vilas Popular, dos Motoristas, dos Comerciais, etc., que, dia a dia [sic], melhoram a paisagem citadina (BORGES, 1960, p. 304).

Conforme essas apreensões, a modernização arquitetônica ia além de empreendimentos isolados e estava diretamente associada à ocupação dos novos bairros. De fato, havia uma grande demanda na cidade por novas habitações em resposta ao crescimento demográfico. Conjuntos habitacionais, segundo constantemente reclamado pela imprensa, precisavam ser construídos para a população de renda mais baixa. Por outro lado, os financiamentos públicos, como os provenientes da Caixa Econômica Federal, também contemplavam outros níveis de renda, de modo que os novos loteamentos refletiam o ritmo de crescimento então vivenciado, a exemplo do relato sobre a construção do Jardim Manaíra: “Alinham-se as ruas, alicerçam-se e sobem as casas [...] Casas isoladas, bonitas, modernas, térreas, sobre pilotes [sic] ou super-postas [sic] em andares que se elevam conforme o gabarito de cada vida” (MANAÍRA..., 1956, p. 2).

Com efeito, o setor habitacional tinha um peso significativo na transformação da paisagem urbana da cidade, não só do ponto de vista quantitativo como também qualitativo. A modernização da arquitetura era diretamente remetida às novas residências que então surgiam. Em um de seus artigos, o jornal A União, ao abordar em 1957 o crescimento urbano, extrapolava a descrição estritamente numérica e afirmava:

Observa-se, a propósito, um tom marcante de bom gosto nas novas construções, algumas delas de estílo [sic] funcional, em linhas moderníssimas, que colocam a nossa cidade entre as mais adiantadas do país nêsse campo arquitetônico. Devemos destacar a propósito, [sic] que o jovem engenheiro Roberval Guimarães teria sido o pioneiro dessa inovação para melhor, sendo êle o autor das primeiras unidades residenciais que apareceram em João Pessoa com estilo funcional. Atualmente faz-se notar a atuação e o bom gosto de Acácio Gil Borsoi, autor de outras residências moderníssimas de João Pessoa, inclusive do anteprojeto para a localização de Manaíra, o novo conjunto residencial em construção pela Caixa Econômica [Federal] (CRESCIMENTO urbano, 1957, p. 3).

Reportagem que, em seguida, também assinalava a localização das “novas e melhores construções” nos bairros anteriormente considerados “fora do perímetro urbano”. Portanto, vinha, assim como as apreensões expostas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, corroborar a modernização arquitetônica de João Pessoa. Porém ambos os documentos não estabeleciam uma noção clara do “estilo funcional” ou das “modernas construções” então realizadas, já que não retratavam essas obras e se limitavam a compará-las às dos grandes centros. Exceção restrita ao vestígio propiciado pela menção aos arquitetos Roberval Guimarães e Borsoi. De toda forma, era comum o reconhecimento de tais realizações como sinais de renovação.

No entanto, obras modernas já despontavam anteriormente na cidade, como as concretizadas pela Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), nas décadas de 1930 e 1940, além da progressiva modernização das residências locais, conforme vimos [na seção “As primeiras experiências modernas”, Capítulo 1].

Com efeito, segundo Carvalho; Tinem (2006, p. 54-55), foram, nos anos 1940, comuns às ruas centrais⁴⁸ de João Pessoa casas que esboçavam soluções formais modernas, como a maior integração com o exterior (rebaixamento do piso de entrada da casa), a utilização de aberturas angulares e a limpeza plástica (utilização de linhas retas e de decorações geométricas), embora elas ainda conservassem o uso de técnica construtiva tradicional e demonstrassem resquícios de composição acadêmica. Essas deram lugar às casas que ampliavam a exploração técnica do concreto armado, a fim de propiciar maiores vãos às varandas, e que intensificavam o atendimento aos aspectos funcionais, a exemplo do conforto climático, além de seguirem preceitos de simplicidade e economia (CARVALHO; TINEM, 2006, p. 55-56). Porém, segundo os mesmos autores:

Como se processou uma absorção somente formal dos elementos modernos, os combogós e basculantes são geralmente inadequados, assim como inexistente costuma ser a função de aeração dos desníveis de telhado e dos os [sic] orifícios presentes nas fachadas. Compunham esses exemplares, ainda, os azulejos decorativos e as platibandas retas com decorações geométricas (CARVALHO; TINEM, 2006, p. 56).

Nesse sentido, a passagem entre os anos 1940 e 1950 ainda assistia à transição em direção à arquitetura moderna, de forma que as realizações de Roberval Guimarães e Borsoi, diretamente alinhadas aos modelos consagrados da arquitetura brasileira, representavam uma “visível” renovação das residências locais, não obstante os esforços na mesma direção já esboçados em João Pessoa.

Na residência que Roberval Guimarães projetou para si ([1951?]), no centro da cidade, a transparência (fachada definida por muxarabis de madeira e por grandes aberturas), a simplicidade (a coberta plana apoiada em perfis industriais de aço, sem dissimular o emprego dos materiais) e a funcionalidade (a cozinha voltada para a rua, conforme a articulação funcional mais favorável dos ambientes) eram sinais, mesmo ao olhar público, da orientação moderna adotada [Figura 44]. Conjunto que, igualmente, remetia às realizações da arquitetura brasileira, em especial através da união entre elementos modernos e tradicionais, exemplificada pelas colunas de aço unidas aos muxarabis, afora a leveza plástica também explorada. De forma equivalente, na Residência Alberto Diniz ([1951?]), o programa foi decomposto em volumes prismáticos, independentes entre si, recortados por amplas janelas de madeira e implantados conforme a orientação climática mais favorável, de modo que, dessa vez, eram os dormitórios que se situavam na parte frontal do lote [Figura 45].

⁴⁸ Rua Nova (atual Avenida General Osório), Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias), Rua da Areia, Rua do Comércio (atual Rua Maciel Pinheiro), Avenida Tambiá (atuais Avenida Deputado Odon Bezerra e Avenida Monsenhor Walfredo Leal) e Rua das Tríncheiras.

Figura 44. Residência Carlos Roberval da Cunha Guimarães ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.

Figura 45. Residência Alberto Diniz ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.

Essas duas obras, que certamente estavam entre aquelas que incitaram as exaltações da imprensa, se deram, entretanto, em paralelo à Residência “viúva Bila” ([1951?]), realizada pelo mesmo autor, na qual o predomínio de elementos tradicionais (construção maciça, decorações geométricas nas fachadas, pouca integração com o exterior, coberta aparente com telhas coloniais) não respondia a exigências puramente funcionais [Figura 46]. Conforme depoimento do próprio arquiteto (GUIMARÃES, 2007a), a solução formal adotada se devia à solicitação da proprietária. Fato que nos revela a dependência da arquitetura em relação ao cliente. Conflito comum a esse ofício e já apontado, por volta de 1789, por Boullée (BOULLEÉ, 2002, p. 6): “Oh! Quanto é preferível a sorte dos pintores e literatos! Sem nenhuma espécie de dependência, eles podem escolher todos seus temas e seguir o impulso de seu gênio. É apenas deles que sua reputação depende”. Por conseguinte, não era apenas a atuação solitária do profissional, fruto de suas orientações ou convicções pessoais, suficiente para determinar a materialização da arquitetura moderna. A relação entre clientes e arquitetos

Figura 46. Residência “viúva Bila” ([1951?]), Roberval Guimarães. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto Roberval Guimarães.

também era um fator igualmente determinante. Logo, quando investigamos a propagação dessa arquitetura, estamos a tratar também de sua recepção pelos contratantes.

Por isso, foi também fundamental para a difusão da arquitetura moderna, segundo M. Silva (1991, p. 33), sua afirmação no país e a conotação ideológica de associá-la à “condição de superação do ‘nosso atraso’ e à consolidação de um ‘Brasil novo’”, pois criaram “[...] condição plena de que as elites nordestinas assimilem e até mesmo reinvidiquem [sic] transformações na forma de concepção do espaço de moradia e da cidade”. A intensificação da articulação comercial da economia paraibana com o Sudeste, que teve seu momento mais intenso nos anos 1940 e 1950 (AMORIM, Laura, 1999a, p. 51), certamente contribuiu para isso, ao reforçar o intercâmbio com a região que concentrava significativas realizações da arquitetura moderna e expoentes dessa produção.

Em decorrência de sua dedicação à atividade construtiva, a produção de Roberval Guimarães não se prolongou pelos anos subseqüentes. Por conseguinte as residências por ele projetadas, conforme seu próprio depoimento (GUIMARÃES, 2007b), não foram muito além daquelas por nós expostas, desenvolvidas ainda no início da década de 1950 e localizadas no centro da cidade.

Sua atuação foi sucedida pela de Borsoi, que teve como primeiro projeto habitacional na cidade a Residência Pompeu Maroja Pedrosa (Borsoi – [1954?]), cujo proprietário era um prestador de serviços para as usinas de açúcar da família Ribeiro Coutinho, uma consequência do trabalho inicial do arquiteto para esses mesmos estabelecimentos. Temas tão próprios à arquitetura moderna como o solo livre e a *promenade architecturale* se revelavam nesse projeto através da ampliação das áreas livres e da diversidade de perspectivas internas [Figuras 47, 48]. Preocupações que se somavam à solução plástica do edifício condicionada por aspectos funcionais. Os quartos, delimitados num volume autônomo, se orientavam para os ventos predominantes (vindos do sudeste). As áreas sociais, com equivalentes requerimentos de conforto, possuíam um maior contato com o exterior, graças às varandas e a disposição das aberturas em distintas orientações, que, por sua vez, sinalizavam a

Figura 47. Residência
Pompeu Maroja
Pedrosa ([1954?]),
Acácio Gil Borsoi.
Fonte: Lia Tavares.

dissociação entre fechamentos e estrutura. As áreas de serviço, voltadas para o interior do lote, eram agrupadas em torno de um pátio com acesso independente ao exterior, o que assegurava sua autonomia funcional. A orientação moderna também era seguida através do dimensionamento econômico dos ambientes, conforme o conceito de *Existenzminimum*, e da tentativa de não dissimular o caráter dos elementos construtivos, como o esforço para assinalar a função não-estrutural das paredes com o posicionamento de aberturas no ponto de maior tensão estática: junto às arestas do volume [Figura 47].

Se tais características seguiam preceitos universais e, por isso, não reclamavam uma aproximação exclusiva a exemplares da arquitetura moderna brasileira, a retomada do tradicional painel de azulejos na fachada norte e o uso da coberta com caimento único, em lugar dos tetos jardins, apontavam a assimilação de referências mais vinculadas à produção nacional.

Posteriormente, diretrizes semelhantes também foram utilizadas na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1955). Nessa ocasião, além de um programa mais extenso, a maior disponibilidade de espaço (lote largo e acessível pelas duas extremidades, localizado em área de expansão da cidade) e de recursos financeiros (o proprietário pertencia a uma família tradicionalmente ligada a usinas de cana-de-açúcar e à política)⁴⁹ conduziram a uma solução mais complexa [Figuras 49, 50, 51].

A suave declividade natural do terreno e os critérios de conforto guiaram a distribuição dos ambientes, resolvida em quatro níveis intermediários [Figura 52]: o mais baixo, voltado para oeste, se destinava às áreas de serviços; o segundo, integrado ao terraço de lazer e dirigido aos ventos predominantes, se destinava aos ambientes sociais; o terceiro abrigava usos

⁴⁹ Cassiano Ribeiro Coutinho era sócio das usinas São João e Santa Helena e foi, em 1955 e 1962, eleito prefeito de Sapé/PB.

Figura 48. Residência Pompeu Maroja Pedrosa ([1954?]), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho e levantamento de Mário Lyra (editado por nós).

sociais e, muito provavelmente, uma parcela dos serviços, como a cozinha; o nível mais elevado, dirigidos aos ventos predominantes (sudeste), continha os quartos. Funcionalidade também revelada na proposição de duas circulações verticais independentes entre si e na definição de um pátio de serviço, que nesse projeto era integrado ao próprio corpo da edificação e, com isso, reclamava para a totalidade da residência o mesmo grau de importância, isto é, “negava qualquer separação entre fachadas e plantas, entre ruas e pátios, entre a parte da frente e a parte de trás”, como defendido por Bruno Taut (1929 apud BENÉVOLO, 1989, p. 467).

Figuras 49, 50, 51. Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: WOLF, 1999, p. 37; SEGAWA, 2002, p. 132.

Mas era certamente a ausência de uma distinção rígida entre interior e exterior, conceito comum ao movimento moderno, que marcava esse projeto. Integração reforçada pela continuidade espacial interna, por meio da cobertura com inclinação única e da utilização de níveis intermediários entre si, que preservavam o contato visual entre os pavimentos [Figura 50]. Era, portanto, uma contraposição ao espaço tradicional, fechado e delimitado por paredes, e uma aproximação ao espaço livre, fluido e contínuo desejado pelas vanguardas.

Por sua vez, a transparência determinava uma relação mais franca com o exterior, de forma que a qualificação da área externa, através de agenciamentos integrados ao edifício e da conformação de pátios foi também almejada, como se tornou comum à obra de Borsoi. Em particular, na Residência Cassiano Ribeiro Coutinho essa relação era também estabelecida pelo paisagismo de Burle Marx, que buscava integrar os jardins por ele projetados à arquitetura [Figuras 53, 54]. Convergência de intenções que dificulta distinguir a contribuição de ambos os profissionais. Os dois pavimentos superiores totalmente erguidos sobre pilotis ampliavam as áreas livres, cujos desenhos sinuosos dos jardins e mesmo da piscina se

Figura 52. Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho nosso, levantamento nosso e de Andrey Alysson.

Figuras 53, 54.
Residência Cassiano
Ribeiro Coutinho
(1955), Acácio Gil
Borsoi. Fonte: ROCHA,
1987, p. 52.

mesclavam aos elementos construídos. No paisagismo circundante, a definir o restante do lote, os elementos construídos e a paisagem natural voltavam a se integrar. Foi edificado um lago artificial [Figura 54], voltado para a Avenida Epiácio Pessoa, com desenho em forma de ameba, ao passo que bancos de concreto definiam pequenas áreas de convívio, sombreadas pela vegetação. O próprio edifício por ora parecia se sujeitar ao paisagismo, ao se aproximar mais do traçado orgânico dos jardins do que da ortogonalidade do resto da residência, a exemplo dos ambientes de apoio à piscina, localizados sob o terraço de lazer [Figura 51], e da parede curva na extremidade da sala, afora os muros vazados. Esses últimos inclusive sinalizavam diante da precisão de execução, não obstante suas formas curvas realizadas pela sucessão de elementos isolados (tijolos maciços de cerâmica), o trabalho artesanal também despendido nessa obra.

O equilíbrio entre funcionalidade e plástica estava associado ainda a uma rigorosa solução construtiva, definida pela estrutura independente de concreto armado, regularmente disposta e com grandes vãos. Autonomia que permitiu, conforme os requisitos de cada ambiente, as

diferenças de recuo em relação ao pavimento superior, a fim de possibilitar níveis distintos de proteção contra a insolação e a chuva, o que era também explorado pelos diferentes tipos de fechamentos: esquadrias de vidro, muxarabis de madeira, elementos vazados coloridos (cerâmica esmaltada azul). Com efeito, as varandas dos quartos, voltadas para o interior do lote, não tinham o mesmo tratamento formal que a varanda da fachada norte, que se voltava para a via pública. Diferenças de tratamento entre as superfícies que incitavam a visão em movimento do edifício e não mais a tradicional visão estática. Assim para diferentes solicitações foram elaboradas distintas soluções, de modo que a própria composição plástica do edifício expressava suas diferenças funcionais. Clareza que também não dissimulava o emprego dos materiais: as paredes externas de tijolo não se mesclavam à estrutura de concreto, ambos os elementos permaneciam aparentes e revelavam suas funções construtivas. Conjunto de soluções diretamente filiadas à produção de Reidy, como nos revelam também a elaboração de blocos nitidamente diferenciados e hierarquizados entre si e o pretense equilíbrio entre plástica e funcionalidade.

Figuras 55, 56, 57. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: ROCHA, 1987, p. 54; Lia Tavares.

Figura 58. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: arquivo pessoal de Andrey Alysson.

Na Residência Joaquim Augusto da Silva (Borsoi – 1957), também localizada na Avenida Epitácio Pessoa, eixo de expansão da cidade, foram retomadas soluções formais da arquitetura moderna brasileira, como a cobertura em “asa de borboleta”, e expressas diretamente no edifício as diferenças funcionais [Figuras 55, 56, 57, 58]. Os quartos, voltados para a praia, se elevavam em relação aos demais ambientes [Figura 59], cujo desnível do piso era compensado com a inclinação da cobertura, que tinha menor altura nos ambientes de serviço. A diferenciação entre estrutura e fechamento se fazia notar pela dissociação entre eles ou pela distinção de materiais, como os finos pilares de aço (três polegadas de diâmetro) que apoiavam o pavimento superior. O equilíbrio entre plástica e funcionalidade parecia nessa obra atingir seu limite, em favor daquela, a exemplo da ausência de proteção contra a insolação ou a chuva nas aberturas dos quartos superiores, reflexo da solução formal adotada [Figura 58].

Se nesses projetos era predominante a influência de Reidy e, sobretudo nesse último, de Niemeyer, a Residência Renato Ribeiro Coutinho⁵⁰ (Borsoi – 1958), cujo proprietário era político e usineiro, se aproximava mais das formulações de Lúcio Costa, dada a retomada de elementos da arquitetura tradicional: os cheios prevaleciam sobre os vazios, a cobertura com telhas coloniais era solucionada de forma aparente e retomava a tradicional solução do telhado em quatro águas [Figura 60]. Entretanto, apesar da unidade do edifício, sua decomposição em blocos independentes continuava a indicar as diferenças funcionais, ao

⁵⁰ Renato Ribeiro Coutinho (1913-1982), irmão de Cassiano Ribeiro Coutinho, era engenheiro agrônomo e empresário (diretor-presidente da Companhia Usina São João e Santa Helena), além de ter sido prefeito de Cruz do Espírito Santo /PB, deputado estadual (1950) e deputado federal (1966).

Figura 59. Residência Joaquim Augusto da Silva (1957), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho nosso, levantamento nosso e de Andrey Alysson.

passo que as varandas compensavam a menor continuidade com o exterior, além de resguardar as aberturas contra a insolação e as chuvas. E essa não foi, no entanto, uma obra isolada ou desconexa em sua produção, que pudesse ser justificada exclusivamente com base nas solicitações do cliente. Entre 1956 e 1961, Borsoi “[...] parte para relações mais estreitas com o legado de Lúcio Costa e com a arquitetura rural do período colonial”, nas quais “[...] não há reminiscências historicistas, os programas e plantas são modernos” (NASLAVSKY, 2004, p.151). Ou seja, não se tratava de uma mudança dos princípios por ele seguidos, mas uma diversificação de seu repertório formal, ao dar uso contemporâneo a elementos do passado. Dessa forma a produção realizada por Borsoi em João Pessoa acompanhava diretamente as transformações ocorridas em sua obra.

Os projetos desse arquiteto e de Roberval Guimarães representaram certamente uma transformação em relação às vigentes residências locais, embora essas já esboçassem a

Figura 60. Residência Renato Ribeiro Coutinho (1958), Acácio Gil Borsoi. Fonte: foto nossa (19 maio 2008).

progressiva assimilação de soluções modernas. Logo, não ocorria nesse momento o princípio da modernização desses edifícios, como sugeriu a imprensa local, e sim a renovação das soluções adotadas, em favor de uma maior funcionalidade e aproximação aos exemplares da arquitetura moderna brasileira. E foi a atuação de Borsoi determinante para a consolidação desse processo em João Pessoa, em decorrência da clareza de princípios adotados, da extensão e do reconhecimento conquistados por suas obras e da influência que ela gerou na produção posterior, como veremos [na seção “A propagação das residências modernas”, Capítulo 3].

Essa transformação era praticamente contemporânea àquelas de Recife e Maceió, cidades nas quais também se iniciava a atuação de novos arquitetos: Mário Russo, Borsoi e Delfim Amorim, na primeira, Lygia Fernandes (n. 1919)⁵¹ e Israel Barros Correia (1922-1978),⁵² na segunda. Também Natal passava por semelhante renovação, através de arquitetos egressos de Recife (José Maria dos Santos Fonseca, Manoel Coelho, Raymundo Costa Gomes) e do Rio de Janeiro (Moacyr Gomes da Costa), afora engenheiros e desenhistas (MELO, A., 2004, p. 45).

Por outro lado, essas obras também indicavam o crescimento da cidade em direção a leste, como se tornava nítido nas residências projetadas por Borsoi, localizadas predominantemente

⁵¹ Lygia Fernandes nasceu em São Luís, no ano de 1919. Formou-se, em 1945, na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, onde se manteve radicada. Durante seus estudos, trabalhara para Jorge Moreira e Henrique Mindlin, além de ter acompanhado obras de Reidy. Optou, contudo, por trabalhar definitivamente no serviço público. No início dos anos 1950, iniciou sua atuação em Maceió, onde mantinha vínculos familiares (SILVA, M., 1991, p 84-93).

⁵² Israel Barros Correia nasceu em Viçosa (AL), no ano de 1922. Formou-se, em 1946, na Faculdade Nacional de Arquitetura. Em 1950 integrou-se ao Serviço Especial de Saúde Pública, quando realizou projetos em diversos estados, entre os quais a Paraíba, e, em 1954 e 1955, atuou como arquiteto colaborador do Ministério da Saúde, na Divisão de Obras. No início da década de 1950, começou a atuar em sua cidade natal e, em seguida, em Maceió (SILVA, M., 1991, p 96-106). Faleceu em 1978.

na Avenida Epitácio Pessoa, afora a Residência Austregésilo de Freitas (Borsoi – 1958), em plena praia do Cabo Branco. Com isso, passavam a ocupar regiões com maior disponibilidade de espaço (facilidade que não era igualmente encontrada nos bairros centrais) e que não possuíam as restrições de um entorno densamente construído, pois esse deslocamento era ainda inicial. Esse contexto, por sua vez, propiciava aos arquitetos uma maior liberdade na disposição do edifício, embora também os obrigasse a estimar a relação com um entorno ainda não efetivamente consolidado. Consequentemente tais residências simbolizavam tanto a assimilação de novas soluções arquitetônicas quanto a escolha de novas localidades para morar.

Os incentivos à verticalização

Centros como São Paulo e Rio de Janeiro se verticalizaram a partir dos anos 1920, o que também ocorreu em Recife, desde meados dos anos 1930. Por sua vez, João Pessoa, em início da década de 1950, não revelava equivalente fenômeno. Em sua paisagem predominavam construções “pouco elevadas (nunca excediam de três andares)” (CRESCER..., 1963, p. 3), as quais podiam dispensar a instalação de elevadores, exigidos, conforme o Código de Obras então vigente (aprovado em 1938) (DELORENZO NETO, 1956, p. 328), apenas para prédios com quatro ou mais andares (Artigo 81). Por conseguinte, os sete pavimentos (afora o subsolo e o apartamento do zelador na cobertura) da sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) ([1949?]), no Ponto de Cem Réis, apenas esboçavam a iminência desse processo, já que a conclusão deles em 1951 não se deu em paralelo a equivalentes construções [Figura 61]. Mesmo o Edifício Duarte da Silveira, com seis pavimentos e cuja construção foi aprovada em 1951, em finais dos anos 1950 ainda estava a ser erguido na mesma praça [Figura 193].

Com a aprovação, em 1955, do novo Código Municipal de João Pessoa, a necessidade de

Figura 61. Sede do IPASE ([1949?]), no final dos anos 1950. Fonte: BORGES, 1960, p. 289.

planejamento urbano guiado por critérios técnicos e racionais foi posta em evidência, como vimos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2]. Época em que também emergiram medidas em torno da verticalização. Nesse próprio documento, a exigência para instalação de elevadores, um elemento, segundo Somekh (1997, p. 20), central nesse processo, passou a ser mais regulada: eliminou-se sua necessidade em edifícios com quatro pavimentos (Artigo 375) e ampliou-se o número requerido em edifícios com mais de oito pavimentos (Artigo 376), que agora deveriam ter no mínimo duas unidades. Aquela primeira medida, portanto, permitia superar a freqüente altura máxima das construções locais, três pavimentos, com menores requerimentos financeiros que outrora, embora entrasse em contradição com o Artigo 133 do mesmo Código Municipal, que estabelecia: “É obrigatória a instalação de elevadores em todo prédio que tiver mais de três pavimentos”. Diante dessa divergência o edifício de escritórios Mattéo Zaccara, no centro da cidade, empreendido pelo médico Giacomino Zaccara e inaugurado em 25 de novembro de 1957, onde anteriormente havia uma casa térrea, teve seus quatro pavimentos interligados por elevador. Por outro lado, era certo que edifícios superiores a oito pavimentos se tornavam mais onerosos. Ou seja, essas alterações constituíram mais regulações do que propriamente incentivos aos edifícios altos.

De natureza diversa foi a aprovação da Lei Municipal nº 299,⁵³ em 20 de julho de 1956, que estabeleceu:

Art. 1º. – Fica concedida isenção do imposto predial, por 5 (cinco) anos, aos imóveis a serem construídos no perímetro urbano da cidade, com mais de 3 (três) pavimentos, desde que seus proprietários iniciem a construção dos mesmos, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação da presente lei (JOÃO PESSOA, 1956).

Decisão que, sem dúvida, constituiu um incentivo às construções mais altas e, por sua vez, dialogava com o novo Código Municipal, ao estabelecer como referência o número mínimo de quatro pavimentos, que, como vimos, supostamente dispensava a instalação de elevadores. E, dessa forma, parecia corroborar a constituição de um novo e rentável gabarito para a cidade, visto que a tentativa do vereador Luiz Bernardo da Silva (SILVA, L., 1956), durante a aprovação dessa lei, de elevar, de três para cinco e sem inclusão do térreo, a altura mínima não obteve sucesso. Ou seja, o debate se centrou no estabelecimento de um gabarito aos edifícios, a sinalizar o papel do Estado como agente desse processo. Incentivo, que por outro lado, tinha um caráter temporário e imediato: “2 (dois) anos, a partir da publicação”.

Se nessas decisões não se determinava onde deveriam se localizar os edifícios elevados, indefinição que se opunha à idéia de zoneamento presente na própria codificação municipal, essa discussão logo veio à tona. Em 30 de agosto de 1956, o vereador Luiz Bernardo da Silva apresentou o Projeto de Lei nº 181, que estabelecia uma altura mínima aos edifícios localizados na região central da cidade. Proposta que, após redução do número de

⁵³ A Lei Municipal nº 299 foi originada pelo Projeto de Lei nº 135, apresentado, em 3 de julho de 1956, pelo vereador João Cabral Batista, que então ocupava o cargo de 2º. Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Figura 62. Planta das áreas delimitadas em João Pessoa para estabelecimento de altura mínima dos edifícios: em vermelho, logradouros estabelecidos pela Lei Municipal nº 440 (25 de janeiro de 1957); em amarelo, áreas eliminadas da proposta original (Projeto de Lei nº 181 – 30 de agosto de 1956). Fonte: desenho nosso.

logradouros delimitados,⁵⁴ deu origem à Lei Municipal nº 440, aprovada em 25 de janeiro de 1957, que determinou: “Fica proibida a construção de prédios inferiores a três andares nas Avenidas Guedes Pereira, Barão do Triunfo, Praças 1817, Vidal de Negreiros e João Pessoa, ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas” [Figura 62]. Medida que, embora voltasse a estabelecer como parâmetro mínimo o habitual número de três pavimentos, passou a determinar a verticalização (e não apenas incentivá-la) e se dirigiu a uma região determinada, o que a tornava semelhante a outras já adotadas no país, como a Lei Municipal nº 2.332, de 1920, que, segundo Somekh (1997, p. 81), “previa alturas mínimas de quatro andares na área central” de São Paulo.

A região definida situava-se na Cidade Alta, região central e valorizada de João Pessoa anteriormente ocupada por residências e que passava, desde a década de 1940, a ser

⁵⁴ Foram eliminadas da proposta original: Praças Aristide Lobo, Pedro Américo e Venâncio Neiva; Avenidas General Osório, Beurepaire-Rohan, Miguel Couto; Ruas Cardoso Vieira, Gama e Melo, Peregrino de Carvalho.

tomada pelo comércio. Modificação que continuava nos anos 1950, quando foi noticiado: “[...] uma após outra, surgem as construções modernas sôbre a ruína das vivendas antigas. E assim grande trêcho da Rua Duque de Caxias [situada na Cidade Alta] é, hoje, um próspero empório comercial” (URBANIZAÇÃO..., 1956, p. 2). Motivada por esse processo, a imprensa local sugeriu, antes mesmo da proposição da Lei nº 440, proibir “[...] a construção de novos prédios abaixo de condições mínimas compatíveis com o desenvolvimento urbanístico daquela artéria”, com o fim de “[...] prestigiar o bom gosto dos que vêm dando à Rua Duque de Caxias um progresso de, pelo menos, meio século”.

Formulação não muito distante dos pareceres emitidos na Câmara Municipal, durante o processo de aprovação de Lei nº 440. O vereador Abdias dos Santos Passos, membro da Comissão de Obras Públicas, argumentou, em 19 de outubro de 1956:

Muito embora reconheçamos nós que o presente Projeto Lei⁵⁵ [...] prima com zêlo [sic] e altivês [sic] pelo embelezamento de nossa capital, deixamos entretanto, de emitir parecer favorável ao mesmo em virtude de ter S. Excia. [sic] separado [...] uma área territorial de tamanho tão extenso que representa quase toda estrutura do centro urbano de nossa cidade. [...] pois tudo indica que, dado o ínfimo número de capitalistas que tem o nosso Município [sic] e a impossibilidade econômica e financeira de nosso povo, sómente [sic] depois de decorrido um período de cem anos é que talvez, pudéssemos ter tamanha e extensiva área ocupada por prédios do feitiço exigido pelo projeto em alusão, o que certo traria, no curso de elevado espaço de tempo, grandes prejuízos aos cofres do nosso município, uma vez que ficaria preterida grande parte de nossa cidade à construção de prédios de menor altura, inclusive os de 1º. e 2º. andar (PASSOS, 1956).

Parecer que, embora reconhecesse os valores simbólicos dos edifícios altos e seus benefícios à paisagem urbana, se opunha à proposta, ao ter em vista as limitações econômicas locais, que o levava a estimar a dificuldade de concretização e os conseqüentes efeitos negativos que poderia trazer à cidade. Pensamento certamente influenciado pela grave crise econômica que, nos anos 1950, passava o estado da Paraíba.

Por sua vez o vereador Severino de Oliveira, apesar de reconhecer a necessidade de eliminar alguns logradouros da proposta, o que de fato aconteceu, exaltou, em 26 de outubro de 1956, o “[...] alto alcance [d]a presente propositura que determina zonas da nossa cidade para a construção de prédios mais sérios e adequados” (OLIVEIRA, 1956).

Portanto, ambos os debatedores não contestavam ou discordavam da altura mínima de três pavimentos e do simbolismo de progresso propiciado pelos edifícios elevados. O embelezamento da paisagem era, pois, uma constante nesses discursos, o que se refletiu na utilização de praças (1817, Vidal de Negreiros e João Pessoa) para aplicação dessa lei. Somase a isso que tais incentivos à verticalização poderiam também ter o intuito de promover a modernização desse local, isto é, corresponder “[...] à necessidade constante do capitalismo de buscar aumento de produtividade, por meio de avanços tecnológicos e organizacionais” (SOMEKH, 1997, p. 33). Preocupação que não era evidenciada nesses depoimentos, embora

⁵⁵ JOÃO PESSOA. Projeto de Lei nº 181, de 30 de agosto de 1956. Proíbe construção de prédio e dá outras providências. **Câmara Municipal de João Pessoa**, João Pessoa. Mimeografado.

Figura 63. Edifício de escritórios Nações Unidas (1957). Fonte: JOÃO Pessoa: a cidade..., 1991, p. 91.

a principal discordância sobre essa lei, definir o lugar adequado para a verticalização, estava permeada pelo interesse de modernizar a estrutura urbana. Os logradouros presentes na proposta inicial e preteridos na aprovação localizavam-se exatamente na Cidade Baixa, parte antiga da cidade, ao passo que foram priorizados aqueles localizados na Cidade Alta, região valorizada e onde se concentrava a principal atividade econômica local, o comércio. Nesse sentido, se o embelezamento era a intenção imediata, o incentivo à verticalização não estava desvinculado de interesses econômicos, como o “aumento de produtividade”.

Além disso, como aponta Rolnik (1997, p. 13), as leis funcionam como “referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final”, pois confere significados e noções de civilidade e cidadania correspondentes aos grupos que as formularam. Por isso, nos convém analisar também como essas medidas repercutiram na paisagem urbana.

Em 1957, a empresa Tecidos Cardoso, sediada provavelmente em Recife, incorporava o edifício de escritórios Nações Unidas [Figura 63], no Ponto de Cem Réis, em terreno onde, segundo então noticiado: “[...] manteve-se até nossos dias um antigo pardieiro” (UM NOVO..., 1957, p. 3). Seus cinco pavimentos o enquadravam na nova altura estabelecida para o local e o permitiam usufruir de isenção fiscal. Afora as exigências legais, eram os princípios modernos que guiavam o projeto. A regular retícula de concreto que definia sua volumetria era uma consequência direta de seu interior e da própria solução estrutural. A repetição e a simplicidade transpareceram na uniformidade de tratamento das aberturas e no traçado racional da marquise de concreto, que protegia a loja, localizada no térreo, contra a insolação e a chuva, e estabelecia uma diferenciação formal às diferentes funções (comércio, no andar inferior, e escritórios, nos demais pavimentos) abrigadas no prédio. Logo, não era apenas a verticalização que se expunha nessa obra, mas também a própria modernização da arquitetura local, embora fosse aquele o aspecto mais assinalado pela imprensa. Como então

Figura 64. Anteprojeto do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui. Fonte: CARTEIRA..., 1957, p. 1.

Figura 65. Edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui. Fonte: QUINTAIS..., 1975, p. 1.

descrito sobre essa obra: “[...] ergue-se agora um suntuoso edifício de vários andares. Com o novo prédio, a fisionomia urbana da cidade ganha um novo aspecto, modificando a ‘face’ de atraso que dava uma nota desagradável ao progresso arquitetônico da cidade” (UM NOVO..., 1957, p. 3).

Na mesma época, era anunciada a futura construção do edifício de apartamentos Presidente João Pessoa, a ser empreendido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) [Figura 64]. Esse não seria apenas o edifício mais alto da cidade, com seus dezoito pavimentos, mais também o que então teria, segundo a imprensa (A FUTURA..., 1958, p. 5), a maior área construída (8.500m²). Seu terreno, doado em 1957 pelo governador Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1957) e então ocupado pela Escola de Música Antenor Navarro, situava-se no centro, embora em logradouro, Avenida General Osório, não sujeito ao gabarito mínimo anteriormente estabelecido. Assim, esse empreendimento ajudou a verticalizar a paisagem central sem necessariamente estar na área prevista em lei. Por outro lado, sua construção,

Figuras 66, 67, 68. Edifício de apartamentos Presidente João Pessoa (1957), Ulisses Burlamaqui: fotos e planta baixa do pavimento tipo. Fonte: ROCHA, 1987, p. 67; desenho de Carolina Chaves (editado por nós).

LEGENDA

1 Elevador	3 Hall	5 Quarto	7 Cozinha	9 Serviço
2 Lixo	4 Sala	6 Varanda	8 Quarto/Emp.	

iniciada nos primeiros meses de 1958, ainda se mantinha dentro do prazo exigido para isenção de impostos prediais, ao passo que sua inauguração tardaria a acontecer: apenas em 31 de março de 1965.

Em seus pavimentos deveriam ser abrigadas as residências para os associados e a sede do próprio instituto (com serviços administrativos, sociais e ambulatoriais), além da escola de música desalojada. O encarregado desse projeto foi Ulisses Burlamaqui, radicado no Rio de Janeiro, professor da Faculdade Nacional de Arquitetura e arquiteto do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI).⁵⁶ Por meio de dois volumes com

⁵⁶ Estima-se que Ulisses Burlamaqui, até 1964, tivera projetado os edifícios sede do IAPI em Juiz de Fora, João Pessoa e Curitiba; edifício sede do IAPB, em João Pessoa; conjuntos habitacionais do IAPI, em Vila Izabel/RJ, Juiz de Fora e Curitiba; conjunto habitacional do IAPB, em João Pessoa; pavilhão do IAPI, na Feira do Café em Curitiba (PRÊMIO..., 1964, p. 6). Dessa forma, é possível que o conjunto habitacional

tratamentos distintos, as diferentes atividades tinham autonomia entre si, graças aos acessos independentes, propiciados pelo lote com três laterais livres e pela declividade natural do terreno, que possibilitava diferentes níveis de piso em contato direto com a via pública. Num bloco horizontal com quatro pavimentos, submetido à acentuada inclinação do terreno [Figura 66], foram localizados os serviços: a Delegacia do IAPB, no nível inferior; a sede do sindicato, no segundo pavimento; o ambulatório, no terceiro pavimento; o conservatório, no piso mais elevado. Por sua vez, as moradias (vinte e quatro apartamentos de dois quartos e vinte e quatro de três quartos) foram agrupadas em volume vertical, com doze pavimentos, que se elevava do restante da construção por meio de pilotis [Figuras 65, 67].

Sua implantação, a privilegiar uma orientação climática favorável, além de visar o maior aproveitamento do terreno, já era um mostra da preponderância da funcionalidade. Orientação moderna que também foi seguida na proposição de duas circulações verticais independentes entre si para acesso aos apartamentos, o que reduziu as áreas coletivas e ampliou a possibilidade de iluminação e ventilação diretas dos ambientes [Figura 68]. A racionalidade também se estendeu à integração do elevador aos patamares da escada, que o tornava simultaneamente acessível a dois andares, com o fim de reduzir o número de paradas. Por sua vez, as grandes aberturas dos quartos, protegidas contra as intempéries por varandas, seguiam a concepção desenvolvida pelas vanguardas de espaços abertos, transparentes e integrados ao exterior.

Mesmo a relação estabelecida com o lugar era reveladora dos princípios adotados. Como expõe Montaner (2001b, p. 31-35), “na arquitetura moderna [...] a sensibilidade pelo lugar é irrelevante: todo objeto arquitetônico surge sobre uma indiscutível autonomia”, o que levaria, frente à insuficiência da linguagem e da tecnologia adotadas, a se assentar nos anos 1940, uma postura de respeito, com a corrente do *New Empirism* nórdico. Mudança de postura que, no entanto, não ressoava no Edifício João Pessoa, o qual, mesmo localizado numa das mais antigas ruas da cidade, se mostrava indiferente aos valores históricos ou simbólicos do entorno, onde se situavam marcos como o Mosteiro de São Bento e a Catedral de Nossa Senhora das Neves. A própria perspectiva que ilustrava o projeto [Figura 64] substituíra por áreas livres ou massas de vegetação o ambiente construído preexistente. E principalmente sua altura, “que rompe com a escala dos edifícios em torno”, o constituiu como um efetivo arranha-céu, elemento próprio, segundo Somekh (1997, p. 98), ao processo de verticalização.

A imprensa local, quando da construção desse edifício, queixava-se que: “O contraste entre arranha-céus e pequenos sobrados não produz efeito urbanístico favorável. Fornece mais a impressão de uma rua ‘banguela’, com uma arcada dentária desfalcada de dentes” (NOVOS edifícios, 1958, p. 3). Crítica que, no entanto, não se dirigiu contra a verticalização e sim contra a permanência dos edifícios de menor porte na paisagem, pois esse mesmo texto propunha “uma lei municipal proibindo, taxativamente, a construção de qualquer edifício com menos de 8 andares, no Ponto de Cem Réis e suas adjacências” como forma de resolver esse problema

(80 residências) concluído em 1954 e realizado pelo IAPB no bairro dos Expedicionários (João Pessoa) fosse de sua autoria.

Em TAMBAU' — a mais bela praia do Brasil
No Posto 3 da Zona Sul, de frente para o Mar,
está sendo construído o

EDIFÍCIO ALVORADA

Incorporação
Clodomar Gomes Guimarães

Um edifício de 10 pavimentos, térreo em pilotis, servido por 2 elevadores sociais e 1 de serviço e banheiros e escadas.

A garagem térrea se dispõe primordialmente de uma parte abrigada onde se situam o "hall" de entrada, um mercadinho e lavatório para banho de mar.

No mesmo plano segue-se a parte descoberta com jardim, parque e piscina destinados às crianças.

Na parte superior do edifício, área coberta com telhado, para reuniões sociais e outra área descoberta para banho (o telhado se pode dividir em várias mesas com guarda-sol).

As pessoas são atendidas com acatamento de luxo: armários embutidos e banheiros em porcelana.

Pagamento em 8 anos;
preço fixo
sem reajustamento
Construção em apenas 30 meses

Só falta mesmo Você decidir ser um dos Donos!
ESTAMOS A' SUA ESPERA
Tope aqui uma boa parada, comprando, AGORA, o seu apartamento com grandes facilidades de pagamento

VALDEZ SILVA
 Rua Gama e Melo, 87 - 1o. andar
 Fone 1889 João Pessoa - Paraíba

Informações e Vendas:

Figura 69. Publicidade do edifício de apartamentos Alvorada (1958), Leonardo Stuckert. Fonte: EM TAMBAU' — a mais..., 1958, p. 3.

(NOVOS edifícios, 1958, p. 3). Com esse mesmo pensamento, reclamava que o “preço pedido pelos atuais proprietários de imóveis” no Ponto de Cem Réis dificultava a construção de novos prédios. Porém, nessa mesma época, em 1960, era anunciada “a possibilidade da capital ganhar alguns prédios de grande vulto”, os quais deveriam se localizar no centro da cidade, a exemplo da agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais (Vital Brazil – 1963), com seis pavimentos, em terreno contíguo à sede do IPASE (CONSTRUÇÕES..., 1960, p. 2).

Em paralelo, por volta de novembro de 1958, quando já não vigorava mais a isenção fiscal estabelecida pela Lei nº 299, era comercializado o edifício de apartamentos Alvorada (Leonardo Stuckert – 1958) [Figura 69].⁵⁷ Como se localizava fora da área sujeita a uma altura mínima, na praia do Cabo Branco, seus onze pavimentos, servidos por dois elevadores sociais

⁵⁷ O Edifício Alvorada foi incorporado pelo comerciante Clodomar Gomes Guimarães.

e um de serviço, incitava a verticalização de uma nova área, essencialmente ocupada por residências de um ou dois pavimentos. Assim as estratégias de valorização do capital imobiliário, expostas por Somekh (1997, p. 114), concentração (reprodução de áreas já valorizadas e verticalizadas) e expansão (busca de novas frentes de valorização), passavam a também se esboçar em João Pessoa e, com isso, assinalar uma maior ação dos incorporadores imobiliários.

Por outro lado, era patente nessa obra o emprego dos padrões da “nova arquitetura” sistematizados por Le Corbusier: a fachada livre, graças ao recuo da estrutura, resultava em diferentes tratamentos das fachadas, conforme a orientação climática; o esqueleto independente dissociava os elementos construtivos e era evidenciado no próprio edifício; o pano de vidro, variação das janelas corridas, se voltava para o norte e ampliava as possibilidades de visão e de iluminação; o pilotis resultava em áreas livres para jardins, parque e piscina sob a construção, que aí possuía pé direito elevado como no Ministério de Educação e Saúde (1936); o teto-jardim definia áreas “para reuniões sociais e [...] para banhos de sol”, em espaço tradicionalmente ocupado por telhado; o “interior livre da acumulação de móveis” repercutia na proposição de armários embutidos. Inclusive a presença de mercadinho no interior do próprio edifício, um serviço que complementava a vida familiar, assinalava a influência do conceito de *unité d’habitation*. Enfim, mesmo que nos baseemos numa análise restrita e elementar da arquitetura moderna, fundamentada apenas em padrões estabelecidos pelo arquiteto franco-suíço, podemos afirmar que assim como os edifícios anteriores esse também se guiava por princípios modernos.

Contudo, apesar de ser “próprio para residência definitiva ou para fins de semana” e localizado “a 700 metros da Av. Epitácio Pessoa” ou “a duas horas de Campina Grande, Guarabira [PB], Areia [PB] ou Recife”, qualidades exaltadas por publicidade da época (EDIFÍCIO Alvorada, 1959, p. 70), esse projeto não foi edificado.

Coube, portanto, ao edifício de apartamentos Santo Antônio (Mário Di Lascio – 1960), construído pela Ausonia (que também o incorporou, através de seu diretor Aldo D’Ambrósio), ser a primeira obra desse gênero situada no litoral de João Pessoa, na praia de Tambaú [Figura 70].⁵⁸ Após onze meses de construção, sua inauguração se deu em 27 de novembro de 1960. Conforme então exaltado pela imprensa: “outros projetos de igual importância para a nossa mais aprazível praia serão, em tempo oportuno, levados a efeito, numa contribuição de enorme significação para toda a Paraíba” (AUSONIA inaugura..., 1960, p. 1).

Empreendimento possivelmente voltado ao veraneio, visto que “um zelador [...] se encarregará do serviço de limpeza do prédio, e cuidará dos apartamentos vazios, durante a estação chuvosa” (AUSONIA oferece..., 1960, p. 3). Com esse fim, o projeto foi guiado, sobretudo, pela economia e pela simplicidade construtiva, princípios comuns à arquitetura moderna e, por sua vez, oportunos a um empreendimento imobiliário. Por conseguinte, o número de pavimentos

⁵⁸ Era considerado também, segundo publicidade da Pibigás, o primeiro edifício da América do Sul a possuir sistema de instalações centralizadas de gás com medidores individuais.

Figuras 70, 71. Edifício de apartamentos Santo Antônio (1960), Mário Di Lascio. Fonte: Arquivo do Hotel Tambaú ; MARCO..., 1960, p. 1.

Figura 72. Edifício de apartamentos Santo Antônio (1960), Mário Di Lascio. Fonte: desenho e levantamento nossos.

proposto, três, dispensou a instalação de elevadores; o uso da escada foi reduzido, já que não havia pilotis, de forma que foi a implantação do próprio edifício, junto aos limites do lote, que conformou áreas livres [Figuras 70, 71]; os apartamentos (vinte e nove unidades divididas em três tipos diferentes) seguiram um dimensionamento mínimo [Figura 72], a exemplo da lavanderia coletiva sobre o edifício, que substituiu a necessidade de áreas de serviço individuais; as circulações coletivas também foram minimizadas, pois os apartamentos do térreo eram acessíveis diretamente do exterior.

No ano seguinte, 1961, foi iniciada a construção pela Ausonia do edifício de apartamentos Manaíra (incorporado por Aldo D'Ambrósio, diretor da Ausonia, e Cláudio de Paiva Leite), localizado na praia de mesmo nome [Figura 73]. Projeto que seguiu o mesmo princípio de economia do anterior, como aponta seus quatro pavimentos sem pilotis, que podiam dispensar a instalação de elevador.

apartamentos

para
veraneio,
férias
ou para
o ano todo

neste
local

a partir de
Cr\$ 370.000,

Edifício
MANAÍRA
à beira-mar
em **Tambau**

MAIS UMA REALIZAÇÃO DA
AUSONIA
(INDUSTRIAL, COMERCIAL, CONSTRUTORA LTDA.)

CONSULTAS:

BARÃO DO TRIUNFO 461 — 1o. And.
Telefone 1304
João Pessoa — Paraíba

O edifício MANAÍRA fica situado num dos pontos mais agradáveis de Tambau, oferecendo as seguintes vantagens:

- Ventilação abundante
- Distribuição racional da iluminação
- Serviço telefônico
- Água em abundância
- Elevadores
- Abastecimento de gás liquefeito
- Estacionamento para automóveis
- Play-ground para crianças
- Apartamentos financiados em 5 anos
- Entrega em 22 meses

Figura 73. Edifício de apartamentos Manaíra (1960). Fonte: APARTAMENTOS..., 1960, p. 5.

Apesar dessas realizações e dos incentivos oficiais, que isentaram temporariamente os impostos prediais e impuseram altura mínima na área central, verificamos que a verticalização era um fenômeno ainda incipiente em João Pessoa, ao tomarmos como referência seu conceito exposto por Somekh (1997, p. 20), “a multiplicação do solo urbano, possibilitada pelo uso do elevador”. De fato, foram poucos os edifícios a requererem o uso desse equipamento, se o considerarmos exigidos apenas àqueles com mais de quatro pavimentos (conforme determinado pelo Artigo 375 do Código Municipal de 1955). Entre os exemplares por nós expostos, apenas os edifícios Nações Unidas e Presidente João Pessoa se enquadraram nessa perspectiva, ao passo que esse foi o único a superar os sete pavimentos atingidos em 1949 pela sede do IPASE. De toda forma, os novos prédios contribuíram para difundir a arquitetura moderna na paisagem e modernizar o centro da cidade, além de assinalarem uma maior ação dos incorporadores imobiliários, como deixavam entrever os empreendimentos realizados pela Ausonia na orla marítima [Figura 74].

Figura 74. Publicidade da empresa Ausonia. Fonte: SEMEAMOS..., 1960, p. 5.

Figura 75. Planta das áreas delimitadas em João Pessoa para estabelecimento de altura mínima dos edifícios, conforme Lei Municipal nº 546 (20 de novembro de 1963). Fonte: desenho nosso.

Nos anos posteriores, voltaram a ser aprovadas medidas de incentivo à verticalização. A Lei Municipal nº 311, de 8 de agosto de 1963, ampliou para seis o número mínimo de pavimentos na região central. Altura que a Lei Municipal nº 546, de 20 de novembro de 1963, invalidou, ao reduzi-la novamente para três pavimentos. Apesar dessa discordância, ambas firmavam uma nova delimitação para a área afetada: foram eliminadas (em relação à Lei Municipal nº 440) Praça 1817 e Rua Visconde de Pelotas e acrescidas Praça Venâncio Neiva, Rua Maciel Pinheiro e Parque Solon de Lucena [Figura 75]. Estabeleceu-se, com isso, um local mais extenso que o anterior e agora vinculado ao Parque Solon de Lucena, a reforçar os efeitos paisagísticos. Estabeleceu ainda um vínculo mais incisivo com a Cidade Baixa, ao incluir a Rua Maciel Pinheiro, logradouro que abrigava significativos edifícios antigos, como a Associação Comercial da Paraíba (Hermenegildo Di Lascio - 1921) e que nas primeiras décadas do século XX foi um importante centro comercial, favorecido por sua proximidade ao antigo Porto do Varadouro, e, conforme Azevedo; Branquinho (2006, p. 169), “a partir da década de 50, [...] funcionava, então, com as casas comerciais que lá ainda permaneciam durante o dia e como zona de prostituição à noite”, devido à transferência do comércio de artigos requintados para a Cidade Alta, enquanto nos anos 1960 vivenciava o aumento do número de lojas de peças automotivas e de materiais de construção. Além disso, a “[...] reforma, ampliação ou qualquer tipo de adaptação de prédios residenciais em comerciais ou

de prédios comerciais para novo ramo de negócio" se viam nos locais atingidos pela nova lei sujeitas exclusivamente à obediência ao novo gabarito. Medida que certamente afetava a excessiva valorização da área, pois limitava as possibilidades de uso e manutenção dos antigos imóveis. E, mais do que isso, voltava a definir o centro da cidade como local adequado para os edifícios altos.

A modernização dos clubes sociais

Se o lazer emergiu no século XX como uma preocupação essencial à vida urbana e sua necessidade "cresce com a urbanização e a industrialização" (DUMAZEDIER, 1976, p. 25), em João Pessoa novos desses equipamentos foram nos anos 1950 construídos. Edifícios que eram invariavelmente reconhecidos pela imprensa como símbolos de progresso. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o jornalista paraibano Escorel Borges (1960, p. 304) ressaltou a construção das "sedes dos dois principais sodalícios pessoenses, o Esporte Clube Cabo Branco e Clube Astréa, obras que situarão tais agremiações sócio-desportivas como das melhores de todo o Nordeste". Certamente esse não foi um fenômeno localizado, ao termos em vista realizações semelhantes em outras regiões, como Belém/PA, onde foram construídos, nos anos 1950, vários desses equipamentos, Clube da Assembléia Paranaense (engenheiro Camilo Porto de Oliveira – 1955), Clube do Remo (engenheiro Camilo Porto de Oliveira – 1958), Clube Tuna Luso (engenheiro Laurindo Amorim – 1958), nos quais, segundo Derenji (1997, p. 267), "[...] se aproveita[va] a necessidade de amplos espaços e vãos livres, para propor arcos parabólicos, curvas de traçado fluido, jogo de formas nas rampas e escadas". Com efeito, o requerimento de grandes espaços livres, comum aos clubes sociais, principalmente àqueles que dispunham de ginásios, dava a seus projetistas a possibilidade de utilizar soluções técnicas e construtivas elaboradas, aliadas ainda à exploração plástica de um grande equipamento.

Em 1957, havia doze associações recreativas e desportivas na capital paraibana, que juntas reuniam 5.231 associados (IBGE, 2002c), concentrados principalmente em seus dois principais clubes (Astréa e Cabo Branco), que detinham, no final dos anos 1950, cada um cerca de 1.500 membros (BORGES, 1960, p. 301).

A Associação Recreativa e Literária Astréa, em funcionamento desde 30 de maio de 1886, era a mais antiga entre elas e seu espaço físico, localizado na Rua Duque de Caxias (na época Rua Direita), se tornou obsoleto diante do crescente número de membros. Por conseguinte, em 1936, transferiu-se do centro da cidade para uma "mansão"⁵⁹ em Tambiá. Bairro que, em início do século XX, passou a ser ocupado por "ricas e elegantes residências no lugar dos antigos sítios e sobrados" (ABRANTES, 2006, p. 185). Contudo, apenas em 1956 foi construído no novo local um edifício especialmente destinado ao uso de lazer, para onde

⁵⁹ Com base em Celso Mariz (1978, p. 92), que afirma "Clodoaldo Gouvêa construiu a atual [ano de 1939] sede do Clube Astréa", supomos que a "mansão" em Tambiá, Residência Murilo Lemos, foi projetada por esse arquiteto.

Figuras 76, 77. Clube Astréa (1956), Linhares Fonseca. Fonte: O NOVO "Astréa", 1958, p. 8; FORMIGA, 1975, p. 35.

foram transferidos os serviços realizados anteriormente na residência preexistente, enquanto essa passou a abrigar restaurante (no térreo) e salão de jogos (no pavimento superior).

O projeto, encarregado ao arquiteto Linhares Fonseca, atuante no Banco Lar Hipotecário Brasileiro,⁶⁰ contribuiu, como observado naquele tempo, "[...] não só para ampliar, mas também para modernizar suas instalações" (ALÉM..., 1956, p. 2). A solução proposta foi um edifício com dois pavimentos e estrutura independente de concreto armado [Figuras 76, 77], o que permitiu espaços livres ao salão de danças (no térreo) [Figura 78], e, por sua vez, planta livre aos ambientes administrativos (no pavimento superior). Simplicidade construtiva que se aliou à repetição de elementos construtivos, como a divisão modular das esquadrias, e independência entre fechamentos e estruturas, a exemplo dos painéis de elementos vazados.

⁶⁰ Não encontramos referências mais precisas sobre Linhares Fonseca e seu vínculo com João Pessoa.

Figura 78. Interior do Clube Astréa (1956), Linhares Fonseca. Fonte: Antônio Cláudio Massa.

Essa liberdade não impediu, entretanto, o tratamento contido das esquadrias do térreo, nas quais o pequeno recuo em relação à estrutura e sua subdivisão pareciam simular peitoris e vergas, o que dificultava a leitura da função efetivamente exercida. Além disso, ainda persistiu uma tradicional delimitação dos ambientes, através do preciso limite entre interior e exterior. Posturas que se contrapuseram ao volume prismático do pavimento superior, sem contrastes dos acabamentos entre si e erguido sobre estrutura à mostra de concreto armado, que era uma reprodução, mesmo que simplificada, das soluções puristas de Le Corbusier. A continuidade das aberturas desse bloco, garantida pelo avanço da fachada em relação à estrutura [Figura 76], também derivava de formulações do arquiteto franco-suíço.

Enfim, se as soluções adotadas no Clube Astréa respondiam a requerimentos funcionais e não negavam a assimilação da arquitetura moderna, elas ainda estavam presas às experiências iniciais do racionalismo europeu.

Na mesma época, a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), que era então um dos mais recentes clubes da capital paraibana, fundado em 4 de março de 1950, também substituiu sua anterior sede, uma residência na Rua das Trincheiras (centro da cidade), por edifício diretamente projetado para seu uso [Figura 79, 80, 81]. No final de 1954, lançou a pedra fundamental da nova obra, na Avenida Dom Pedro II, via localizada entre dois bairros surgidos nos anos 1930 e próximos ao centro: Jaguaribe, que passava a se desvalorizar, com o deslocamento das habitações de padrão mais elevado para outras áreas, e Torre, que seguia trajetória inversa, por estar próximo ao eixo de expansão da cidade, a Avenida Epitácio Pessoa. Ou seja, sua inserção embora não fosse indiferente ao crescimento urbano, ainda privilegiava a proximidade ao centro, a exemplo da escolha de uma avenida central e importante eixo viário.

No terreno de 34 metros de frente e 105 metros de profundidade, foi construída inicialmente uma quadra descoberta de esportes, concluída em 1955. E, dois anos depois, foi inaugurada

Figuras 79, 80, 81. Sede da AABBB (1955). Fonte: [“MAQUETTE”...], 1956, p. 3; PROSSEGUEM..., 1956, p. 2; TERCEIRO NETO, 1957, p. 4.

sua sede social, que abrigava: no pavimento superior, administração, diretoria, secretaria, biblioteca e salão de leitura; no térreo, sala de estar, recepção, bar, restaurante e salão de jogos (PROSSEGUEM..., 1956, p. 6) [Figuras 82, 83]. Futuramente deveria ser também edificado, anexo à sede social, um salão de danças,⁶¹ que, no entanto, não se concretizou.

Na época, a imprensa ressaltou sobretudo a funcionalidade e a racionalidade da edificação, como o “bar elegante e sobremodo higiênico” ou o mobiliário “em estilo rigorosamente funcional” e “a par de disposição habilmente estudada” (TERCEIRO NETO, 1957, p. 4). Ou ainda que “o salão de recepções da AABBB ocupa espaçosa área de 120 metros quadrados com divisões feitas por móveis cuidadosamente escolhidos; circundado por grades de ferro de modo que a luz natural e o ar não encontrem embaraço de penetração” (TERCEIRO NETO, 1957, p. 4). De fato essas eram preocupações recorrentes na obra, como exemplificava as circulações por meio de varandas e demarcadas por laje de concreto, que protegiam das intempéries as aberturas dos ambientes, e a autonomia funcional entre os ambientes distintos, possibilitada por acessos independentes entre si.

⁶¹ O salão de danças já estava definido no projeto inicial e deveria conformar, juntamente com o bloco inicialmente construído, uma implantação em “L”.

Figuras 82, 83. Sede da ABB (1955).
Fonte: desenho e levantamento de Marcelo Zurita (editado por nós); ROCHA, 1987, p. 60.

Em contrapartida à patente atenção aos aspectos funcionais, também se revelava nesse projeto uma significativa liberdade formal, como ilustravam o projeto de suas fachadas [Figura 79], no qual formas arqueadas definiam vãos do térreo e a coberta era delimitada por um perfil trapezoidal resultante de sua inclinação única, de forma a explorar as diversas solicitações de altura dos ambientes internos, artifício comumente utilizado pela arquitetura moderna brasileira. Proposições que não chegaram a ser assim edificadas, pois a coberta em laje plana

(protegida por telhas) substituiu a solução inicial, embora a obra tenha conservado os traços gerais do projeto, como sua organização espacial e mesmo os pequenos orifícios dispostos nas fachadas. Esses, além de propiciarem ventilação permanente, imprimiam uma composição plástica às superfícies sem recorrer à utilização de adornos. Também foi mantida a grande abertura frontal [Figura 83], que, dirigida à ventilação predominante e pouco sujeita à insolação, reforçava a integração com o exterior, além de denunciar o caráter não-estrutural das alvenarias, embora suas travessas de concreto respondessem mais a desejo plástico do que a requerimentos estáticos.

A despeito das divergências entre projeto e obra construída, é certo que os princípios da arquitetura moderna, embora presentes, não foram aplicados dentro de uma racionalidade estrita ou de uma filiação única. Conviviam na sede da AABB influências diversas, embora mais próximas às realizações nacionais, como indicava a liberdade em seu tratamento plástico [Figuras 79, 83].

Também o Esporte Clube Cabo Branco, fundado em 1915, estava a construir uma nova sede, iniciada em 1956 [Figuras 84, 85]. As atividades esportivas realizadas em Jaguaribe,⁶² bairro que passava a se desvalorizar, foram transferidas agora para o Miramar, localizado na área de expansão urbana. Entre os possíveis locais para sua implantação também foram considerados “desde o próprio [bairro do] Cabo Branco, na orla marítima, até um dos jardins do Parque Solon de Lucena” (LEAL, 1995, p. 225). Contudo, prevaleceram os interesses econômicos e políticos na definição pelo Miramar, já que o então presidente do clube também era o presidente da Caixa Econômica Federal na Paraíba e o responsável pelo financiamento desse bairro, e, por isso, se empenhou nessa escolha, além de ter obtido “vultoso empréstimo” para

Figura 84. Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: CABO..., 1971, p. 35.

⁶² O Clube Cabo Branco também possuía uma sede social no centro da cidade, na Rua Duque de Caxias, que continuou em funcionamento.

a construção da sede (LEAL, 1995, p. 226). De fato, no lançamento do Jardim Miramar em 1950, a idéia de implantar um clube no local já era introduzida:

[...] segundo estamos seguramente informados, um grupo de paraibanos ilustres e de boa vontade, irá dar preferência a esse bairro para a construção de um importante clube social e desportivo, capaz de proporcionar vantagens idênticas às oferecidas a seus associados pelos mais notáveis clubes do Rio, São Paulo, Ceará, etc. (JARDIM Miramar..., 1950, p. 4).

Dessa forma, se os outros clubes apenas esboçavam uma aproximação rumo aos novos bairros residenciais, esse deslocamento se tornava mais enfático com a localização do Clube Cabo Branco. O terreno escolhido foi um promontório com pequena declividade e visão do mar (de onde vinham os ventos predominantes) e situado à margem da Avenida Epitácio Pessoa, em nível mais baixo. O projeto foi encarregado a Acácio Gil Borsoi. E sua construção, iniciada em 1956, se deu, em etapas: em 1958, foi inaugurado o ginásio [Figuras 86, 87]; por volta de 1961, a boate e a piscina; em 1963, o restaurante panorâmico.

Com a possibilidade de aliar a orientação climática favorável (leste) com a vista predominante (a praia), a integração dos ambientes com o exterior se tornou preponderante, exemplificada pelo uso de grandes esquadrias de vidro, de terraços, de circulações avarandadas e mesmo dos gradis que delimitavam o terreno (posteriormente substituídos por muros). A solução

Figura 85. Maquete do Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: PALMEIRA; DIAS, 1997, p. 15.

Figuras 86, 87.
Construção do ginásio
do Esporte Clube
Cabo Branco (1955),
Acácio Gil Borsoi.
Fonte: arquivo pessoal
de Walter Grilo.

aplicada por Borsoi remontava, conforme Naslavsky (2004, p. 106), ao late Clube da Pampulha (Niemeyer - 1942). Porém não se efetuava uma simples reprodução de idéias, pois de imediato as dimensões das duas áreas ofereciam condições antagônicas: enquanto no parque de Belo Horizonte os edifícios puderam estar isolados numa extensa área verde, o mesmo não aconteceu no Clube Cabo Branco, no qual vários usos eram abrigados num espaço restrito. Por conseguinte, nesse clube as áreas livres se integraram aos próprios edifícios, a exemplo da arquibancada que insinuava o mesmo movimento oblíquo da cobertura do ginásio ou do agenciamento, que unia pisos cobertos e terraços, a fim de reforçar a diluição entre interior e exterior [Figura 85], como buscado pela arquitetura moderna. Para acentuar a conformação de áreas livres, os edifícios tinham seus volumes amenizados: a cobertura do ginásio não resultou numa altura externa elevada, graças ao rebaixamento do piso da quadra esportiva; uma parte dos ambientes, como os equipamentos de apoio à piscina e ao ginásio, foram abrigados em subsolo, ou seja, sem resultar em massas visíveis; a boate e o

Planta Baixa/Subsolo

0 2 5 10

Planta Baixa/Térreo

0 2 5 10

LEGENDA

1 Quadra	6 Arquibancada	11 Banheiro
2 Depósito	7 Terraço	12 Varanda
3 Vestiário	8 Passarela	13 Escada
4 Sauna	9 Salão de festas	14 Acesso
5 Depósito	10 Bar	

Figura 88. Esporte Clube Cabo Branco (1955), Acácio Gil Borsoi. Fonte: desenho e levantamento de Walter Grilo (editado por nós).

restaurante panorâmico, que estavam à mostra, eram transparentes, demarcados por lajes planas de concreto e esquadrias de vidro. Artifícios que favoreciam a relação das construções entre si e dessas com as áreas descobertas.

A relação entre interior e exterior foi estabelecida ainda pelo traçado das circulações, delimitadas por marquises e complementadas por um mirante (não construído), que criavam diversidade de perspectivas e conduziam à visão em movimento dos espaços. Solução que remetia a *promenade architecturale*, sistematizada por Le Corbusier. Da mesma forma a integração era acentuada pelo agenciamento, cujos desenhos de piso e jardins dissimulavam a diferença de nível do terreno, o que foi apenas parcialmente concretizado, a assinalar um distanciamento entre o projeto e a obra construída, como foi comum aos clubes sociais locais.

É certo que a transparência, os espaços livres e a integração entre interior e exterior não estavam dissociadas da funcionalidade. As atividades foram agrupadas segundo seus usos em níveis distintos [Figura 88]: restaurante panorâmico, no piso mais elevado; boate e terraço do ginásio (que prolongava o espaço destinado às arquibancadas), no nível imediatamente abaixo; quadra coberta, quadras descobertas, piscina e equipamentos de apoio (sanitários e vestiários), mais abaixo; provavelmente equipamentos de serviço, no nível mais inferior (junto à piscina). As atividades também tinham acessos próprios, a reforçar o zoneamento funcional e torná-las independentes entre si. Como já explorado nos projetos residenciais, as próprias formas das construções evidenciavam as singularidades dos usos às quais se destinavam, assim as exigências de cada setor puderam ser resolvidas segundo seus requerimentos. Os materiais respondiam, afora aos aspectos plásticos, a critérios técnicos e econômicos, a exemplos das treliças planas de aço (apoiadas sobre pilares de concreto) que estruturavam a cobertura do ginásio, onde era inerente a necessidade de um grande vão [Figura 86]. Essas substituíam a estrutura de concreto repetida nas demais áreas, como na boate e restaurante panorâmico, cuja regularidade de disposição dos pilares evidenciava a flexibilidade interna.

Era, portanto, mantido nesse projeto o equilíbrio entre requerimentos funcionais e intenções plásticas e uma direta filiação às soluções de Niemeyer, a exemplo da marquise de acesso [Figuras 84, 85], que era uma derivação daquela realizada no Cassino da Pampulha (Niemeyer – 1942), embora novamente não se tratasse de uma simples repetição, dadas as diferenças de proporção e mesmo de desenho entre ambas, que, no caso de Borsoi, assumiu uma forma simétrica e mais geometrizada.

Como vemos, se foi comum aos clubes então construídos em João Pessoa a assimilação da arquitetura moderna, não se revelou neles a adoção de uma linguagem única. O Astréa (Linhares Fonseca – 1956) reproduzia as soluções puristas de Le Corbusier. A sede da AABB (1955) agrupava diferentes referências formais da arquitetura moderna brasileira. E o Clube Cabo Branco (Borsoi – 1955) equilibrava requerimentos funcionais com intenções plásticas, guiado por influências de Niemeyer. Não queremos, com isso, determinar uma hierarquização entre os projetos, mas denunciar a diversidade de posturas adotadas entre os profissionais, apesar de seguirem semelhantes orientações, e que, por sua vez, não impediu o

reconhecimento pela imprensa da modernidade de tais edifícios. E, com isso, assinalamos que a difusão dos princípios modernos não suplantava a individualidade dos projetistas.

Devemos expor também a recorrente divergência entre as propostas iniciais desses equipamentos e suas concretizações, que davam vestígios das dificuldades econômicas sofridas por esses empreendimentos, num momento de crise na Paraíba, e que resultaram em obras parcialmente construídas e em geral distintas das explorações pretendidas por seus projetistas. Situação que não verificamos nas residências particulares, que, apesar de algumas encomendas de grande porte, como a Residência Cassiano Ribeiro Coutinho (Borsoi – 1955), lograram ser plenamente edificadas. Nesse sentido, os clubes nem sempre se efetivaram em João Pessoa como as “grandes estruturas” sugeridas por seus projetos.

Por outro lado, a proximidade no espaço urbano entre os locais para “cultivar o corpo e o espírito” e a “unidade-moradia”, como exposto na Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993), se esboçava em João Pessoa. Mesmo que não fosse através de um movimento coordenado ou integrado, os clubes se deslocavam em direção aos novos bairros residenciais, embora a sede da AABB ainda guardasse vínculo com o local de trabalho, o centro.

O planejamento do campus universitário

Tão logo a Universidade da Paraíba foi fundada, em 2 de dezembro de 1955, através da reunião das escolas de ensino superior já existentes no estado,⁶³ passou a ser discutido o local de suas futuras instalações. Nesse momento o governo federal orientava “[...] as novas construções no sentido da unificação de todos os setores de ensino e pesquisa, sob a forma já tradicional de cidades universitárias” (CIDADE universitária..., 1954, p. 2), enquanto essas atividades em João Pessoa se dispersavam pelo centro. A Faculdade de Ciências Econômicas situava-se na Praça Venâncio Neiva. A Escola de Engenharia, na Praça Rio Branco. A Faculdade de Filosofia, na Escola de Aplicação do Instituto de Educação (DVOP/Clodoaldo Gouvêa - 1936).⁶⁴ A Faculdade de Direito, na Praça João Pessoa. A Escola de Serviço Social, nas imediações da Avenida João Machado. A Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Odontologia, em Jaguaribe. A Escola de Enfermagem, na Avenida Dom Pedro II.⁶⁵ O restaurante Universitário e o Clube do Estudante, no Cassino de Verão (DVOP/João Correia Lima - 1939).

Diante disso, em fevereiro de 1956, a escolha do terreno para o futuro centro universitário foi tema de reunião entre o reitor Dumerval Trigueiro (1955-1956) e os diretores das faculdades (ESCÔLHA..., 1956, p. 3). Discussão seguida, em novembro do mesmo ano, pela vinda a João

⁶³ Quando da criação da Universidade da Paraíba (1955), foram incorporadas Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Escola Politécnica (Campina Grande), Escola de Enfermagem e agregadas Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Engenharia, Escola de Serviço Social. Quando de sua federalização (1960), também a compunham: Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

⁶⁴ A Escola de Aplicação do Instituto de Educação, a partir de 1962, passou a abrigar também a reitoria.

⁶⁵ Em 1956, estava em construção o bloco com três pavimentos destinado ao alojamento das estudantes.

Pessoa do engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, para ajudar na definição dessa escolha. Profissional que fazia parte, como representante da Associação dos Engenheiros, da comissão julgadora do concurso para o Plano Piloto de Brasília,⁶⁶ era diretor do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e integrava, provavelmente como representante do Ministério da Educação, as comissões supervisoras do planejamento e execução da cidade universitária do Rio de Janeiro, desenvolvida por Jorge Machado Moreira (1904-1992) e então em construção, e da cidade universitária de Minas Gerais. Da mesma forma, em 1953, assessorou o planejamento da Universidade do Recife, quando mantivera uma “estreita ligação, mediante um constante intercâmbio,” com o escritório técnico dessa instituição, embora a localização por ele preferida, as Ilhas de Joana Bezerra e Maruim, não tenha sido a escolhida (CABRAL, 2003, p. 51, 114).

Quando esteve em João Pessoa, após conhecer toda a cidade, inclusive o município de Cabedelo, ressaltou a topografia favorável que encontrou: “[...] situada em planalto de 30 a 40 metros acima do nível do mar, sem exigir [...] nem grandes aterros, nem, por outro lado, vastos volumes para aterramento de áreas alagadiças e pântanos, como ocorre, frequentemente, no Rio de Janeiro, Recife e outras cidades” (PLANEJAMENTO..., 1956, p. 4). Frente a essa liberdade, seu interesse se centrou nos eixos de crescimento, em cujas análises chegou a apreender a estratificação do solo urbano: “[...] a área ocupada pela pequena burguesia avança para o mar, enquanto a classe proletária localiza-se de modo preferencial nas terras da zona sul” (S. RAFAEL..., 1956, p. 4). E foi daquela primeira área que ele inicialmente selecionou a Fazenda Boi Só (próxima ao Bairro dos Estados). Alternativa que, apesar das vantagens ressaltadas pela imprensa, possuir “clima largamente ventilado” e ficar “na zona de expansão” (CONSTRUÇÃO da cidade..., 1956, p. 2), foi preterida, devido a suas pequenas dimensões, como reconheceu o próprio Horta Barbosa (S. RAFAEL..., 1956, p. 8).

Por conseguinte ele se definiu por uma região mais ampla, situada entre os “dois pontos de avanço”, pertencente ao governo estadual (o que evitava despesas financeiras) e ainda desabitada: a Fazenda São Rafael [Figura 89]. Horta Barbosa também ressaltou como vantagens dessa localização a possibilidade de dispor de duas vias de acesso, “[...] a atual [em direção ao centro] e uma outra com a simples abertura de uma avenida que margeia o rio Jaguaribe” (S. RAFAEL..., 1956, p. 8), a qual se uniria à Avenida Eptácio Pessoa, além da existência de “[...] extenso bosque que constitui verdadeira preciosidade, permitindo dar solução urbanística ‘sui generis’ mediante seleção dessas árvores, ficando dentro das clareiras da arborização, as unidades de ensino” (PLANEJAMENTO da futura..., 1956, p. 8).

Essa não foi, entretanto, uma decisão isolada ou solitária, ao termos em vista, por exemplo, a participação do general José Leite, diretor da Escola de Engenharia da Paraíba, segundo o qual (LEITE, 1979, p. 21), embora não tenha podido acompanhar a visita do engenheiro de fora, teria sido sugestão sua e aceita por Horta Barbosa a localização do campus na Fazenda São Rafael. Porém independentemente de quem propusera a idéia inicial, o importante para

⁶⁶ Também fizeram parte dessa comissão: Israel Pinheiro (1896-1973), Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973), o inglês William Holford, o francês André Sive e o norte-americano Stamo Papadaki.

Figura 89. Planta, por volta do final dos anos 1950, de localização do campus da Universidade da Paraíba (atual UFPB). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

nós é apontar o intercâmbio de informações havido e destacar o envolvimento desse profissional em tais discussões, dado o interesse pelo urbanismo que já revelara, quando de sua palestra em 1950 no Rotary Clube, como vimos [na seção “Em torno da Escola de Engenharia”, Capítulo 1].

Além disso, o local escolhido trazia evidentes implicações para a cidade, a principal delas: extrapolar a área urbana prevista no Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa (1933), elaborado por Nestor de Figueiredo [Figura 90], e a qual a cidade ainda não tinha superado. Conforme o plano daquela época, o centro universitário deveria ficar mais ao centro da cidade, em Jaguaribe, e “funcionando como espaço de irradiação de novas vias” (TRAJANO FILHO, 2003, p. 79). Porém, devido à progressiva ocupação desse bairro, o governador Osvaldo Trigueiro (1947-1950) destinou, nos anos 1940, uma nova área para esse fim, o antigo campo de aviação da Imbiribeira (NÓBREGA, 1979, p. 31), o qual, por sua vez, foi ocupado, nos anos 1950, pelo Jardim Miramar, quando da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa. Por conseguinte, a utilização da Fazenda São Rafael estabelecia um novo vetor de crescimento no sudeste da cidade, a direcionar a expansão urbana.

Essa atração viria à tona, durante a construção do empreendimento, como foi então registrada pela imprensa: “paralelamente ao levantamento do conjunto universitário, promove a Universidade, ao mesmo tempo, o prolongamento da cidade de João Pessoa para um bairro até então virgem povoado apenas da Granja, da antena da Rádio Tabajara⁶⁷ e sem nenhuma

⁶⁷ Estação transmissora da Rádio Tabajara PRI-4 (DVOP/Clodoaldo Gouvêa – 1937).

Figura 90. Plano de Remodelação e Extensão de João Pessoa (1933), elaborado por Nestor de Figueiredo: Praça de Desembarque (1), Centro Municipal (2), Centro de Irradiação/Lagoa (3), Centro de Saúde (4), Centro Cívico Estadual (5), Centro Universitário (6). Fonte: MARIZ, 1933, p. 33/Arquivo pessoal de Marcus Vinícius (editado por nós).

presença do homem como implantador de fogos urbanos” (NOVO bairro, 1966, p. 3). E complementava: “[...] a Universidade está oferecendo uma contribuição pioneira à urbanização da Capital, levando para terras até então despovoadas, a presença do homem e, dentro em pouco, da nova Capital que se estenderá por todas aquelas terras” (NOVO bairro, 1966, p. 3).

Soma-se a isso que a implantação desse equipamento não foi uma medida solitária, visto que, como já expusemos [na seção “A expansão urbana de João Pessoa”, Capítulo 2], em meados de 1963 foram realizados o anel rodoviário e a implantação do Distrito Industrial, os quais também direcionaram o crescimento urbano para essa mesma porção da cidade.

Embora a doação do terreno com 115,48 hectares⁶⁸ se deu em novembro de 1958, isso não significou o imediato planejamento do centro universitário e a transferência de suas atividades para aquele local. Conforme Nóbrega (1979, p. 31), a opção inicial pelo “aproveitamento dos prédios da zona urbana” foi em virtude das dificuldades financeiras da instituição, quando ela era estadual. De fato, em 1959, como noticiado pela imprensa, o Conselho Universitário decidiu invalidar o plano inicial de construir o campus e focou as atenções nos edifícios do centro urbano (A CIDADE universitária, 1959, p. 3). Decisão que fora na mesma oportunidade

⁶⁸ Em 1968, o campus universitário foi ampliado, com a doação de terreno anexo, e atingiu a extensão total de 161,75 hectares. Área equivalente aos 156 hectares da Universidade do Recife.

enaltecida pelo jornal local, ao alegar, afora a economia de recursos financeiros, que “João Pessoa já possui sua cidade universitária – suas faculdades no meio da rua, em contato efetivo com o meio social que o plano primitivo quis ostensivamente sacrificar, em prejuízo do próprio aluno” (A CIDADE universitária, 1959, p. 3).

Mais do que uma simples oposição ao futuro empreendimento, o que se expunha nessas formulações eram duas noções distintas da relação entre o espaço universitário e a cidade. Enquanto o campus, alternativa que a universidade buscava implantar na Fazenda São Rafael, supunha o isolamento e a autonomia em relação ao meio urbano, daí sua localização em região independente, a noção de cidade universitária, como defendido por aquela reportagem, estabelecia o contrário: o contato direto, a integração entre espaços urbano e acadêmico. Divergências que pareciam também estar presentes no próprio ambiente da instituição, dada a relutância de alguns cursos a se instalar no campus, a exemplo da Faculdade de Direito, que ainda permanece no centro.

Porém foram certamente as dificuldades financeiras que promoveram o adiamento da construção das novas instalações. Como aponta Z. Melo (2006, p. 39), “Estado pequeno, de poucos recursos, era difícil a Paraíba manter a universidade [...] O governo do Estado tinha condições apenas de manter precariamente o aparelho administrativo”. Nesse ambiente, tornou-se alternativa para suprir tais limitações a federalização, que foi aprovada em 13 de dezembro de 1960. Momento que “representou um grande marco de criação de universidades federais e [por outro lado] federalizações de universidades estaduais e particulares”, quando foram beneficiadas instituições em São Carlos/SP, Alagoas e Rio Grande do Norte (MELO, Z., 2006, p. 40-42).

Conforme Nóbrega (1979, p. 31), depois de “federalizada, mudou-se de opção”, de forma que se voltou a privilegiar a construção do campus. Nesse tempo, José Leite já não estava mais presente em João Pessoa, por ter se mudado para o Rio de Janeiro, e, em 7 de maio de 1962, foi estabelecido o Serviço de Engenharia da universidade, inicialmente composto pelo engenheiro Guilherme da Cunha Pedrosa, seu diretor, e pelos arquitetos Mário Di Lascio e Leonardo Stuckert. Posteriormente (em meados de 1966) também atuou aí o arquiteto Pedro Dieb. Órgão que tinha o intuito de ser responsável por todas as obras realizadas em João Pessoa e Campina Grande (SERVIÇO de Engenharia..., 1962, p. 8). Assim, em dezembro de 1965, foi principiada a concretização do campus, quando já se aproximava do término a construção, no centro da cidade, da reitoria (Leonardo Stuckert – 1963), que vinha suprir necessidades aparentemente imediatas por espaços destinados a serviços administrativos, biblioteca central, oficina gráfica e auditório, cujo projeto abordaremos [na seção “A ação dos incorporadores imobiliários”, Capítulo 3].

Os serviços foram iniciados com a edificação da Escola de Engenharia (Leonardo Stuckert – 1963), que passou a lá funcionar em 1967 [Figuras 91, 92]. Projeto que se caracterizava pela simplicidade e racionalidade construtivas, além da repetição de elementos e economia. Dentro desse enfoque, não fazia uso de revestimentos, a estrutura independente de concreto e as lajes de coberta (sem forro) eram aparentes, como também o eram os fechamentos de

Figuras 91, 92. Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: UFPB, 1969, p. 6, 9.

alvenaria. Seu programa foi resolvido num único pavimento subdivido em blocos independentes e regularmente espaçados entre si. As esquadrias eram padronizadas pela própria modulação da estrutura e realizadas com material industrializado: alumínio. Foi também utilizada a planta livre, a fim de permitir diferentes usos para uma mesma solução volumétrica. Com efeito, o edifício não foi concebido como um elemento único e sim com a possibilidade de ser repetido e aproveitado para diferentes atividades [Figura 93]. Conjunto de soluções que também guiaram os demais edifícios do campus. Muito provavelmente as discussões, em vigor nos anos 1960, sobre industrialização das construções, que punham em evidência a padronização e a normatização (coordenação modular) (KOURY, 2005, p. 80), influenciaram o projeto da Escola de Engenharia, embora esse projeto não se fundamentasse na utilização de elementos pré-fabricados.

LEGENDA

1 Circulação	4 Banheiro	7 Mecânica Aplicada	9 Máquinas Elétricas
2 Sala de aula	5 Geologia	8 Laboratório de Eletrotécnica	
3 Escaninho	6 Depósito		

Figura 93. Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert: bloco de salas de aulas (superior), bloco de laboratórios (inferior). Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

Em seguida foram também construídos: Instituto de Matemática (1965), Instituto de Física (1965) [Figuras 94, 95], Laboratório de Produtos Farmacêuticos (1965) [Figura 96], todos de autoria do escritório ETAU Arquitetos (Waldecy Pinto, Renato Torres e Antônio Pedro Didier); Instituto de Química ([1965?]), de autoria de David Scott Ellinwood, radicado nos Estados Unidos [Figura 97]. Em 1968, foi realizado um concurso para o projeto da Biblioteca Central,⁶⁹ vencido por Borsoi e do qual também participaram Leonardo Stuckert, Waldecy Pinto, Carlos Alberto Correia de Lima (GIL BORSOI..., 1968, p. 8). Esses edifícios, além do Hospital das Clínicas e Instituto de Biologia, compuseram a primeira etapa da construção do campus (CONSULTEC, 1966, p. 8/22).

Apesar dos novos investimentos, o sentido de economia dominou essas realizações, como evidenciava a programação do campus universitário realizada, em dezembro de 1966, pela empresa de assessoria técnica Consultec: “Em virtude da grande extensão territorial disponível na Cidade Universitária, optou-se pela construção de prédios de um só pavimento, em blocos separados” (CONSULTEC, 1966, p. 8/14). Solução que era no mesmo documento justificada como forma de permitir “um sensível barateamento do projeto, haja vista a desnecessidade de investimentos complementares em elevadores e escadarias, que, por

⁶⁹ Durante o desenvolvimento do projeto, a Biblioteca Central passou a ser destinado a reitoria, seu atual uso.

Figura 94. Instituto Central de Física (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: UFPB, 1969, p. 13.

suas naturezas e complexidades, implicam em investimentos de grande vulto” (CONSULTEC, 1966, p. 8/14). Conforme o mesmo princípio, os edifícios foram concretizados sem revestimentos, com instalações hidrossanitárias e elétricas aparentes e alguns deles, como o Instituto Central de Química e o Laboratório de Produtos Farmacêuticos, seguiram sistema de construção pré-fabricado de concreto armado [Figura 95], com fechamentos de alvenaria sem revestimento.

Sentido de economia que se aproximava do buscado no planejamento da Universidade de Santa Catarina (Hélio de Queiroz Duarte – 1957), no qual “[...] foi adotado o princípio de limitação de altura dos volumes (blocos de 3 a 4 pavimentos), evitando-se ao máximo a circulação mecânica”, e foram recomendados o “máximo aproveitamento dos materiais e recursos locais” e a simplicidade como “traço marcante desse conjunto” (PLANO..., 1957, p. 2). Com efeito, a construção de grandes blocos verticais com o intuito de preservar maior quantidade de área verde que, segundo Leme (1999b, p. 333), se verificou, a partir dos anos

Figura 95. Construção do Instituto Central de Física (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: Arquivo da Reitoria/UFPB.

Figura 96. Laboratório de Produtos Farmacêuticos (1965), ETAU Arquitetos. Fonte: UFPB, 1969, p. 14.

Figura 97. Instituto Central de Química ([1965?]), David Scott Ellinwood. Fonte: UFPB, 1969, p. 17.

1950, nos campi universitários brasileiros, a exemplo da Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro) e da Universidade do Recife, não se reproduziu no planejamento das instalações de João Pessoa [Figura 98].

Por outro lado, como o estudo da empresa Consultec foi publicado durante a construção do próprio campus, é bastante provável que tenha havido um planejamento prévio, o que é reiterado pelo Plano Diretor elaborado em 1972, no qual se afirmava que “o ‘campus’ começou a ser edificado à base de **Plano Piloto**, de autoria do arquiteto e professor Leonardo Stuckert Fialho” (UFPB, 1972, p. 7, grifo do autor). Porém esse projeto não foi por nós encontrado e sua existência é inclusive negada por profissionais que atuaram no Serviço de Engenharia dessa instituição.⁷⁰

⁷⁰ Mário Di Lascio e Guilherme da Cunha Pedrosa afirmam que tal projeto não foi elaborado.

Figura 98. Campus universitário da UFPB, por volta do final dos anos 1960: em primeiro plano, Escola de Engenharia (1963), Leonardo Stuckert. Fonte: FERREIRA; FERNANDES, 2006, p. 1.

É certo, entretanto, que a programação daquela empresa não trazia peças gráficas que precisassem o campus, como os traçados das vias, a demarcação dos acessos, a distinção entre áreas verdes e pavimentadas, e que através delas pudessem guiar sua concretização. Forneceu, embora identificado como Plano Piloto, apenas uma implantação esquemática dos edifícios [Figura 99]. Ainda assim, ficava subentendido nesse documento que a reitoria não se localizava no campus, visto que sua implantação não foi aí prevista, como também não foi a do Hospital Universitário. Esse deveria se localizar “dentro do perímetro urbano” de João Pessoa, mais precisamente no centro, devido, segundo então justificado (CONSULTEC, 1966, p. 8/10-8/11), a essa região possuir fácil acesso ao público, terrenos geologicamente mais preparados e com maior conforto acústico, além de estar junto aos demais equipamentos da

Figura 99. Plano Piloto da UFPB divulgado em 1966 pela empresa de consultoria Consultec. Em vermelho, edifícios que estavam em diferentes fases de construção. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

Faculdade de Medicina: Ambulatório Central e Instituto de Medicina da Criança.

Diante da pouca documentação sobre suas diretrizes iniciais, que provavelmente precederam os estudos da Consultec (1966), tentamos esboçar os temas recorrentes ao planejamento do campus e os profissionais nele envolvidos, com base na análise das propostas imediatamente posteriores.

Em 1967, o arquiteto Mário Rosa Soares, do setor de planejamento da Cidade Universitária “Armando Sales de Oliveira” da Universidade de São Paulo, realizou um pré-plano diretor [Figura 100], que, segundo as legendas dos próprios desenhos, tinha seu traçado originado “a partir das obras já existentes”, quer dizer, sua atuação se dava em paralelo à própria construção e, por isso, tinha que se adequar à implantação e ao projeto dos blocos já erguidos. Nesse mesmo ano, a imprensa chegou a registrar (GOVERNADOR visita..., 1967, p. 1), quando da visita do governador João Agripino (1966-1971) às obras do campus, o trabalho conjunto de engenheiros e arquitetos de São Paulo (Universidade de São Paulo) e da Paraíba (Serviço de Engenharia da UFPB). Como já fizemos notar, a ação de escritórios técnicos externos, de forma isolada ou por meio de cooperação, nesse tipo de empreendimento era então comum. A Universidade de Santa Catarina, por exemplo, a qual nos referimos sobre seu sentido de economia, teve sua cidade universitária desenvolvida, em 1957, pelo diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo:⁷¹ arquiteto Hélio de Queiroz Duarte⁷² (1906-1989). Da mesma forma, foi criado em 1960 o Fundo de Construção da Cidade Universitária “Armando Sales de Oliveira” (CUASO), que não só coordenou o planejamento da Universidade de São Paulo como seu corpo técnico atuou em outros estados. Instituição que aglutinou, em conjunto com o Fundo Estadual de Construção Escolar (FECE), também criado em 1960 em São Paulo, o debate arquitetônico paulista da época e constituiu “[...] uma importante oportunidade para os arquitetos experimentarem as novas possibilidades construtivas do concreto armado” com a prevalência da utilização de técnicas artesanais aliadas a avançados cálculos estruturais (KOURY, 2005, p. 68, 71-72).

Não se dava indiretamente, portanto, a difusão desse conhecimento, a resultar em aproximações meramente ocasionais entre os planos. Com efeito, a proposta de Mário Rosa para João Pessoa retomava a disposição regular de blocos homogêneos à semelhança do estabelecido na cidade universitária de Santa Catarina e, por sua vez, ambas foram desenvolvidas por arquitetos ligados ao escritório técnico de São Paulo. No caso de João Pessoa essa disposição minimizava inclusive o aproveitamento do bosque enaltecido por

⁷¹ Entre 1960 e 1966, foi diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida (1906-1973), quando convidou para atuar em projetos específicos importantes arquitetos paulistanos: Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Carlos Barjas Milan, Eduardo Corona, Eduardo Knesse de Mello, Joaquim Guedes, Ícaro de Castro Melo, Oswaldo Bratke (KOURY, 2005, p. 71).

⁷² Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989) nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou na Escola Nacional de Belas-Artes (anos 1930). Inicialmente (década de 1930), trabalhou em sua terra natal e em Salvador (onde foi professor da Escola de Belas-Artes), até instalar-se definitivamente em São Paulo (1944) (SEGAWA, 2002, p. 142).

Figura 100. Pré-plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa (1967), Mário Rosa Soares: em preto, edifícios que já estavam construídos; em cinza, grama e vegetação baixa. Fonte: Seção de Projetos da Prefeitura Universitária/UFPB (editado por nós).

LEGENDA

1 Institutos Básicos Centrais	8 Setor de C. Humanas e Político-Sociais
2 Serviços Complementares	9 Elemento de Integração
3 Setor Cultural e de Artes	10 Centro de Convivência Geral
4 Setor Tecnológico e Produção	11 Setor Residencial
5 Setor de Bioquímica e Produção	12 Setor Esportivo
6 Setor de Ciências Médicas	13 Setor Administrativo
7 Setor de Ciências Médicas Aplicadas	14 Serviços de Utilidade Pública

Horta Barbosa, quando da escolha desse local. E, embora as alturas das construções não estivessem indicadas, a ocupação extensiva nos faz supor a manutenção da diretriz já estabelecida no estudo da Consultec (1966) que determinava edifícios com poucos pavimentos. Por conseguinte, a inserção do Hospital Universitário nessa proposta determinou a ampliação do campus, por meio do acréscimo de área em sua porção oeste, o que foi efetivado no ano seguinte. Com isso, passou a ter 161,75 hectares, com a estimativa de abrigar no máximo quinze mil alunos. Isso representava 108 metros quadrados para cada um deles, densidade superior àquela considerada adequada por Horta Barbosa (1954, p. 4) “às características ideais de uma moderna cidade universitária e aos estudos baseados nos modernos princípios urbanísticos”: 150 a 200 metros quadrados por aluno. Solução que visava, portanto, o aproveitamento máximo da área disponível, não obstante a pouca altura dos prédios ou as áreas verdes preexistentes.

Da mesma forma a reitoria passava a ser prevista junta aos demais equipamentos, de modo que o campus agora abrigava as atividades de administração, ensino e extensão, além de alojamentos destinados aos estudantes, ao contrário da estrutura apresentada no estudo da Consultec (1966), que não contemplava a função administrativa.

A essas orientações se somaram o zoneamento funcional e a separação entre pedestres e veículos. A circulação a pé se localizava no centro das quadras, independente das vias de automóveis. Por sua vez, as zonas de ensino, administração, lazer e moradia eram autônomas entre si. E as unidades com usos dirigidos também à comunidade, como hospital universitário e setor esportivo, situavam-se na mesma extremidade do campus, porção leste, com acesso direto à via pública. Na orientação oposta (oeste) estavam as unidades administrativas e áreas de convívio coletivo, que conformavam uma praça e cujos prédios davam indícios de uma maior liberdade formal dentro do conjunto proposto.

Embora o zoneamento desse continuidade ao estudo já apresentado pela Consultec (1966), o setor de ensino, visto que a universidade passava a se organizar em torno de institutos centrais, era condicionado agora pelo funcionamento interdependente dos blocos e não mais por meio de cursos autônomos. Com isso, os institutos básicos centrais (matemática, física, química, ciências biológicas, da terra, do homem, pesquisas socioeconômicas), comuns a vários cursos, situaram-se na região central e os blocos de ensino específico ficaram em sua periferia. A própria implantação e delimitação de suas massas firmavam a relação desses edifícios entre si. A proximidade, por exemplo, já impunha determinações aos projetos, diferentemente dos blocos soltos em grandes áreas verdes como elaborado nas universidades do Rio de Janeiro e de Recife. Isso não minimizava, entretanto, o atendimento ao conforto climático, como comprovava a orientação uniforme dos blocos com mesmas funções, os quais tinham as maiores superfícies invariavelmente voltadas para norte e sul, a fim de captar os ventos predominantes.

Diretrizes que se alinharam à defesa, em início dos anos 1960, do arquiteto Paulo de Camargo e Almeida (1962 apud FERRAZ, 1962, p. 17) (1906-1973), que também fora diretor do escritório técnico da Universidade de São Paulo, em favor de uma arquitetura “sem os

formalismos e os luxos condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea”. Formulação que se aproximava da autocrítica de Niemeyer, em 1958, em favor de uma maior simplicidade, na qual a estrutura passava a ser o elemento central, e principalmente das idéias de Artigas, em torno de uma arquitetura fundamentada em preceitos sociais e tecnológicos, que ganhava força nos anos 1960. Mesmo a eliminação de soluções tradicionais, como a definição de um eixo principal, visto que não havia uma hierarquia clara entre as vias, parecia guiar a proposta de Mário Rosa para o campus de João Pessoa com base em igual negação de formalismos, embora retomassem a criação de uma praça cívica, delimitada por espaços administrativos e de convivência.

Em 1971, em decorrência da Reforma Universitária (1967), através da qual a Universidade Federal da Paraíba passou a se organizar em centros, foi elaborado um novo plano diretor [Figura 101], encarregado dessa vez ao arquiteto e engenheiro Alcyr Meira. Profissional radicado em Belém/PA, formado em 1966 no recém-criado curso de arquitetura dessa cidade⁷³ (fruto da dispersão desse ensino nos anos 1960), e que, desde sua formação como engenheiro em 1956, já realizava projetos arquitetônicos. Ela não estava, pois, tão diretamente vinculado às experiências dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, quanto estiveram aqueles que o precederam no planejamento do campus da UFPB.

Da proposta anterior Alcyr Meira retomou traços essenciais do zoneamento, condicionado também pelos edifícios já construídos, de forma que: a zona administrativa, que incorporava setores de direção, recreação, assistência e cultural, localizava-se na área oeste; a zona de serviços gerais, composta por garagens e oficinas, no setor leste (junto ao hospital universitário); a zona de ensino, subdividida em centros tecnológico, biocientífico e humanístico, ao longo da porção sul. Todavia, ele eliminou a presença de alojamentos dentro do campus e localizou a zona esportiva (ginásio coberto, estádio, piscina coberta, quadras e campo), cujo uso era também estendido à comunidade, numa região acrescida à área preexistente, mas dela separada por via de veículos.

Sua proposta, ao ter em vista “as necessidade que se renovam a todo momento”, centrava-se, conforme o próprio arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 4), na flexibilidade e expansibilidade, por isso, propunha um campus “mutável e despido de rigidez, sempre ajustável às necessidades, que se renovam a todo momento”. Pensamento que lembrava a defesa pelo tratamento dos “modernos projetos de Cidades Universitárias [...] como um organismo vivo, em plena atividade, de movimentos desembaraçados e órgãos autônomos no seu crescimento” (NOVOS projetos..., 1952, p. 23), exposta em 1952 no parecer de Paulo Santos, Adolfo Morales de los Rios (1887-1973) e Álvaro Vital Brazil (1909-1997), ao criticar o então planejamento da Universidade de Minas Gerais quando também reconheciam que: “[...] uma escola é, mais talvez do que qualquer outro edifício, um indivíduo em perpétuo crescimento, em perpétua mutação”.

⁷³ O curso de arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criado em 12 de dezembro de 1962.

Figura 101. Plano diretor da Cidade Universitária de João Pessoa (1971), Alcy Meira. Fonte: MEIRA et al., [1971?], p. 49 (editado por nós).

LEGENDA

1 Reitoria	15 Área Biocientífica - Hospital
2 Biblioteca	16 Área Biocientífica - Coordenação Didática
3 Auditório	17 Garagem e Oficinas
4 Praça	18 Estacionamento
5 Restaurante - Clube de Estudantes	19 Pórtico Principal
6 Templo	20 Pórticos Auxiliares
7 Áreas Tecnológicas - Coordenação Didática	21 Estádio
8 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas: Desenho, Materiais de Construção, Mecânica	22 Ginásio
9 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas: Física	23 Piscina Olímpica Coberta
10 Áreas Tecnológicas - Aulas Práticas: Química	24 Campos Auxiliares de Futebol
11 Laboratório de Produtos Farmacêuticos	25 Quadras de Tênis
12 Área Humanística - Aulas Técnicas	26 Quadra de Basquete, Vôlei, Futebol de Salão
13 Área Humanística - Coordenação Didática	27 Reservatório Elevado
14 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Biologia	28 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Odontologia
	29 Área Biocientífica - Aulas Práticas: Farmácia

O próprio agrupamento dos edifícios em zonas funcionais independentes entre si (administrativa, de ensino, esportiva e de serviços gerais) era um meio de possibilitar a autonomia de crescimento. Artifício potencializado por Alcyrr Meira, ao apenas definir os edifícios já existentes ou aqueles já estimados, enquanto os demais não eram sequer por ele representados e deveriam surgir de forma aparentemente orgânica e livre segundo seus próprios requerimentos, não fosse a observação do próprio arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 28) que defendia a necessidade de “relação entre o espaço original e o espaço ampliado, de modo a manter-se a função, a proporção e modenatura da concepção original”.

Numa escala mais ampla, como era pretendido, segundo denominação do arquiteto (MEIRA et al., [1971?], p. 27), um “crescimento implosivo”, de fora para dentro, eram os limites do campus, em especial sua via de contorno, que definia a unidade do conjunto. Por isso, o projeto se centrava mais na infra-estrutura, a exemplo dos amplos estacionamentos (com capacidade inicial para cinco mil veículos, num momento em que a cidade tinha aproximadamente dez mil pavimentos veículos), do que necessariamente na definição dos futuros equipamentos e suas implantações. De fato, as grandes áreas livres não impunham quaisquer restrições para os blocos, afora o próprio zoneamento funcional. Inclusive a localização do setor esportivo, num acréscimo (30 hectares) à então área do campus,⁷⁴ que deveria passar a ter 191 hectares e uma ocupação máxima de vinte mil alunos, acentuava a expansibilidade do setor de ensino. Também contribuía para esse fim a completa separação entre circulação de pedestres (no interior do campus) e de veículos (em sua periferia), com o fim de evitar, segundo o próprio planejamento (MEIRA et al., [1971?], p. 46), “a interferência de ruídos no seu interior [do campus] e os conflitos decorrentes de cruzamentos ou vias secantes”. Por sua vez, o acesso de veículos e pedestres era controlado por três pórticos: na zona administrativa, no centro biocientífico e na zona esportiva.

Eram, pois, as próprias diretrizes que regulavam o planejamento proposto por Alcyrr Meira. Dessa forma, ficou por ele estabelecido que os edifícios deveriam ser “[...] projetados dentro de um padrão ecológico, mantendo-se uma unidade arquitetônica”, conforme os seguintes princípios: aproveitamento de materiais e técnicas regionais; adequação climática; proteção contra o sol e a chuva através de beirais; redução de vãos envidraçados por meio de elementos vazados; uso “sempre que possível aparente” de estruturas moduladas de concreto e de fechamentos de tijolo; esquadrias de madeira envernizada com amplas zonas de venezianas; painéis internos removíveis; instalações sempre que possível aparentes; revestimentos que dispensem pintura, “proporcionando fácil e econômica manutenção” (MEIRA et al., [1971?], p. 54-55). Características que se assemelhavam às diretrizes já traçadas no estudo da Consultec (1966), que, por sua vez, foi uma retomada de elementos extraídos da própria Escola de Engenharia, elaborada por Leonardo Stuckert em 1963. Contudo passavam agora a ser valorizados, além da flexibilidade interna das construções, materiais naturais, como a madeira, e soluções tradicionais, como o beiral e a veneziana. Por

⁷⁴ Essa área, no entanto, ficou apenas como uma proposição desse estudo, já que não foi acrescida ao terreno do campus, que permaneceu com a mesma extensão possuída em 1968: 161,75 hectares.

outro lado, não foi definida a altura dessas construções, de forma que era a densidade então estabelecida para o campus, 95 metros quadrados por aluno, que definia esse controle.

Diante desses projetos, o campus universitário, além de sua importância como novo vetor de crescimento, propiciou a atuação de inúmeros profissionais na cidade. Participaram dos diferentes momentos de seu planejamento: Horta Barbosa (Rio de Janeiro), Mário Rosa Soares (São Paulo), Alcyr Meira (Belém/PA), Waldecy Pinto (Recife), Acácio Gil Borsoi (Recife), David Scott Ellinwood (Estados Unidos). É também estimado que Burle Marx, em 1970, projetou jardim para essa instituição. E entre os arquitetos e engenheiros locais, atuaram, nesses primeiros anos, José de Oliveira Leite, Leonardo Stuckert e aqueles atuantes no serviço de engenharia: Guilherme Pedrosa, Mário Di Lascio e, posteriormente, Pedro Dieb. Nesse tempo, o setor de engenharia da UFPB agiu mais como gestor dos projetos e das construções, do que propriamente como planejador. De fato, os projetos realizados por Leonardo Stuckert eram independentes de seu envolvimento com esse órgão, a exemplo de sua participação no concurso da Biblioteca Central.

Contudo, isso não minimizou o freqüente intercâmbio havido. Afinal, na ausência de um ambiente de debate arquitetônico formalmente constituído, o próprio serviço de engenharia, em torno das discussões dos sucessivos projetos e dos contatos com profissionais de diferentes origens, se adequava a essa finalidade, mesmo que as propostas então elaboradas não tenham sido plenamente concretizadas. Pois, mesmo a reprovação já requer uma definição de postura. E, especialmente no caso de Mário Di Lascio, não foi apenas o campus universitário a oportunidade de por em prática os conhecimentos urbanísticos, ao termos em vista os projetos nesse campo de conhecimento por ele realizados para a prefeitura municipal de João Pessoa. Logo, podiam ter resultados diretos sobre sua obra essas discussões, centradas nos princípios de economia, unidade e flexibilidade, além do zoneamento funcional, e que pouca atenção destinaram à vegetação existente e exaltada por Horta Barbosa. Por sua vez, na esfera arquitetônica, os projetos aí realizados nos anos 1960 apontaram uma direta aproximação ao debate sobre industrialização das construções, que foi comum nesse momento.